

Revista_Imprensa_10_Abril_2020

1. Turismo - Site ajuda empresários, Correio da Manhã, 10/04/2020	1
 Trabalhadores em layoff podem ajudar a reforçar equipas da saúde e distribuição, Correio da Manhã, 10/04/2020 	2
3. Pandemia atrasa quota para pesca da sardinha, Correio da Manhã, 10/04/2020	3
4. Pré-escolar e creches fechadas, Correio da Manhã, 10/04/2020	5
5. Falta de material, Correio da Manhã, 10/04/2020	8
6. Sete dias de covil: 3/9 de Abril, Expresso, 10/04/2020	9
7. O achatamento está feito. E agora?, Expresso, 10/04/2020	10
8. Autarcas do Norte denunciam desvio de meios para Lisboa, Expresso, 10/04/2020	11
9. Marcelo espera fim da emergência em maio, Expresso, 10/04/2020	12
10. Um hospital para quem venceu a doença, Expresso, 10/04/2020	14
11. No fim era o verbo, Expresso, 10/04/2020	15
12. 1131 milhões de euros de obras públicas em março, Expresso - Economia, 10/04/2020	16
13. "Ainda não atingimos o equilíbrio na PPP do Hospital de Cascais" - Entrevista a Vasco Antunes Pereira, Expresso - Economia, 10/04/2020	18
14. Saiba como vai funcionar o apoio a recibos verdes e sócios-gerentes, Expresso - Economia, 10/04/2020	20
15. Advogados e solicitadores em dificuldades, Jornal de Notícias, 10/04/2020	22
16. Apoio aos pais em casa vai ser prolongado, Jornal de Notícias, 10/04/2020	23
17. É preciso apoiar os média, Jornal de Notícias, 10/04/2020	24
18. Governo admite estado de emergência até 15 de Maio, Público, 10/04/2020	25
19. Nova Telescola vai chamar-se #Estudoemcasa e chega no dia 20, Público, 10/04/2020	27
20. Participações sobre corrupção aumentaram 31,7% em 2019, Público, 10/04/2020	29
21. Só 250 mil alunos poderão ainda regressar às escolas, Público, 10/04/2020	30
22. Governo adia entrega do Programa de Estabilidade, Público, 10/04/2020	33
23. Apoio aos pais deve ser pedido todos os meses à Segurança Social, Público, 10/04/2020	34
24. Editorial - Educação: era possível fazer melhor?, Público, 10/04/2020	35
25. Governo quer libertar presos ainda em abril, Sol, 10/04/2020	36
26. Histórico do PS afasta Bloco Central, Sol. 10/04/2020	39

27. Banca chamada para salvar economia, Sol, 10/04/2020	40
28. A retoma da hotelaria, Sol, 10/04/2020	41
29. Sobe & desce, Correio da Manhã, 10/04/2020	42
30. Sindicato e quarentena - Suspensão, Correio da Manhã, 10/04/2020	43
31. Estivadores - Portos podem parar, Correio da Manhã, 10/04/2020	44
32. 929 processos por abusos laborais, Expresso, 10/04/2020	45
33. Isto é tudo uma questão de narrativa, Expresso, 10/04/2020	46
34. "Confusion de Confusiones", Expresso - Economia, 10/04/2020	47
35. Garantia de emprego trava linhas de crédito, Expresso - Economia, 10/04/2020	49
36. O porto de Lisboa mantém-se em pé de guerra. sindicato de estivadores, Expresso - Economia, 10/04/2020	51
37. Estado deve meter dinheiro a fundo perdido nas empresas?, Expresso - Economia, 10/04/2020	52
38. Ensino - Só os alunos do 11º e 12º poderão regressar à escola neste ano letivo, Jornal de Notícias, 10/04/2020	53
39. Jovem de 27 anos morre esmagado, Jornal de Notícias, 10/04/2020	56
40. Trabalhadores em lay-off só podem procurar em atividade em cinco setores, Jornal de Notícias, 10/04/2020	57
41. Hotéis dispensam centenas de trabalhadores, Jornal de Notícias, 10/04/2020	58
42. Trabalhadores da Galiza voltam a ter os salários em risco, Jornal de Notícias, 10/04/2020	60
43. Ikea Portugal adopta layoff para 65% dos trabalhadores, Público, 10/04/2020	61
44. Trabalho alternativo ao layoff passa a estar limitado a cinco sectores, Público, 10/04/2020	62
45. Galp suspende produção de combustíveis em Matosinhos, Público, 10/04/2020	63
46. "Falhas graves" do Ministério da Cultura desassossegam um sector paralisado, Público, 10/04/2020	64
47. Autouropa em layoff, Sol, 10/04/2020	65
48. Autópsias dispensadas em mortos com covid, Sol, 10/04/2020	66
49. Chumbo a proteção de estagiários e formandos no IEFP em estado de emergência, Sol, 10/04/2020	68
50. Crise no mercado laboral, Sol, 10/04/2020	69
51. Prisões. "Resolver o problema da sobrelotação", Sol, 10/04/2020	71
52. Saudades de Futuro, Sol, 10/04/2020	72
53. A mudança e o medo, Sol, 10/04/2020	73





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 25

Cores: Cor

Área: 9,82 x 3,57 cm²

Corte: 1 de 1



TURISMO | SITE AJUDA EMPRESÁRIOS

Turismo do Porto e Norte e a Associação de Turismo do Porto lançaram ontem o microsite 'Norte mais Forte' para ajudar o setor turístico a combater a crise. Pretende apoiar na preparação das candidaturas aos apoios criados pelo Governo, e a pensar estrategicamente no futuro.





CORREIO dal manhã

10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 19

Cores: Cor

Área: 15,03 x 6,53 cm²

Corte: 1 de 1





Ministério do Trabalho, em Lisboa

Trabalhadores em layoff podem ajudar a reforçar equipas da saúde e distribuição

A cumulação de atividade pode ser feita apenas nas áreas da saúde, distribuição, logística ou setor alimentar. O esclarecimento foi feito ontem pelo Governo, que aprovou a alteração

das regras em Conselho de Ministros. O Executivo já tinha desafiado estes portugueses, que estão em casa devido à paragem total ou
parcial das empresas onde
trabalham, a reforçar áreas
com maior necessidade no
combate à pandemia, como
hospitais ou lares. •

MAR

10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 37

Cores: Cor

Área: 20,71 x 27,53 cm²

Corte: 1 de 2



Pandemia atrasa quota para pesca de sardinha

PESCADORES O Portugueses e espanhóis enviaram proposta conjunta aos governos dos dois países GOVERNO Admite que não tem sido possível agendar reuniões técnicas para fixar limite à captura

ANDRESA PEREIRA*

escadores portugueses e espanhóis enviaram uma proposta conjunta aos governos de cada país defendendo um limite de captura de 12 mil toneladas de sardinha até julho deste ano. O Governo reconhece que a pandemia "atrasou o processo de avaliação".

"O documento representa o que achamos que os governos devem assumir e promover como fundamental para 2020, ou seja, tentar definir possibilidades de pesca realmente compatíveis com a melhoria significativa do recurso, que está devidamente comprovada pelos dados científicos e pela prática dos profissionais no seu dia a dia no mar", diz Humberto Jorge ao CM, da Associação Nacional das Organizações de Produtores da Pesca do Cerco (Anopcerco). "Não faz sentido estarmos ligados a um modelo matemático que não serve para nada.'

O Ministério do Mar explica ao CM que "a definição da quota para 2020 está a ser analisada por Portugal e Espanha em articulação com a Comissão Europeia", mas que o trabalho do cruzeiro do IPMA que avalia "o estado de recrutamento da sardinha" só terminou o trabalho "pouco tempo antes de entrarem em vi-

gor as condicionantes" impostas pela atual pandemia. Daí que

ainda não tenha sido "possível agendar nenhuma reunião do grupo de trabalho da sardinha do ICES". "A pandemia da Covid--19 atrasou este plano de avaliação", diz o gabinete de Ricardo Serrão Santos, adiantando que "o Ministério do Mar espera rea-

CONJUNTO UM LIMITE



Pesca da sardinha está interdita e governos português e espanhol pretendem que seja retomada em junho

tivar este processo o mais brevemente possível". "Ainda não há uma data para a tomada de decisão", sublinha.

Apesar disso, "Portugal e Espanha propuse-PESCADORES IBÉRICOS ram o início da **PROPUSERAMEM** pesca da sardinha em ju-

> nhoe, de acordo com o parecer científico, um limite equivalente ao registado no ano passado". Em 2019 foi autorizada uma quota de captura de sardinha de cerca de nove mil toneladas. . * COMR.O.

NOTÍCIA EXCLUSIVA

CORREIO

Governo suspende pesca ao fim de semana

Co Governo suspendeu, a partir de hoje e até 31 de maio, a pesca ao fim de semana, para "contribuir para o ajustamento entre a oferta e a procura" durante a pandemia. Segundo a portaria do Ministério do Mar, para as águas interiores, sob jurisdição das capitanias, e para as



Limitação impõe-se até 31 de maio

águas marítimas, sob jurisdição nacional 'da divisão 9', a pesca está proibida entre as 22h00 de sexta-feira e as 22h00 horas de domingo, todos os fins de semana e até ao dia 31 de maio.

CISION

ID: 85910036

(M) MOSSAL PT

CORREIO dal manhã

10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 4,20 x 2,16 cm²

Corte: 2 de 2



EM MARÇO E ABRIL, Jogadas Grátis 1000!

SEMANAS INCRÍVEIS NO NOSSO CASINO.

JOGUE JÁ!







PARTE
DO BRAÇO
DEIXA
DE SER MÃO
P.39



INDULTO ESPECIAL PERMITE SAÍDA DE HOMICIDAS E PEDÓFILOS







ATAQUE MATOU 13 P.34 Morreu mandante do Meia Culpa

DECISÃO SUSPENSA P.37 Pandemia atrasa quota para pesca da sardinha

JUSTIÇA P.32

Meses de negociação libertam Rui Pinto PROCURADOR
PEDE
CONDENAÇÃO
DE AMANTE



Viúva exige novo julgamento P.48





CORREIO dal manhã

10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 6

Cores: Cor

Área: 25,70 x 27,12 cm²

Corte: 1 de 3



EDUCAÇÃO

Creches fechadas e docentes de risco dispensados

PRÉ-ESCOLAR ^③ Idade das crianças, entre três e seis anos, e dificuldade em manter distanciamento dificulta decisão sobre eventual reabertura ESCOLAS ^③ Faltas justificadas para funcionários, alunos ou professores de grupos de risco



ara as crianças mais pequenas, entre os três e os seis anos, é ainda grande a incógnita sobre a reabertura do Ensino Pré-Escolar. Os apoios aos país com crianças até 12 anos mantêm-se após a Páscoa, com o retomar do ano letivo.

Pré-Escolar

Segundo o primeiro-ministro, só serão retomadas as atividades nos jardins de infância, para as crianças entre os três e seis anos, "quando forem revistas as atuais regras de distanciamento social, que são impossíveis de cumprir em sala com crianças desta faixa". Para António Costa, "é prematuro definir um prazo indicativo".

Creches

O retomar das atividades nas creches, para as crianças até aos dois anos, "vai estar sujeito às decisões e avaliações que vamos fazendo", disse o primeiro-ministro. Ainda assim, Costa deixou no ar a possibilidade de reabrirem antes do Pré-Escolar, já que "as condições de mobilidade são distintas das do Pré-Escolar". "Entre os três e seis anos as crianças mexem-se mais, com a irrequietude própria daquela idade", frisou.

Grupos de risco

Já quanto ao Ensino Secundário, "as direções dos agrupamento tomarão as medidas adequadas para que as aulas decorram com respeito das regras de distanciamento e higienização", sublinhou Costa. Apesar destas medidas, o primeiro-ministro frisou que "devem ser dispensados do serviço presencial os docentes e outros trabalhadores que integrem grupos de risco". O mesmo acontece com alunos que os integrem. "O Governo nunca tomará a decisão de iniciar as aulas presenciais se não tivermos condições de segurança", disse António Costa

Faltas justificadas

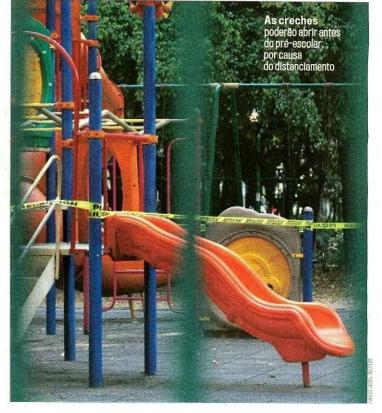
As faltas dos alunos são consideradas justificadas sem a necessidade de preenchimento de requerimentos ou atestados.

Apoios aos pais

O apoio excecional aos trabalhadores por conta de outrem e a trabalhadores independentes que fiquem em casa a acompanhar os filhos por causa do encerramento das escolas continuará em vigor após as férias da Páscoa. Como a medida tem caráter mensal, é necessário que as empresas voltem a apresentar aos serviços da Segurança Social a declaração dando conta dos dias que o trabalhador faltou no mês anterior devido à assistência a filhos com até 12 anos. O trabalhador preenche o formulário que está no site da Segurança Social, entrega-o à empresa e esta comunica aos serviços do Estado.

NOTÍCIA EXCLUSIVA





CISION

ID: 85909740



10-04-2020

DIRETORES SATISFEITOS

medidas. Dizem que as suas

propostas foram acolhidas. .

C Diretores escolares saúdam

Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 7

Cores: Cor

Área: 25,70 x 27,14 cm²

Corte: 2 de 3



DEPOIMENTOS

MÁRIO NOGUEIRA SECRETÁRIO-GERAL DA FENPROF

"Tem de haver um reforço da contratação"

"De uma forma geral, o que foi anunciado corresponde ao que defendemos.



É depois necessário perceber o que vai acontecer, nomeadamente em relação aos exames, porque nem todos os alunos trabalharam presencialmente as mesmas matérias. As desigualdades entre alunos iriam agravar-se caso o conteúdo das provas as abordasse. Tem ainda de haver um reforço da contrata-ção: cerca de 50% dos docen-tes 15% têm mais de 50 anos. Muitos no grupo de risco, que não poderão estar logo na es-cola aquando do regresso. É importante que existam ainda equipamentos de proteção para alunos e docentes.

JORGE ASCENÇÃO PRESIDENTE DA CONFAP

"O ensino à distância tem de ser sério"

"Estamos no caminho certo e as medidas são positivas. A segurançaea



saude dos nossos filhos estão em primeiro lugar. É essa a razão para manter o ensino à distância, Agora, este tem de ser sério e avaliado. Não pode defraudar o trabalho que os alunos já fizeram, e continuam a fazer, para que sejam reco-nhecidos e progridam na vida académica. E isso não fica comprometido. Quanto ao comprometido. Quanto ao apoios às famílias, que não nos passava pela cabeça que não se mantivessem, gostaríamos que o Governo fosse mais longe, até aos 16 anos. Gostaríamos ainda que fosse possível renegociar com as operadoras uma redução dos custos das comunicações." ...

GARANTIA DO GOVERNO

C O Bloco quer a garantia de que "nenhum aluno fica retido" por falta de condições. •

PCP DEIXA AVISOS

☼ O PCP alertou que o regres-so às aulas nos 11.º e 12.º anos deve ser condicionado.

MEIOS PARA TODOS

OCDS quer o Governo a assegurar que todos os alunos têm meios tecnológicos.

CISION°

ID: 85909740



10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 3,90 x 0,96 cm²

Corte: 3 de 3



EM MARÇO E ABRIL, Jogadas Grátis 1000! Semanas incriveis no nosso casino.

JOGUE JÁ!







PARTE DO BRAÇO DEIXA DE SER MÃO



INDULTO ESPECIAL PERMITE SAÍDA DE HOMICIDAS E PEDÓFILOS

ESPECIAL DE 27 PÁGINAS: TUDO SOBREA PANDEMIA

CONTROL DE CONTROL D





ATAQUE MATOU 13 P.34 Morreu mandante do Meia Culpa

DECISÃO SUSPENSA P.37

Pandemia atrasa quota para pesca da sardinha

JUSTIÇA P.32

Meses de negociação libertam Rui Pinto PROCURADOR
PEDE
CONDENAÇÃO
DE AMANTE



Viúva exige novo julgamento P.48



CISION

ID: 85909719



10-04-2020

Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 2

Cores: Cor

Área: 4,73 x 21,96 cm²

Corte: 1 de 1



DIAADIA

Falta de material

Enquanto em Inglaterra a arrogância e o desprezo de Boris Johnson pela Covid-19 o atirava para os Cuidados Intensivos, por cá continuava a discussão das máscaras. Sem querer fazer comparações o Governo e o povo portugueses têm sido muito mais responsáveis -, é, porém, inevitável sublinhar a falta de entendimento nas várias mensagens das autoridades políticas e da Saúde. O caso das máscaras é emblemático. A ministra admitiu rever o desaconselhamento do uso generalizado. A diretora-geral da Saúde só recomenda para profissionais da saúde e doentes, conforme a Organização Mundial da Saúde. Mas a OMS não diz que não, só alerta que as máscaras poderão faltar a quem mais precisa e alega vagamente outros riscos. A Ordem dos Médicos defende o uso generalizado e o Governo da Madeira também. Marcelo diz que não comenta, mas que ele usa, lá isso usa. Assim, ninguém entende o que aconselham aqueles que prometeram dizer sempre a verdade. Qualquer pessoa sensata percebe que é mais seguro usar máscara. Agora, se não há para todos, então que se dê prioridade aos grupos de risco. Isto é muito fácil de explicar. A mensagem só se torna caótica quando se quer esconder o óbvio: a falta de material.

TIAGO REBELO JORNALISTA

CISION°

ID: 85909576



10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 11

Cores: Cor

Área: 28,20 x 34,70 cm²

Corte: 1 de 1





Miguel Sousa Tavares

SETE DIAS DE COVIL: 3/9 DE ABRIL

ara quase toda a gente, os dias são sempre iguais, as semanas arrastam-se, as rotinas repetem-se, e descobre-se que nada passa mais devagar do que o tempo que se suspende. Para variar, então, vou fazer este semanário da covid de trás para a frente.

9 de Abril. O Eurogrupo retoma hoje a discussão de há dois dias, que é a mesma de há 15 dias. Terça-feira, foram 16 horas de reunião apenas para decidir se o Mecanismo Europeu de Estabilidade empresta a cada país até 2% do seu PIB, a taxas de juro mais acessíveis. É isso em vez da dívida europeia mutualizada — pois que, como disse o ministro das Finanças holandês, eles não querem garantir dívida dos outros. Apenas, acrescento, querem continuar a cobrar impostos que eram devidos aos outros. Para Portugal, este generoso empréstimo representaria 4000 milhões de euros de mais dívida, e a poupança com juros que daí resul-taria (em função da diferença entre a taxa garantida pelo MEE e a que Portugal obtém hoje nos mercados) significaria 32 milhões por ano, durante os 10 anos de vigência do empréstimo. 32 milhões: 0,01% do PIB português, eis o que estava em discussão. Mas, mesmo assim, a Holanda boicotou, sozinha e até ao fim, este acordo ridículo, pois exige "condições" aos países aderentes. Quer que eles garantam "contas certas": a casa está a arder e o dono da casa preocupa-se com a conta da água para apagar o fogo! Na verdade, estou quase a desejar que a Itália dê um murro na mesa, saia do Eurogrupo e estoire com esta União de fachada. E, depois, poderíamos pensar na utopia que, meio a sério, meio a brincar, iá aqui defendi em tempos: uma união dos países do Sul da Europa mais os do Norte de África, e os ricos que fossem à sua vida. A primeira medida que a "minha" União faria era instituir um imposto altíssimo a qualquer cidadão dos ricos do Norte que quisesse entrar no Sul. "Querem vir ao Club Med, ver o sol, embebedar-se nas nossas esplanadas, querem ver se somos infelizes? Paguem, paguem caro!"

8 de Abril. É quase oficial: passámos o célebre pico. Algures por volta de 27 de Março, muito antes do esperado e sem dar por isso. A curva da morte e do descontrole achatou, aplanou, tomou a forma das planícies alentejanas. E assim evitámos o grande pânico da sobrecarga dos serviços hospitalares. Não desconsiderando por um momento o esforço e a entrega dos nossos profissionais de saúde e se tudo isto se confirmar, a verdade é que, no nosso caso, os heróis foram até agora, sobretudo, os heróis sem máscara, os milhões que se recolheram disci-



plinadamente a casa, antes até de o Governo o pedir ou o impor.

Mas agora dizem-nos que, tendo assim salvo o SNS e ganho com isso tempo precioso para melhor o equipar, não apenas sacrificámos mais a economia como também tornámos mais obscura e longínqua a derrota do inimigo. Ao fecharmo-nos em casa, tal como nos recomendaram, evitámos a disseminação da infecção, mas, com isso, evitámos também a imunidade de grupo. E agora, conclui quem sabe, só há uma solução boa: continuarmos fechados em casa, tantos mais quanto possível, até que haja uma vacina. Ou seja: não sucumbimos à doença, sucumbimos à prevenção. Eis um infeliz case study.

7 de Abril. Trump descobriu agora que a culpa da absoluta e humilhante impreparação em que os Estados Unidos foram apanhados foi da Organização Mundial da Saúde, que terá reagido tarde de mais a avisar os países. E, vai daí, aplicou à OMS a mesma receita que aplicava na sua vida de empresário quando os negócios lhe corriam mal: não paga mais quotas à OMS. O tempo que Trump demo-rou a aceitar que o coronavírus não era uma simples gripe terá custado, seguramente, milhares de vidas de americanos. Quando finalmente percebeu a iminência do desastre, quando se deu conta de que o país mais rico do mundo estava completamente impreparado para enfrentar a ameaça e, sobretudo, quando percebeu que a falta de liderança e a insensibilidade de que dava mostras lhe poderiam custar a reeleição, reagiu ao seu estilo, com aqueles olhinhos de capataz zangado com que gosta de ameaçar o planeta: começou por acusar a China, depois a Itália, depois a Europa (com quem cortou todos os voos comerciais de um dia para o outro, sem sequer avisar)

de terem exportado o vírus para os $\mathrm{EUA}-\mathrm{j\acute{a}}$ a OMS o tinha declarado uma pandemia há muito tempo. Depois, humilhou-se a receber ajuda da China e da Rússia e acusou os governadores estaduais de, eles sim, terem acordado tarde de mais para o problema. Agora, cereja no topo, acaba de recorrer ao seu homem providencial para resolver as crises: substituindo a múmia semipresidencial Mike Pence. o homem ora encarregue de dirigir o combate nacional ao coronavírus é o genro presidencial, Jared Kushner. O mesmo que "resolveu" a questão israelo-palestiniana e conhecido nos Estados Unidos como das pessoas ditas mais competentes que jamais fizeram uma só coisa competentemente. E, com tudo isto, o homem sobe nas sondagens e atinge o seu pico - o da popularidade. É extraordinário como é que a nação liderante do mundo livre se deixa desgovernar ao ponto de se tornar a nação mais perigosa do mundo, por se ajoelhar como um rebanho dócil aos pés de um perfeito idiota. E de um idiota cruel. No Brasil, pelo menos, consta que os militares já deram um chega para lá em Bolsonaro, o passo imediatamente anterior a internarem-no no manicómio de onde ele nunca devia ter saído.

6 de Abril. Um dos mistérios mais preocupantes e inexplicáveis para mim é como é que a ministra Marta Temido insinuou, dois dias a fio, que os serviços de urgência estavam à beira da exaustão. Porque a exaustão, se bem percebo, dá-se nos cuidados intensivos e aí o número de ventiladores, se bem

No nosso caso, os heróis foram até agora, sobretudo, os heróis sem máscara que alarmantemente escasso, foi sempre, no mínimo, quatro vezes superior ao número de doentes internados em UCI. Aliás, esse número nunca ultrapassou os 271 doentes e está agora nos 245—o mesmo que estava no dia 3 de Abril, quando um report da Universidade de Washington veio dizer que nesse dia faltaram 118 camas para doentes em UCI em Portugal. Mas, afinal, onde estão as 2000 camas de que falou o primeiro-ministro? E as 500 lançadas com pompa e circunstância num hospital de campanha montado no Estádio Universitário de Lisboa e de que nunca mais se ouviu falar?

5 de Abril. A discussão que a DGS alimenta, sem tomar uma posição clara, sobre se se deve ou não usar máscaras e se se deve ou não usar máscaras e se se deve ou não generalizar os testes, tem, obviamente, na base de todas as hesitações e contradições, uma única razão de ser: não há máscaras nem testes que cheguem. Aproveitando ver uma farmácia absolutamente sem ninguém, em Lisboa, resolvo fazer o teste da máscara: avio uns remédios que não têm nada a ver com a covid e depois pergunto se têm desifectante para as mãos. "Só álcool a 70 graus", responde a menina. "E máscaras?", pergunto.

De repente, ela põe-se a olhar para o computar e de soslaio para a colega e responde a meia voz: "De momento, não." Colado no balcão está um discreto letreiro com o desenho de uma máscara e a indicação do preço: 5 euros (dez vezes o preço de custo). Percebo: são 5 euros, se houver muitas para vender; são 10 euros para as que estão reservadas, se forem poucas.

4 de Abril. Se a estratégia era, como todos recomendaram, a de contenção da dimensão da infecção, de modo a salvaguardar a capacidade do SNS, é forçoso reconhecer que o Governo actuou bem e a tempo. E os erros que

tem havido e vai continuar a haver foram quase todos de responsabilidade técnica e não política. Basta comparar com o que sucedeu noutros países - e desde logo, com Espanha e o desastre personalizado pela dupla Pedro Sánchez/Pablo Iglesias — para perceber, de boa-fé, que assim foi. Mas parece que o reconhecimento geral disto está a pôr segmentos da nossa direita de cabelos em pé. Temos o eurodeputado Paulo Rangel às voltas com a dificuldade em explicar porque não propõe, preto no branco, a expulsão do Fidesz do grupo parlamentar europeu de que faz parte, mas que ainda arranja tempo e pretexto para se indignar com a "bravata" de António Costa face ao ministro das Finanças holandês, acusando-o de "navegar à vista" nesta crise e ameaçando-o de que "não pode falhar". (Porque não empresta Rangel a sua infalível bússola ao PM?) Temos Alberto Gonçalves, no "Observador", com uma tamanha raiva contra Costa que mesmo os leitores do "Observador" se insurgiram contra ele, levando-o a carpir pungentes lágrimas de genuína estupefacção e dor. E temos João Miguel Tavares, no "Público", que, depois de ter escrito um patético artigo a exigir ao Governo uma data para "isto" acabar, levou também de volta com a revolta expectável dos leitores, acabando a reclamar-se vítima da liberdade de imprensa e do "pensamento único", antes de, finalmente, achar por bem escrever novo texto em que reconhecia que, de facto. ninguém, a começar pelos cientistas, podia dizer quando e como é que isto podia acabar. Não havia necessidade... Vem aí uma crise económica feia como tudo e onde a direita terá certamente ocasião de brilhar. Um pouco de paciência, senhores!

Miguel Sousa Tavares escreve de acordo com a antiga ortografia





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal
Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 2

Cores: Cor

Área: 12,21 x 29,81 cm²

Corte: 1 de 1





O ACHATAMENTO ESTÁ FEITO. E AGORA?

lhamos para alguns países do Norte da Europa como exemplo do que devia ter sido feito. Erro. Olhem para Portugal. Tínhamos tudo para correr mal. Somos um país do Sul, religioso, onde a família ainda é muito forte, damos beijinhos e abraços por tudo e por nada, adoramos a rua, de dia e de noite, os centros comerciais à pinha, e os restaurantes exíguos onde chegamos a partilhar a mesa com estranhos, Temos um Servico Nacional de Saúde marcado por falta de investimento há mais de 10 anos. Contudo, parece que evitámos o pior.

A curva, aquela que nos queria condenar, parece agora afastar o caos. A situação pode ainda piorar. Até ao fim do combate, o lutador tem de manter a guarda para evitar o risco que um golpe apareça sem aviso e o derrube. Mas os piores receios não se confirmaram.

As medidas sociais de isolamento, tomadas em primeiro lugar pela sociedade civil, que, como já referi neste espaço, autoproclamou o seu estado de emergência, contribuíram de forma clara para o achatamento mais do que evidente da curva. E esse era o grande objetivo. Prolongar ao máximo o período de contágio para evitar a falência do Serviço Nacional de Saúde. Tempo essencial para reforço de investimento e reorganização das estruturas. Agora, mesmo que a situação piore ou que no futuro venha um novo surto, estamos preparados para evitar o maior número possível de mortes.

Ao manter a guarda por tempo prolongado protegemos de facto a população, mas potenciamos um outro risco: a destruição da economia.

Este é o maior dilema atual. Qual a altura certa em que o risco de manter tudo fechado é superior ao do impacto mortal do vírus?

A economia francesa caiu 6% no primeiro trimestre e entrou oficialmente em recessão. Na segunda quinzena de março, a queda da atividade económica foi de 32%. A maior queda desde 1945. A economia alemã deverá cair 10% em três meses. Aqui ao lado, em Espanha, já se fala de uma queda do Produto Interno Bruto de 15%.

A grande dependência de Portugal dos mercados externos obriga-nos a esperar o pior. É muito cedo para saber quanto tudo isto vais custar, mas, decididamente, não será pouco.

A vida humana não tem preço, mas todo o dinheiro que o Estado está a gastar agora é não produtivo, são custos. O dinheiro produtivo, como o investimento, não existe. E a queda de receitas do Estado deve ser astronómica. Já não nos interessa o défice, mas isso não quer dizer que ele não esteja lá. A conta vai ter de ser paga. Andámos a lutar nos últimos nove anos para diminuir a dívida pública porque uma dívida elevada significa mais impostos, que significa menos rendimento. E a Europa, mais uma vez, prova que só lá está nos bons momentos. Se em 2011 nos deram a mão em troca de um elevado preço, que aceitámos porque sabíamos que a culpa era principalmente nossa, agora cerramos os dentes de raiva com a falta de solidariedade. É cada um por si. Isso, no caso de Portugal, só significa uma coisa, mais austeridade. Venha ela por aumento de impostos ou por menor gastos públicos. Ou por ambos.

Este é o maior dilema atual. Qual a altura certa em que o risco de manter tudo fechado é superior ao do impacto mortal do vírus?

Por isso, não nos podemos focar e ficar contentes apenas por termos chegado ao fim do túnel. É essencial planear a saída. Que desta vez não será limpa. O estado em que saímos e o que vamos fazer depois é tão ou mais importante. E esse deve ser agora o foco de políticos e empresários. Planear o que é preciso fazer para a reconstrução económica. Se uma guerra parece ganha, outra maior nos espera.

Rui Rio anunciou esta semana, à saída de um encontro com António Costa, que afinal o Governo ia adiar o anúncio sobre a abertura física das escolas. Ter o líder da oposição como porta-voz do Governo não é apenas caricato, é a prova do falhanço total da comunicação. Várias vezes o Governo anunciou coisas que teve de emendar nos dias seguintes. Algo normal quando a realidade muda a cada dia que passa. Mas numa altura em que as pessoas procuram um farol, é preciso cautela e ponderar se, às vezes, não é melhor ficar apenas em silêncio.

jvpereira@expresso.impresa.pt





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 12

Cores: Cor

Área: 28,20 x 43,86 cm²

Corte: 1 de 1



A maioria dos concelhos mais atingidos pela pandemia (além do Porto) está no Norte e Centro. Autarcas queixam-se de desigualdade no combate e apontam o dedo ao Governo

NOVOS CASOS CONFIRMADOS

MIGUEL SANTOS

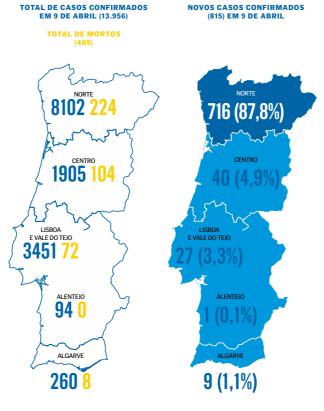
Falta de equipamento para proteção individual, hospitais perto da rutura, lares como bombas--relógio, descoordenação en tre autoridades locais, listas de espera de duas semanas para a realização de testes e uma perceção que se vai instalando no terreno: apesar das regiões do Norte e Centro do país serem aquelas que mais inspiram cuidados neste momento, pelo cuidados neste momento, pelo número de infetados e pela taxa de letalidade da doença, muitos autarcas ouvidos pelo Expresso acusam a administração central de estar a concentrar recursos na região da Grande Lisboa.

"É uma tendência evidente", critica o social-democrata Pau-lo Cunha, presidente da Câmara de Famalicão (168 infetados). "É algo enraizado e absoluta-mente lamentável." O autarca queixa-se de haver um enorme atraso no rastreio, mesmo o que devia ser prioritário — "temos marcações para 20 abril e esses testes certamente não contarão para as estatísticas", ironiza — e aponta uma "enorme dificuldade no acesso à informação para identificar quem está in-fetado e onde". Isto, alega, in-valida qualquer estratégia que se queira eficaz de contenção. "É confrangedor. Não tem ex-plicação."

De acordo com os dados on tem divulgados, a região Nor-te é de longe a mais afetada, com 8 mil infetados — são 58% dos casos (ver texto abaixo).
"O Centro é a segunda região com mais vítimas mortais (104), apesar de ter bem menos infetados do que o Norte e a região de Lisboa e Vale do Tejo". A imagem de Fernando Medina e Jamila Madeira, presidente da Câmara de Lisboa e secretária de Estado Adjunta e da Saúde, a receberem no iní cio da semana um megacarre gamento de material vindo da China, com direito a imprensa e agradecimentos públicos, deixou muitos autarcas revol-tados e chegou à cúpula do PSD. "Uma pose que é um desplante", escreveu no Twitter David Justino, vice-presidente do partido. "Os meios estão a ser concentrados em Lisboa e não chegam onde a situação é mais complexa", acusa Emídio Sousa, de Santa Maria da Feira (246 infetados), que lamenta a falta de testes e de equipa-mento de proteção individual. "É uma coisa assustadora. Es tamos a trabalhar no limite." Mais contido, Ricardo Rio, de Braga (521 infetados), não deixa de notar que "os anúncios não parecem ter correspondência aos meios que são dis ponibilizados"

O socialista Eduardo Vítor Rodrigues, autarca de Gaia (631 infetados) e presidente da (03) infetados) e presidente da Area Metropolitana do Porto, prefere não apontar o dedo à administração central, mas re-conhece que "há uma enorme escassez no mercado". "É como se estivéssemos a comprar álcool durante a Lei Seca. Os preços estão escandalosamente inflaci-onados. É inacreditável." Ribau Esteves, o autarca

de Aveiro (153 infetados) que







"Os meios estão a ser concentrados em Lisboa", denuncia Emídio Sousa, de Santa Maria da Feira

durante a semana denunciou as dificuldades do Ministério da Saúde na resposta à crise, subscreve todas as críticas e lanca outro dado: como explicar que a taxa de letalidade da doença na região Centro seja, neste momento, quase o dobro da que se regista no Norte ou Sul do país? "É, no mínimo, um indicador de que é preciso pôr os recursos no território de forma proporcional às ne-cessidades", diz, lamentando que não seja de conhecimento público a lista do material que já foi distribuído por região e concelho e o critério que está a ser usado.

Ao Expresso, fonte oficial do Ministério da Saúde garantiu que os testes, equipamento de proteção individual e de assistência médica estão a ser distribuídos tendo em conta as "ne-cessidades" e que, no caso dos ventiladores, além da "neces sidade expressa pelos diversos hospitais", é analisada a "res-petiva capacidade de aumento de número de camas, conside rando também, nas doações, as indicações dos mecenas, quando existem". Ainda assim e apesar do pedido do Expres-so, o Governo não fez chegar o levantamento do material que já foi entregue e a quem. Sobre

Novos casos estão quase todos no Norte

A esmagadora maioria dos novos casos de coronavírus confirmados ontem encontra-se na região Norte, segundo o boletim epidemiológico da Direção Geral da Saúde (DGS). Do total de 815 novos infetados, 88% estão nesta região, que já concentra mais de metade dos doentes e das mortes registadas a nível nacional Nas últimas 24 horas, de acordo com os dados da DGS, a região de saúde do Norte registou 16 das 29 mortes por covid-19. Além disso, contam-se já 8102 casos (58% do total do país) e 224 óbitos (55%). Olhando para os números, é nesta região que se concentra o problema. Porém, a taxa de letalidade, que resulta da divisão do número de óbitos pelo total de infetados, não é a mais alta do país e está próxima da média nacional (2,8%). A situação de maior risco em termos de letalidade está na região Centro, com uma taxa de 5%, apesar de ter metade das mortes e quatro vezes menos casos do que o Norte (ver pág. 18). É preciso, no entanto, ter em conta que estas regiões de saúde são muito alargadas e muito heterogéneas, pelo que o problema pode encontrar-se concentrado numa determinada zona e não estar a afetar da mesma maneira toda a região. Segundo os dados do portal do SNS, a região de saúde do Norte regista 3,74 milhões de utentes — quase tantos quanto os 3.76 milhões de Lisboa e Vale do Tejo — e cerca de um quinto da população

a taxa de letalidade, o Ministério da Saúde assegura que "a DGS está a articular com a Autoridade Regional de Saúde uma melhor avaliação"

A bomba está nos lares

Num momento em que se começa a sentir também a escas-sez de recursos humanos (médicos, enfermeiros, assistentes), Ribau Esteves entende que o Governo só tem uma solução: avançar para a requisição civil desses profissionais e alocá-los onde são necessários. Com várias autarquias, so-

bretudo as mais atingidas, obrigadas a criar hospitais de campanha para libertar os de referência e lares de retaguarda para separar os casos positivos dos negativos, as dificuldades em encontrar pessoal preparado têm-se acentuado nos últimos dias. O voluntarismo das câmaras e o voluntariado não chegam. "Se houver um bocadinho mais de procura, o hos-pital entra em rutura e temos de avançar com o hospital de retaguarda. Mas não é a câmara que vai assegurar o funciona-mento clínico desse hospital de retaguarda", avisa o socialista Domingos Bragança, autarca de Guimarães (161 infetados), lamentando a indefinição das

autoridades competentes. O problema da falta de profis-sionais afeta igualmente Matosinhos (444 infetados), concede Luísa Salgueiro, mesmo depois de a Câmara ter criado uma bol-sa de reforço solidário. Entre o desdobrar de equipas e os pro-fissionais entretanto infetados, "houve um grande desfalque

A este propósito, de Braga a Aveiro, os nove autarcas ouvi-dos pelo Expresso concordam: a velocidade com que está a ser feito o rastreio nos lares e o tempo que demoram os resultados estão muito longe do ideal, "Devíamos estar a fazer 70 ou 80 testes por dia a utentes e profissionais e estamos a fazer 20. Esta gente não percebe que é nos lares que está a bom-ba", queixa-se Emídio Sousa, da Feira, antes de deixar outra pergunta: "Que sentido faz que para a fase piloto de rastreio nos lares tenham sido escolhi-dos os distritos de Lisboa, Guarda, Évora, Faro e então Aveiro quando é no Norte que a situa-ção está caótica?", interroga. E o ciclo volta ao início: a resposta não estará a ser proporcional.

Atenção à pressa

Unânimes são os apelos à prudência: o país deve regressar à normalidade possível sem co-locar em causa a saúde pública. "Tenho a maior preocupação com o que pode acontecer se começarmos a tirar o pé do tra-vão", avisa Eduardo Vítor Ro-

António Silva Tiago, autarca da Maia (512 infetados), concelho a que pertence o Aero-porto Francisco Sá Carneiro, assina por baixo. "Não podemos avançar para recuar. As consequências poderão ser bem piores". Numa ideia, resume Luísa Salgueiro: "Não podemos ter pressa." Página 11 oressa." Página 11 arrapatoso@expresso.impresa.pt

"Fico preocupado se tirarmos o pé do travão", avisa Eduardo Vítor Rodrigues, autarca de Gaia

tem mais de 65 anos

RAOUEL ALBUOUEROUE



Expresso

10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 7

Cores: Preto e Branco Área: 10,18 x 43,59 cm²

Corte: 1 de 2



Costa quer plano para começar a reabrir comércio

Marcelo só deve renovar estado de emergência mais uma vez. Primeiro--ministro vai reunir-se esta semana com economistas

Marcelo Rebelo de Sousa volta a renovar o estado de emergência na próxima semana — agora de 17 de abril até ao final do mês —, mas para o Presidente da República esta deverá ser a última vez que o faz. Abril será, assim, o mês de todos os encerramentos, mas em maio, depois de garantir que o cenário epidemiológico é favorável, António Costa quer começar a abrir partes da economia, já sem a chancela do estado de emergência. Abra ou não parcialmente as escolas no próximo mês — ontem, o primeiro-ministro voltou a ser cauteloso, admitindo um plano B de continuidade das aulas não presenciais também para o secundário, "caso a evoluça" — o foco vira-se agora para quais as atividades de comércio e servicos que podem começar a abrir.

ços que podem começar a abrir. O plano só será trabalhado depois de o primeiro-ministro ouvir, na terça-feira, economistas e os representantes dos organismos nacionais que fazem previsões económicas: Instituto Nacional de Estatística, Conselho de Finanças Públicas, Banco de Portugal, ISEG e Universidade Católica. A sua ideia é perceber quais as "fragilidades que a economia ainda tem", qual o papel das políticas públicas nesta recuperação, se esta crise criou uma mudança estrutural na economia e se há possibilidades de reconversão de empresas, para reduzir a dependência de países terceiros em produtos essenciais.

em prouttos essenciais.

Mas ainda falta ouvir os especialistas em saúde pública que o chefe do Governo decidiu sentar semanalmente à mesa com os órgãos de soberania e de quem o Presidente da República espera a confirmação de não se justificar pensar num quarto período de estado de emergência. Nas conversas diárias que Marcelo tem mantido com o primeiro-ministro nunca abordaram a hipótese de prolongar este estado de exceção para além de abril. E, embora haja especialistas em saúde pública que, sabe o Expresso, já ponderaram um quarto decreto presidencial que esticasse o estado de emergência até 17 de maio, isso não foi assumido na reunião que técnicos da DGS e do Instituto Ricardo Jorge tiveram esta semana com os poderes políticos. Nem consta das regados do Marcelos Cotts

agendas de Marcelo e Costa.

Desde o início do surto que o primeiro-ministro sinalizou não querer parar a atividade económica (resistindo, aliás, ao estado de emergência) e, embora os peritos tenham travado pressas, a começar pelo anúncio do reinício das aulas, que aconselharam o Governo a adiar, as boas notícias sobre a evolução do surto alimentaram no Executivo a pressa de começar a pensar no levantamento de restrições. Não para já, mas a partir do final do mês.

a partur do intal do mes.

O Presidente concorda. Embora ainda queira ouvir os especialistas, a convicção de Marcelo é que só faria sentido prolongar o estado de emergência para além de abril se houvesse um agravamento súbito da epidemia. Caso contrário, prolongar o estado de

emergência para maio nem se enquadraria com o anúncio feito pelo primeiro-ministro de que estão a estudar a reabertura das aulas nessa altura

Alívio à vista

O aviso dos peritos será o pano de fundo das decisões: muita cautela, é cedo para levantar restrições, porque, na melhor das hipóteses, o pico de novos contágios foi atingido no final de março mas ainda haverá muitas infeções e mortes. Assim, o decisivo nesta fase é manter a pressão para que não se aligeirem comportamentos. É nisso que Presidente, Governo e autoridades sanitárias querem concentrar a mensagem durante este mês, para ver se maio começa a virar a página. Nesse sentido, Marcelo não tenciona aligeirar o decreto com que na próxima semana renovará pela segunda vez o estado de emergência. No essencial, o texto deverá ficar na mesma, permitindo ao Governo aproveitar o respaldo legal que o decreto lhe dá para ir aliviando restrições à medida que o final

de abril se aproxime.

Da parte do Executivo, depois da contenção reforçada na Páscoa, a mensagem é a de que é

O Presidente da República espera ter cobertura dos peritos para só renovar o estado de emergência até ao final de abril

preciso começar a olhar para o futuro. Mas, seja qual for o plano, será sempre progressivo, lento e não isento de erros ou de mudanças de rumo. O que está a ser feito cá está também a acontecer por toda a Europa. onde, após um mês de confina-mento, começaram a aparecer as primeiras intenções de levantamento de medidas restritivas na Áustria, Dinamarca e Noruega - exemplos que estão a ser monitorizados pelo Executivo. Para sinalizar que na Europa iá se comeca a pensar no day after, a Comissão Europeia ten-tou lançar um roadmap para levantamento homogéneo de medidas nos Estados-membros mas esbarrou no protesto de alguns países. Dá, no entanto. algumas pistas: primeiro, lojas pequenas, depois, restaurantes, e só por fim locais com grandes aglomerados de pessoas. Na prática, uma reabertura ao contrário do que foram as de cisões de encerramento, o que também será avaliado por cá.

O Governo está perante um alicate que se começa a fechar: de um lado, os primeiros dados da economia cá e lá fora mostram um efeito avassalador; por outro, os peritos continuam a aconselhar uma abertura cirúrgica da economia. Ainda esta semana a Organização Mundial de Saidéa elertou para a necessidade de os Estados terem uma "alternativa" ao confinamento que passe pela robustez dos serviços de saúde, testes alargados e rastreamento dos infetados. Preparar a saída do confinamento é um desafio, com a perceção de que enquanto não houver vacina nem tratamento há sempre riscos.

ÂNGELA SILVA
e LILIANA VALENTE
avsilva@expresso.impresa.pt



ID: 85909559 10-04-2020 Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 23,69 x 4,25 cm²

Corte: 2 de 2





Aperto de mãos e

Aperto de mãos e pedido de desculpas António Costa cumprimentou Tiago Brandão Rodrigues com um passou-bem na conferência de imprensa sobre o regresso às aulas. A imagem, que contraria todas as recomendações, tornou-se viral, o que levou o primeiro—ministro a fazer um vídeo com humor a pedir desculpa pelo "mau exemplo" da sua pelo "mau exemplo" da sua reação "instintiva".

Inspeção automóvel mais abrangente
Os veículos que deviam ter sido inspecionados até 13 de março passam a ter acesso aos centros de inspeção para serem avalidados. Os serviços essenciais dos centros, que estavam limitados a transportes pesados de passageiros e mercadorias (entre outros), e a veículos de emergência, são agora alargados.

Marcelo promulga perdão de penas O Presidente da República promulgou a lei do Governo que cria um regime exceciona de perdão de penas devido à covid-19, menos de 24 horas depois de ter sido aprovada no Parlamento. Mas Marcelo Rebelo de Sousa admite existirem "dúvidas suscitáveis por certas disposições do regime aprovado".

Boris Johnson sai dos cuidados

intensivos O porta-voz do PM britâni-co já tinha dito que Johnson estava "bem-disposto" e a melhorar. Ao fim da tarde de quinta-feira, Downing Street confirmou que o político dei-xou os cuidados intensivos.

integram esta edição semanal, além de corpo principal, os seguintes cadernos: ECONOMIA, REVISTA E

Pais de 960 mil crianças 'forçados' a ficar em casa

🔁 Creches, jardins de infância e escolas do básico fechadas durante meses 🤤 3º neríodo à distância para **1,2 milhões** de alunos **3** 960 mil têm **menos de 12 anos 5** Costa prepara relançamento com **economistas Reabertura do comércio** é a próxima prioridade **P**M não descarta usar **fundo de resgate** da UE 🤤 Governo promete manter **grandes obras** 🖦

Marcelo espera fim da emergência em maio,

VENDA DE **ANTIDEPRESSIVOS DISPAROU EM MARCO**

P23

POR CADA MORTE **COM COVID-19 HÁ TRÊS** POR EXPLICAR

CATARINA MARTINS: CENTENO ALINHOU **COM OS ALEMÃES**

AUMENTAM PEDIDOS **SOBRE DIVÓRCIOS E TESTAMENTOS**



Três mil voluntários querem ajudar nos lares de idosos.



Rui Pinto Material cedido à PJ não pode servir de prova

Hacker está em prisão domiciliária... numa casa da Polícia Judiciária 14

Português esteve escravo 12 anos em Andorra

Quantos litros de água são gastos num caté?

Clubes pequenos já não conseguem pagar salārios

Caixa Negócios e Caixa Empresas - Linha de Apoio à Economia COVID-19 A COVID-19 NÃO PODE PARAR O SEU NEGÓCIO OU PARALISAR A SUA EMPRESA. **FALE COM A CAIXA**

CONFIANÇA FEITA DE CERTEZAS.

cgd.pt

Expresso

10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 18

Cores: Cor

Área: 19,44 x 43,49 cm²

Corte: 1 de 1





Um hospital para quem venceu a doença

Com capacidade para 350 **infetados em fase final de recuperação,** o hospital de campanha do Estádio Universitário de Lisboa será o maior do país

Texto CHRISTIANA MARTINS
Fotos TIAGO MIRANDA

No fim do liceu, Margarida Lucas decidiu trocar os planos de ser engenheira química pela Medicina. Depois de uma carreira de 42 anos, sempre no Serviço Nacional de Saúde, quando pensou que chegara a altura de reformar-se e aprender a pintar, surgiu a pandemia de covid-19. Menos de dois meses depois de ter saído do ativo e antes mesmo do primeiro caso confirmado em Portugal, já a médica decidira voltar ao terreno. Acabou por receber uma missão de peso: participar na montagem do maior hospital de campanha de Portugal, do outro lado da rua do Hospital de Santa Maria, em Lisboa, onde fez toda a sua carreira.

O recurso aos hospitais de campanha recebeu um grande impulso neste surto pandémico com a construção em apenas nove dias do Florence Nightingale num centro de congressos londrino, que esta segunda-feira recebeu os primeiros doentes. Com capacidade para mais de quatro mil infetados, será o maior hospital britânico e o maior serviço de cuidados intensivos do mundo.

Em Lisboa, o hospital de campanha do Estádio Universitário não será vocacionado para os casos agudos, mas para quem já passou o pior e está quase a vencer a doença. Ali ficarão internados os infetados em fase final de tratamento da covid-19, à espera de fazer os testes para confirmar a cura. Com espaços separados para homens e mulheres, esta unidade surge para libertar camas em três grandes hospitais da capital: o Santa Maria, o São José e o São Francisco Xavier. As portas só abrirão aos do-

As portas so abrirao aos doentes quando todas as condições estiverem garantidas, o que está previsto para a terceira semana deste mês. Com capacidade para até 350 camas, resulta de uma iniciativa da Câmara Municipal, da Universidade de Lisboa e das Forças Armadas. Chegaram a pensar em chegar aos 500 doentes, mas alguns teriam de ficar em catres e "considerou-se que seria demasiado desconfortável". Assim, a decisão foi "diminuir a capacidade e aumentar o conforto e o espaço entre a pessoas", explica a médica.

ir a capacidade e aumentar o conforto e o espaço entre as pessoas", explica a médica. O trabalho de preparação é imenso porque, explica, "não basta ter o hospital de campanha montado e ter camas, é preciso recrutar o pessoal, o que não é fácil". Essa é mesmo a preocupação atual da comis-

A unidade foi criada para libertar camas nos maiores hospitais de Lisboa e deverá receber os primeiros doentes na próxima semana

são instaladora. Os turnos serão de oito horas, que poderão chegar a 12, e por cada turno e cada um dos quatro pavilhões, cuja abertura será gradual, serão necessários dois a três médicos, cinco enfermeiros e dez assistentes operacionais.

Os equipamentos de proteção individual estão assegurados, assim como o sistema informático e a higienização dos espa-

ços. Os fluxos de circulação dos doentes estão determinados. "Está tudo em muito bom andamento", garante Margarida Lucas, que confessa nunca antes ter visto um hospital de campanha. O apetrechamento foi feito com recurso às três entidades envolvidas, mas também a doacões.

bem a doaçoes.
Comuma grande experiência
de reorganização de serviços
hospitalares — reformou o funcionamento das Urgências e foi
diretora clínica do Hospital de
Santa Maria —, Margarida Lucas confessa que nada se compara a esta experiência, que
lhe surgiu aos 67 anos, de participar na instalação do maior
hospital de campanha do país.

Reformados de regresso

Margarida Lucas é uma dos cerca de de 50 médicos reformados que no último mês voltaram a trabalhar no SNS. Segundo a Administração Central do Sistema de Saúde, a maior parte destes profissionais vem da especialidade de Medicina Interna, sendo impossível quantificar os que aceitaram voltar em regime de voluntariado.

Para Margarida Lucas, a decisão de voltar foi rápida. "Ainda em fevereiro era previsível que a situação viesse a agravar-se,

Aos 67 anos, Margarida Lucas, já reformada, voltou ao ativo para ajudar a montar o maior hospital de campanha do país, onde foi fotografada esta semana

como se verificou, e pensei que poderia colocar a minha experiência e conhecimentos ao serviço do SNS, para aliviar o trabalho de outros colegas", conta. "Foi um impulso muito natural para quem vai para Medicina e tem sentido de missão. Percebi logo que teria de colaborar de alguma forma e se não podia estar no atendimento porque faço parte de um grupo de risco, tinha de encontrar uma maneira de ajudar. Na diltima semana de março, surgiu esta ideia e accitei", explica.

A médica confessa que a sua maior preocupação neste momento é o estado de saúde dos profissionais que se encontram na linha da frente. "Não há um dia que não pense neles", diz. Margarida Lucas não se esquece da experiência adquirida com a gripe A, com a legionella e mesmo com os preparativos para o surgimento de casos de ébola, que não chegaram a afetar Portugal. Mas garante que a covid-19 apresenta um grau de infecciosidade que nunca antes tinha visto.

"É sempre muito complicado lidar com una situação como a atual. Somos humanos e temos medo, mas em Medicina aprendemos a controlar estes receios para podermos desempenhar as nossas funções", explica. Reconhece que "esta é uma situação de grande desconforto", mas diz que faz parte da missão de quem decide abraçar a carreira. Ao Expresso, o Ministério da Saide pão consegue quantifi-

Ao Expresso, o Ministério da Saúde não consegue quantificar o total de hospitais de campanha que já existem porque explica que "são iniciativas regionais, cuja ativação depende da respetiva Administração de Saúde". Um dos maiores será localizado no Pavilhão Rosa Mota, no Porto, com capacida de para 300 camas. A tutela avança ainda que "neste momento, não se verifica, ainda, necessidade de ativação destas estruturas".

No caso de haver, Margarida Lucas já terá ajudado a cumprir a missão de colocar de pé a maior unidade alternativa do país.

nartins@expresso.impresa.pt





ID: 85909522 10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 5

Cores: Cor

Área: 5,27 x 44,50 cm²

Corte: 1 de 1



NO FIM ERA O VERBO

PRÉMIO ZECA AFONSO

"É preciso em abril preparar um maio, maduro maio

Eduardo Ferro Rodrigues Presidente da Parlamento, ao Expresso, a prever nova renovação do estado de emergência

PRÉMIO UNIÃO DE FACTO

"Temo-nos dado muito bem, quer quando contactamos telefonicamente quer quando temos as reuniões assim à distância apreciável de dois metros, dois metros e meio'

Marcelo Rebelo de Sousa Presidente da República, em entrevista à Antena 1, sobre o relacionamento com o primeiro-ministro

PRÉMIO SINAL DE ALERTA

"Há uma diminuição significativa do acesso de pessoas com doenças crónicas aos hospitais [...] Pelo facto de estarmos todos focados neste problema, as outras doenças todas não desapareceram"

Fausto Pinto Presidente do Conselho de Escolas Médicas Portuguesas

PRÉMIO ESTÁ ALGUÉM A OUVIR?

'Todos temos a noção de que este não é um momento para manter as políticas do costume"

Mário Centeno Ministro das Finanças, em mensag dirigida à reunião do Eurogrupo

PRÉMIO É DESTA?

"A Europa não pode falhar desta vez. Houve resistências durante demasiado tempo a dar passos para avançar

Pedro Sánchez Primeiro-ministro de Espanha

PRÉMIO SIM, NÃO, TALVEZ

"Teremos de aguardar mais uns dias para podermos responder a isso'

Graça FreitasDiretora-geral da Saúde, questionada sobre se haverá indicação generalizada para uso de máscaras

PRÉMIO ESTÁ DITO

"A utilização de máscara serve para evitar que eu passe a infeção a outra pessoa

Miguel Guimarães Bastonário da Ordem dos Médicos

PRÉMIO DOSEAR AS FORÇAS

"Enfrentar este surto não é uma corrida de 100 metros, é uma longa maratona'

Marta Temido Ministra da Saúde

PRÉMIO BOAS INTENÇÕES "Quando tudo isto

passar, devemos reunir os míticos de há uns anos e jogar um clássicó vintage. A receita vai para as pessoas necessitadas"

Iker Casillas

Ex-guarda-redes da Seleção de Espanha e do FC Porto





10-04-2020 | Economia

Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 9

Cores: Cor

Área: 28,20 x 12,21 cm²

Corte: 1 de 2



Concursos públicos disparam para €1131 milhões em março

Presidente da AECOPS diz que não é necessária nova despesa, mas sim concretizar a que está prevista

Só em março, foram lançados mais de €1131 milhões em concursos públicos. Mais do triplo do que em igual período do ano passado, com a ferrovia e os metropolitanos a destacarem-se, segundo os dados compilados pela Associação de Empresas de Construção e Obras Públicas e Serviços (AECOPS).

"A aceleração do lançamento de concursos é vital para as empresas manterem a sua capacidade produtiva e não despedirem. Não só estão ocupadas na preparação das propostas como também têm expectativa de trabalho a prazo", afirma Ricardo Gomes, presidente da AECOPS, lembrando que entre o lançamento e a adjudicação decorrem, em média, seis meses.

"Mas é preciso que os concursos vão de facto para a frente, pois não se trata de nova despesa pública, mas de investimento há muito previsto", acrescenta o responsável pela associação que reúne mais de 800 empresas do sector. "É urgente desbloquear os cerca de €1000 milhões de concursos feitos mas cujas adjudicações nunca foram feitas." Da mesma forma, há um conjunto de investimentos assumidos e cabimentados no Orçamento do Estado que têm que ser lançados rapidamente. Os hospitais do Alto Alentejo, Sintra, Seixal e Lisboa Oriental são alguns dos exemplos. Ricardo Gomes refere também que o Governo deverá acelerar — e revelar — quais os projetos previstos no programa Portugal 2030. "Não é mais despesa, é antecipar o que está previsto."

Os concursos lançados em março representam 75% dos €1663,4 milhões anunciados desde o início do ano. A maior fatia cabe ao Metro do Porto, que lançou duas empreitadas para a expansão da rede no valor de €365 milhões, segue-se a Infraestruturas de Portugal, com 13 concursos no valor de €340,4 milhões, e o Metro de Lisboa, com €90,2 milhões em duas obras. Nos Açores, destaca-se o projeto de €88 milhões

para a construção de uma incineradora em São Miguel lançado pela Musami — Operações Municipais do Ambiente.

"Muitos destes projetos datam do tempo da troika." Casos da renovação da Linha da Beira Alta, o corredor sul do Alentejo, a renovação das linhas em torno do Grande Porto e a expansão dos metropolitanos.

"O sector da construção e obras públicas não parou em Portugal nem na Europa. E arrisco dizer que não deverá parar", afirma Ricardo Gomes, e lembra que, com exceção de Itália e Espanha, onde a construção só parou na semana passada, todos os outros países europeus estão a trabalhar. Em

Lançamento de concursos é positivo, mas é preciso que não venham a ser de novo suspensos Portugal a atividade prossegue, sobretudo nos grandes projetos de imobiliário privados em Lisboa, Porto e Algarve, nas barragens do Sistema Eletroprodutor do Tâmega ou nas obras na ferrovia.

Porém, existe um abrandamento do ritmo dos trabalhos devido às regras de distanciamento social e às interrupções da cadeia logística. O reverso da medalha de não parar a atividade é a perspetiva de multas por atraso na conclusão das obras e aumentos dos custos de produção.

Pressão, custos e multas

"Existe uma pressão muito grande dos donos de obra privados para as obras não pararem, porque em muitos casos ou são hotéis ou grandes edifícios de apartamentos que já estão todos vendidos", afirma Ricardo Gomes

Mas não existe do ponto de vista legal, quer na contratação pública quer na privada, forma de incorporar custos e evitar multas devido à situação de pandemia. "É necessário assumir a situação extraordinária que se vive. E garantir que na legislação vigente se reconheça a existência de força maior, com prorrogação automática dos prazos de empreitada e a exclusão das multas por atraso."

"A Federação Europeia da Indústria de Construção está a tentar que a Comissão Europeia reconheça o caso de força maior, já que todos os Governos europeus, com exceção de França, não o fizeram e estão renitentes", diz o presidente da AECOPS. A renitência dos Governos europeus em aceitar a força maior poderá estar relacionada com um possível enfraquecimento noutras negociações, caso dos pedidos de compensação feitos pelos concessionários de autoestradas ao Governo de António Costa.

HELDER C. MARTINS

hmartins@expresso.impresa.pt



ID: 85909608 10-04-2020 | Economia Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 7,13 x 2,30 cm²

Corte: 2 de 2







O estranho caso do

SAMS JOÃO DUQUE E6

quarentena é voluntária



OPINIÃO

Robson Grieve é o novo diretor global de marketing da OutSystems



Dicas Como aproveitar o isolamento para melhorar competências E28



IMOBILIÁRIO & EMPREGO ECONO

LUANDA 🝘 LEAKS

PwC afasta sócios envolvidos no dossiê Isabel dos Santos

➡ Jaime Esteves e Ivo Faria foram suspensos e estão a negociar a saída ➡ Os dois sócios da auditora tinham responsabilidade pela área fiscal e pela conta de Isabel dos Santos

🔁 Casa-mãe enviou quadro americano a Lisboa para coordenar a investigação 🕫

Saiba como vai funcionar o apoio a recibos verdes e sócios-gerentes

Valor a receber vai depender dos descontos e poderá ser inferior aos €438,8 do indexante de apoios sociais 🕬



TRAGÉDIA A temível peste negra do século XIV e a "gripe espanhola" (na foto) que chegou em 1918 custaram milhões de mortos em todo o mundo e lançaram a economia portuguesa para gravíssimas recessões. A perda de vidas humanas e a crise económica atingiram patamares nunca vistos noutras pandemias. Bem piores até do que os cenários mais negros que se traçam para a atual crise da covid-19 гото РНОТОQUEST/GETTY IMAGES E12

PROCESSOS CONTRA BANQUEIROS VÃO ARRASTAR-SE

GARANTIA DE EMPREGO TRAVA LINHAS DE CRÉDITO

1131 MILHÕES DE EUROS DE OBRAS PÚBLICAS EM MARÇO



Expresso

Daniel Bessa

SOLIDARIEDADE

ivemos a crise das nossas vidas. Uma crise sanitária, de que se morre ou se sobrevive (uma bênção). Uma crise económica, em que muita sempresas, muitos empregos e muito rendimento desaparecerão; outros, mais felizes, conseguirão manter empresa e porventura lucro, emprego e salário, pensão (uma segunda bênção, a acrescer à primeira). primeira). Ainda não sabemos até onde

irá, em duração no tempo e em depressão, a crise económica. Sabemos apenas que está no seu início e se afigura gravíssima. Nestes primeiros momentos, temos procurado mitigá-la, fornecendo aos pacientes os primeiros remédios. Se a metáfora me é consentida,

A austeridade não será uma escolha. Será um facto. Cada euro a menos de PIB (e serão muitos) será um euro a menos de rendimento

aplicando à economia o que tem sido dito sobre a satide, anda muita gente com a doença, mesmo se ainda assintomática; outros estão em quarentena, em casa; os casos mais graves no hospital ou já nos cuidados intensivos. Embora conscientes da gravidade da crise, a atitude predominante no que se a atitude predominante no que se refere aos seus efeitos em matéria de rendimento e de nível de vida parece-me ainda de negação.

A austeridade não será uma escolha. Será um facto. Cada euro a menos de PIB (e serão muitos) será um euro a menos de rendimento. Seria um escândalo rendimento. Seria um escândalo se não viesse a ser partilhada pelos que, duplamente abençoados, manterão não apenas a vida mas também a empresa, o emprego e o rendimento, o lucro, o salário e a pensão — por esta ordem, com a progressividade que se torme necessária. O como não é agora o mais importante.

Essencial é o princípio. Não é possível pedir solidariedade europeia sem oferecer solidariedade nacional.



Nesta Páscoa estamos longe, mas celebramos juntos

Com os canais digitais Santander, passa bem com o seu Banco em casa











O que podemos fazer por si hoje?





10-04-2020 | Economia

Textos ANA SOFIA SANTOS Foto NUNO BOTELHO

Hospital de Cascais foi a primeira parceria público-privada (PPP) de 'nova ge-ração' no sector da saúde — depois da experiência do Amadora-Sintra - e o edifício fez dez anos.

Mas a experiência começou dois anos antes com a Lusíadas Saúde a assumir o leme da antiga unidade hospitalar do concelho, enquanto decorriam as obras do novo equipamento. O desafio ainda não deu retorno ao privado e avizinham-se tempos mais duros com a pandemia de covid-19 (a entrevista foi feita antes de Portugal ter entrado em estado de alerta, que evoluiu para estado de emergência).

Em relação ao coronavírus, Vasco Antunes Pereira, presidente do Conselho de Administração da Lusíadas Saúde, diz que "a prioridade é fazer tudo para ajudar o sistema de saúde a responder da melhor forma possível, tanto no Hospital de Cascais, como nas nossas unidades privadas". O grupo colocou à disposição do Serviço Nacional de Saúde 231 camas de internamento e 54 ventiladores para diagnosticar e tratar doentes infetados com covid-19.

O contrato de gestão clínica do Hospital de Cascais foi prorrogado, no final de 2018, para dar tempo ao Governo de lançar um novo concurso público, o que ainda não aconteceu...

A nossa expectativa era que iá tivesse avançado. Gerir um hospital não é gerir as quatro paredes que celebrámos em março. Essa é a parte menos importante, já que o hospital é, sobretudo, o seu capital humano e trabalhar com um fim à vista [o prolongamento do contrato vigora até dezembro de 2021] é complicado, porque o projeto precisa de estabilidade e de ter um prazo mais alargado para se poderem amadurecer processos e circuitos. Admito que seja um processo complexo e, neste hospital, existe uma dificuldade acrescida porque há a intenção do Governo de aumentar o edifício.

- Em princípio, um piso completo, entre 60 a 90 camas, e também será au-mentada a área de ambulatório.
- O contrato atual podia ser renovado por dez anos, mas não foi. Porquê?

 Por serem necessários os alargamen-
- tos da área de influência a oito fregue-

TRABALHAR **COM FIM À VISTA E COMPLICADO**

OS LUCROS DE HOJE AINDA NÃO PAGARAM **OS PREJUÍZOS ACUMULADOS**

sias de Sintra, às quais o Hospital de Cascais apenas presta cuidados na saúde materno-infantil, e do perfil assistencial, incluindo a oncologia, que é feita em parceria com o Centro Hospitalar Lisboa Ocidental. E o contrato dever incluir também os tratamentos do VIH, que são prestados ao abrigo de um protocolo específico.

Vão concorrer de novo ao Hospital de Cascais?

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

■ A nossa expectativa é que o cader-no de encargos permita continuar um projeto de qualidade e de crescimento do hospital. Nessas condições estamos

■ Também foi anunciado um novo con-Vão a jogo?

B Se acharmos que estão reunidas as

condições para fazermos um projeto à semelhança do que temos em Cascais, concorremos.

Reacendeu-se a polémica à esquerda em relação às PPP na saúde. Como en-cara as críticas?

Mão existe uma razão objetiva para

não se renovarem as parcerias. De todos os relatórios que li, as quatro parcerias hospitalares — unidades de Braga, Loures, Cascais e Vila Franca de Xira deram evidência de constituírem *value* for money para o Estado. Geramos uma poupança efetiva. Em cima disto, as par-cerias foram, durante todo o período em que estiveram a operar, reconhecidas como as melhores unidades do país. Mas há uma questão do foro dogmático face à existência de privados a prestar cuidados de saúde dentro do sistema público. E a posição política nos partidos mais à esquerda vai no sentido oposto à evidência dos relatórios.

Pág: 16

Cores: Cor

Área: 28,20 x 44,50 cm²

Corte: 1 de 2

O Hospital de Braga passou a ter gestão pública em 2019 e a unidade de Vila Franca de Xira seguirá o mesmo caminho em 2021 mas Cascais e Loures

Aquilo que me pareceu foi que não havia condições para renovar em Braga, num procedimento transitório como em Cascais. Ao fim de dez anos pode haver necessidade de reajustar os contratos e se há sector que tem evoluído e vai continuar a evoluir é a saúde. Isto obedece a as, tem critérios objetivos e suporte em legislação comunitária. Tem havido uma rigidez absoluta nos contratos des-de o dia zero. Ora, se no perfil assistencial de Braga a manutenção das situações iniciais podem ter provocado um dese-quilíbrio em desfavor do parceiro privado seria importante olhar para o facto de que esta unidade gerou poupanças para o Estado na ordem dos €40 milhões, por ano, e perceber se queremos que essa realidade seja sustentável a longo prazo. Se calhar tem de se equacionar uma poupança menor e permitir que o parceiro privado não perca dinheiro, porque deixa de ter interesse em manter

Em Cascais perdem dinheiro?

■ Neste momento, não. Apesar disso, a operação, em dez anos, ainda não é



Privados estão "condenados" a casamento forçac

Se o subsistema de saúde dos funcionários públicos deixasse de existir, o SNS teria capacidade e meios para tratar mais 1,2 milhões de pessoas?

"O que é que aconteceria se amanhã não houvesse ADSE?", questiona o presidente do Conselho de Administração da Lusíadas Saúde, Vasco Antunes Pereira, enquadrando a relação difícil dos privados com o subsistema de saúde dos funcionários públicos e o facto de ainda não haver entendimen-to quanto às novas tabelas de preços para o regime convencionado.

num conflito que, por um fio, não fechou as portas dos maiores grupos de saúde privada à ADSE. Agora, por culpa do coronavírus, o novo prazo termina no final deste semestre e, segundo a ministra da Modernização do Estado e da Administração Pública, Alexandra Leitão, as propostas do Conselho Diretivo da ADSE estão quase prontas para serem enviadas ao Conselho Geral e de Supervisão deste organismo para emitir o parecer.

Este processo tem vindo a arrastar-se

Depois, cabe ao Governo dar ou não luz verde aos novos preços. "Participámos neste processo, mas lá atrás", adianta Vasco Antunes Pereira, lembrando que

há um memorando de entendimento assinado entre os privados e o Estado para se criar uma plataforma de consenso. "Da nossa parte existe vontade de acordo". garante o líder da Lusíadas Saúde

Vasco Antunes Pereira diz que está ex-pectante em relação à nova tutela do insti-

Estamos num ponto em que a ADSE tem de ser repensada ao nível da sua relação com os privados'

tuto, entregue recentemente a Alexandra Leitão, já que "a dupla tutela Saúde e Finanças não resultou".

Na sua opinião, "estamos num ponto em que a ADSE tem que ser repensada ao nível da sua relação com os privados". É que sem a rede destes grupos hospitala-res, os cerca de 1,2 milhões de beneficiários da ADSE teriam de recorrer ao Serviço Nacional de Saúde, "Há orcamento para isso? Há capacidade instalada para dar respostas? Temos uma desorçamentação crónica e uma necessidade de recursos crónica e vamos pôr mais este ónus em cima do sistema público?", alerta o gestor, assumindo que os privados estão "condenados a um casamento que deve ser feito o melhor possível". Além disso, o peso da ADSE no negócio não é despiciendo: no caso da Lusíadas Saúde, o subsistema é responsável por cerca de 30% da faturação.

Planos para Portugal

Em relação aos recorrentes rumores de venda da Lusíadas Saúde, Vasco Antunes Pereira, responde com "factos" que sustentam o bom desempenho da empresa e a continuação do investimento na ope-ração. "É verdade que fachamos unidades [hospital de Faro e o bloco operatório da



10-04-2020 | Economia

positiva. Foram quatro anos de perdas efetivas (sobretudo nos dois primeiros), no quinto ano houve equilíbrio e, depois começámos a recuperar. Teoricamente, a conta do Hospital de Cascais fica a zeros no final de 2020. Ou seja, os lucros de hoje ainda não pagaram os prejuízos

☑ Falou na rigidez dos contratos. Dê--nos exemplos. ☑ Na hepatite C houve uma iniciativa

ministerial que decidiu que face à exis-tência de um medicamento que cura a doença, Portugal devia seguir essa via. Foi criada uma linha vertical para financiar os tratamentos, mas depois o Governo passou este financiamento diretamente para os hospitais, e as PPP, mais uma vez, foram deixadas de fora. Temos de suportar mais este custo. Agora, estamos num processo de conciliação com a tutela para se definir se o Estado paga ou não este encargo que não estava previsto no início do contrato. Se não for bem-sucedido avança-se para a arbitra-gem. Isto gera um atrito desnecessário na relação entre parceiros público e privado. Tem havido dificuldade nos sucessivos governos em adequarem o arsenal legislativo que existe às PPP.

Quanto gastam com a hepatite C?Mais de €1 milhão, por ano.

A questão da hepatite C não faz parte da transferência de risco do Estado para o privado?

B Não, porque a situação decorre de uma mudança da forma como o Go-verno passou a olhar para esta doença, ou seja, face a um novo medicamento tomou-se a decisão de que o país está na linha da frente da erradicação da hepatite C. Esta alteração não estava prevista no contrato inicial e tem impacto nas

Mas uma maior procura da urgência por motivo excecional já é risco vosso?

Sim. O contrato acautela apenas situações de calamidade. No resto, o risco está passado para o privado, como foi no ébola

■ Temos uma pandemia de covid-19. O

contrato de PPP prevê estes casos?

☑ A nossa prioridade é fazer tudo o que estiver ao nosso alcance para ajudar o sistema de saúde a responder da melhor forma possível, tanto no Hospital de Cascais, como nas nossas unidades privadas. Mas trata-se, de facto, de uma da-quelas situações que não está acautelada no contrato PPP, embora esteja prevista uma solução de reequilíbrio financeiro para casos excecionais como este.

A relação com a Administração Regi-

HÁ QUE EQUACIONAR **UMA POUPANCA MENOR PARA QUE** O PRIVADO NÃO PERCA DINHEIRO

OS CONTRATOS TÊM **RIGIDEZ ABSOLUTA**

onal de Saúde (ARS) de Lisboa e Vale do Tejo tem sido difícil? ☑ Não posso dizer isso, porque a ARS

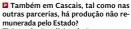
tem sempre demonstrado vontade de ser um parceiro de facto. Obviamente que temos divergências de opiniões. Mas o que acontece é que a Administração Regional de Saúde está numa posição complexa porque não tem, muitas vezes, por parte da tutela, uma clarificação das regras do jogo para saber como agir.

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral



☐ A produção adicional não remunera-da, desde o início da parceria, ascende aos €8 milhões. Por exemplo, se fizer uma cirurgia e o médico não preencher todos os campos do doente, por uma questão administrativa, a ARS não contabiliza, ou seja, origina-se um expurgo. Temos milhares de consultas expurga-das por ano, porque o médico falha em alguma coisa ao abrir ou a encerrar o

No ano passado, a SIC deu conta da existência de acusações, feitas por fun-cionários, de que no Hospital de Cascais estariam a ser falseados resultados clínicos e o algoritmo no sistema de triagem da urgência, para aumentar os pagamentos à PPP. Estas denúncias estariam a ser analisadas pela Inspeção--Geral das Atividades em Saúde (IGAS) e pelo Ministério Público (MP). Como

está este caso?

Depois da peça da SIC, o MP e a IGAS vieram cá, viram tudo e recolheram uma série de informação.

Já tiveram indicação sobre os resultados destas investigações? Não. Nessa altura avançámos com

uma auditoria forense feita pela con-

Pág: 17

Cores: Cor

Área: 28,20 x 44,50 cm²

Corte: 2 de 2



sultora PwC, além de termos aberto um processo de inquérito interno. Sobre o algoritmo da Triagem de Manchester o código fonte não é nosso e, por isso questionámos a Glintt sobre se tinha havido alterações e se este continuava certificado pelo Grupo Português de Triagem e foi-nos indicado que tudo se mantinha igual. Detivemo-nos, então, na codificação dos atos prestados.

O que concluiu a PwC?

Apanhou inconsistências na codificação, em que médicos diferentes co-dificam situações idênticas de forma distinta e isto com impactos díspares sobre a remuneração. Encontraram erros que nos prejudicam e que nos beneficiam. Mas não foram adulteradas características do doente por forma a beneficiarmos, o que seria uma violação monumental de todas as regras.

Alteraram procedimentos?

☐ Sim. melhorámos os mecanismos de controlo e o sistema de remunera-ção dos médicos codificadores porque percebemos que fomos vítimas de pro-cessos pouco claros, que prejudicaram o hospital, por parte de alguns destes profissionais. A médica auditora foi substituída e o mesmo aconteceu com determinados codificadores.

assantos@expresso.impresa.pt



milhões de euros de volume de negócios anual dão à Lusíadas Saúde o terceiro lugar entre os maiores operadores hospitalares privados, em Portugal. Em 2019, a PPP de Cascais gerou receitas de €85,8 milhões e um lucro de €6,2 milhões

mil pessoas trabalham na Lusíadas Saúde, das quais 1271 estão no Hospital de Cascais

hospitais e clínicas fazem parte do universo Lusíadas Saúde, incluindo a PPP no Hospital de Cascais que serve a ação do concelho de Cascais (282 mil habitantes) e oito freguesias de Sintra, para a área materno-infantil (50 mil habitantes). Ao todo, o Hospital de Cascais tem 277 camas, seis blocos operatórios (a que se somam duas salas no bloco de partos). Por ano faz 2600 partos, mais de 11.500 cirurgias, mais de 159 mil consultas e acima de 165.8 mil

é quando termina (dezembro) a prorrogação do contrato de PPP no Hospital de Cascais. O Governo garante que será lançado um concurso público para permanecer a gestão privada nesta unidade do SNS, além desse prazo

milhões de euros de poupança para o erário público, entre 2011 e 2015, gerados pela PPP do Hospital de Cascais, face aos custos que o Estado teria de suportar se esta unidade tivesse gestão pública. As contas são da Unidade Técnica de 10 Acompanhamento de Projetos



lo com a ADSE

clínica de Santa Tecla, em Bragal, mas mesmo depois de tirarmos cerca de €8 milhões de faturação crescemos 9%, ao mesmo nível do mercado dos seguros de saúde, ou seja, estamos a comer a mesma dimensão da fatia da tarte". O grupo fatura cerca de €325 milhões por ano, indica Vasco Antunes Pereira.

Além disso, o gestor revela que houve

um reforço do capital social da empresa de €25 milhões para €125 milhões. "Con-vertemos toda a dívida que tínhamos com acionistas em capital e registamos, neste momento, a melhor situação financeira de todos os grupos de saúde privada", afirma. Esta operação decorre da necessidade

de "termos uma condição robustecida para os planos futuros da United quer em Portugal quer na Europa".Um dos projetos mais recentes é o novo hospital Lusíadas de Braga (fica no antigo edifício do hospital de São Marcos e está previsto que abra portas em maio), onde está a ser feita uma aposta tecnológica, tratando-se de uma unidade sem internamento porque o grupo acredita que a lógica de hospitalização das pessoas tem de mudar. "Hoje em dia estamos com níveis de

contaminação hospitalar absolutamente desnecessários, com pessoas saudáveis a dirigiram-se aos hospitais e a saírem de

PERFIL

Vasco Antunes Pereira, 42 anos, preside ao Conselho de Administração (CA) da Lusíadas Saúde, um dos maiores grupos de saúde privada em Portugal e que faz parte do gigante norte-americano UnitedHealth Group. Antes, o gestor liderou o Hospital de Cascais e foi membro da administração da Lusíadas Saúde. É licenciado em Direito pela Universidade Lusíada e tem pós-graduações em Saúde na Stanford University e no IESE, bem como um MBA pela Georgetown University. Iniciou a carreira como

advogado corporativo e foi diretor da área jurídica no Hospital Amadora-Sintra antes de assumir a direção de logística da José de Mello Saúde. No total, a Lusíadas Saúde tem 12 hospitais e clínicas espalhados pelo país, incluindo o Hospital de Cascais, gerido em parceria público-privada, e emprega cerca de 7 mil trabalhadores. O grupo resulta da compra pela brasileira Amil da HPP — Hospitais Privados de Portugal, à Caixa Geral de Depósitos, Depois a Amil passou a integrar o universo



10-04-2020 | Economia

Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 14

Cores: Cor

Área: 23,06 x 43,82 cm²

Corte: 1 de 2



Apoios a recibos verdes e sócios--gerentes vão dos zero aos €635

Trabalhadores independentes e sócios-gerentes poderão receber apoio inferior a **€438,80**. Tudo depende dos descontos. Governo estuda prazo especial para empresários

Textos CÁTIA MATEUS e ELISABETE MIRANDA

Primeiro vamos às boas notícias. Esta semana, o Governo resolveu alargar os apoios a um número maior de trabalhadores independentes (TI) e atribuir um subsídio a uma parte dos microempresários que não tenham funcionários a cargo. Agora, as más notícias: ao contrário do que chegou a ser avancado, não há garantia de que este apoio

seja, no mínimo, de €438,80. O valor dependerá dos descontos feitos e poderá ficar bem abaixo deste patamar. O decreto-lei já publica-

do ainda é insuficiente para se perceber em pormenor como será calculado o valor dos apoios, mas, conjugando-o com esclarecimentos fornecidos ao Expresso pelo Ministério da Segurança Social, já se fica com uma ideia bastante aproximada. Face ao que inicialmente tinha sido anunciado, será mais fácil ser

elegível para o apoio. Não é preciso ter 12 meses seguidos de descontos, basta que os candidatos tenham seis meses interpolados ou três seguidos de descontos. Depois, também não é preciso que sofram uma quebra total de atividade: se tiverem uma quebra mínima de

40%, também podem aceder. Entre os sócios-gerentes, ficam de fora os que têm em-pregados a cargo e os que, não os tendo, faturem mais de €60 mil (ver explicador para deta-lhes). Nos TI excluem-se os

que iniciaram atividade recen-

O valor dos apoios dependerá dos descontos. E, ao contrário do que chegou a ser referido por alguns responsáveis polí-ticos, não tem como teto mí-nimo €438,80, o equivalente a um indexante de apoios so-ciais (IAS). Ainda esta semana o secretário de Estado Adjunto do Primeiro-Ministro incorria nesta incorreção, dizendo, segundo a Lusa, que "quem declare até um IAS e meio vai receber um IAS, tal como antes

estava". Mas não é o que decorre das regras.

Na prática, serão criados dois escalões de apoios, consoante o valor sobre o qual recaiu a taxa social única na média do último ano (para os TI) ou no mês de fe vereiro (para os sócios-gerentes). Num escalão, o apoio máximo mensal será de €438,80. No se-gundo, será de €635. Ou seja, por muito que um empresário tenha descontado, não receberá mais que o salário mínimo. Para baixo não há mínimo.

RECIBOS VERDES E SÓCIOS-GERENTES: COMO FUNCIONA O APOIO AO RENDIMENTO?

O decreto-lei que alarga os apoios a conceder a trabalhadores independentes e a sócios-gerentes (DL 12-A/2020) por redução de atividade foi publicado esta semana. Falta ainda regulamentação específica que permita compreender as regras em detalhe, mas com respostas do Ministério da Segurança Social, já é possível perceber alguns pormenores.

A quem se dirige o apoio? Trabalhadores independentes (TI) que não sejam pensionistas e sóciosgerentes sem funcionários a cargo e cuja faturação tenha sido inferior €60 mil no ano anterior. É preciso que tenham feito descontos para a Segurança Social (SS) nos últimos 12 meses: precisam de ter pelo menos três meses seguidos ou seis meses interpolados de descontos

Quem esteve isento de descontar está abrangido? Não, se não tiver feito descontos não tem direito a

apoio. É o caso de muitos TI, que durante o primeiro ano estão isentos do pagamento de contribuições

E um sócio-gerente que fature mais de €60 mil? Fica mesmo de fora deste

apoio. Segundo esclarecimentos do Ministério da Segurança Social, este patamar é fixo e não distinguirá o tipo de sector de atividade, apesar de as margens de lucro poderem ser diferentes.

Se uma empresa tive Desde que não tenham

empregados, ambos terão direito ao apoio

Que condições é preciso

Ser TI ou sócio-gerente e enfrentar uma paragem total da sua atividade ou da atividade do sector devido à covid-19; ou ter sofrido uma quebra abrupta e acentuada da atividade (quebra de faturação de pelo menos 40% no mês anterior ao pedido, por comparação com os dois meses anteriores, em média, ou por comparação com o mesmo mês do ano anterior). Quem tiver iniciado atividade há menos de 12 meses, os 40% são calculados comparando o mês da quebra com a média dos 12 meses

Depende de quanto descontava para a Segurança Social, O diploma divide os candidatos em dois grupos: os que declararam abaixo de 1,5 vezes o indexante de apoios sociais (IAS) têm direito a um apoio igual aos montantes declarados, com o máximo de um IAS; os que declararam acima ou igual a 1,5 vezes o IAS têm um apoio equivalente a 2/3 do declarado, mas tendo como teto máximo o salário mínimo (1 IAS são €438,8; 1,5 IAS são €658 7: o salário mínimo são €635 brutos). Comecemos pelos sócios gerentes. Um empresário que declare o salário mínimo (€635) tem direito a um apoio de €438,8. Se declarar mensalmente €800, terá direito a €533,3. E se declarar €1000 tem direito a €635

A lógica é semelhante embora os conceitos sejam diferentes, porque os TI não recebem um salário. O decreto-lei fala no "valor da remuneração registada como base de incidência contributiva", uma definição que, segundo explica o ministério, corresponde "ao

alor da remuneração que está registada na carreira contributiva do trabalhado Os TI descontam sobre 70% da média do valor dos serviços prestados (ou sobre 20% das vendas) e ainda podem optar por descontar 25% abaixo disso. É este valor final que conta para calcular o apoio. Assim, se um TI declarar €500 de rendimento, tem um rendimento relevante de €350 (70%). Se em cima disso optar por ter um desconto de 25%, só paga taxa social única sobre €262,5. E este será o seu apoio mensal Outro exemplo: se declarar €1500, o rendimento relevante são €1050, e ainda por cima disso descontar 25%, desconta sobre €787,5 Neste caso, tem direito a um apoio de 2/3 desse valor:

Qual o período de desconto

considerado no cálculo? Para os TI é considerada a média dos últimos 12 meses Se só tiver trabalhado seis meses no último ano, a média será desses seis. Para os sócios-gerentes, é considerada a remuneração declarada em fevereiro

Estes apoios paga

Sim, o decreto diz que "o isenção do pagamento de contribuições

O que a lei determina é que o apoio é pago no mês seguinte ao do requerimento. No caso dos TI, o Governo garantiu que apesar do formulário de candidatura só ter ficado disponível a 1 de abril, os trabalhadores receberão ainda este mês o apoio relativamente a marco. Para os sócios-gerentes está a ser avaliado um prazo específico para o pagamento do apoio

E os sócios-gerentes que têm empregados? Se tiverem trabalhadores por

conta de outrem, só os funcionários podem ir para lay-off. O patrão tem, contudo, uma benesse: pode não pagar a sua própria taxa social única.

O apoio é mensal, e pode ser renovado todos os meses, até um máximo de seis meses.



10-04-2020 | Economia

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 21,59 x 2,54 cm²

Corte: 2 de 2







O estranho caso do SAMS

JOÃO DUQUE E6

quarentena é voluntária



OPINIÃO

Robson Grieve é o novo diretor global de marketing da OutSystems



Dicas Como aproveitar o isolamento para melhorar competências E28



ECONO

IMOBILIÁRIO & EMPREGO

Expresso



PwC afasta sócios envolvidos no dossiê Isabel dos Santos

➡ Jaime Esteves e Ivo Faria foram suspensos e estão a negociar a saída ➡ Os dois sócios da auditora tinham responsabilidade pela área fiscal e pela conta de Isabel dos Santos

🔁 Casa-mãe enviou quadro americano a Lisboa para coordenar a investigação 🕫

Saiba como vai funcionar o apoio a recibos verdes e sócios-gerentes



TRAGÉDIA A temível peste negra do século XIV e a "gripe espanhola" (na foto) que chegou em 1918 custaram milhões de mortos em todo o mundo e lançaram a economia portuguesa para gravíssimas recessões. A perda de vidas humanas e a crise económica atingiram patamares nunca vistos noutras pandemias. Bem piores até do que os cenários mais negros que se traçam para a atual crise da covid-19 гото РНОТОQUEST/GETTY IMAGES E12

PROCESSOS CONTRA BANQUEIROS VÃO ARRASTAR-SE **GARANTIA DE EMPREGO**

1131 MILHÕES DE EUROS DE **OBRAS PÚBLICAS EM MARCO**



Daniel Bessa

SOLIDARIEDADE

ivemos a crise das nossas vidas. Uma crise sanitária, de que se morre ou se sobrevive (uma bênção). Uma crise económica, em que muita sempresas, muitos empregos e muito rendimento desaparecerão; outros, mais felizes, conseguirão manter empresa e porventura lucro, emprego e salário, pensão (uma segunda bênção, a acrescer à primeira).

primeira). Ainda não sabemos até onde irá, em duração no tempo e em depressão, a crise económica. Sabemos apenas que está no seu início e se afigura gravíssima. Nestes primeiros momentos, temos procurado mitigá-la, fornecendo aos pacientes os primeiros remédios. Se a metáfora me é consentida,

A austeridade não será uma escolha. Será um facto. Cada euro a menos de PIB (e serão muitos) será um euro a menos de rendimento

aplicando à economia o que tem sido dito sobre a satide, anda muita gente com a doença, mesmo se ainda assintomática; outros estão em quarentena, em casa; os casos mais graves no hospital ou já nos cuidados intensivos. Embora conscientes da gravidade da crise, a atitude predominante no que se a atitude predominante no que se refere aos seus efeitos em matéria de rendimento e de nível de vida parece-me ainda de negação.

A austeridade não será uma escolha. Será um facto. Cada euro a menos de PIB (e serão muitos) será um euro a menos de rendimento. Seria um escândalo rendimento. Seria um escândalo se não viesse a ser partilhada pelos que, duplamente abençoados, manterão não apenas a vida mas também a empresa, o emprego e o rendimento, o lucro, o salário e a pensão — por esta ordem, com a progressividade que se torme necessária. O como não é agora o mais importante.

Essencial é o princípio. Não é possível pedir solidariedade europeia sem oferecer solidariedade nacional.



TRAVA LINHAS DE CRÉDITO



Nesta Páscoa estamos longe, mas celebramos juntos

Com os canais digitais Santander, passa bem com o seu Banco em casa









O que podemos fazer por si hoje?





10-04-2020

País: Portugal
Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Meio: Imprensa

Pág: 24

Cores: Cor

Área: 16,58 x 7,85 cm²

Corte: 1 de 1



Advogados e solicitadores em dificuldades

Muitos destes profissionais liberais não pagaram contribuição para a Caixa de Previdência

CRISE Quase 35% dos profissionais inscritos na Caixa Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) não pagaram a contribuição de março, devido a problemas financeiros causados pela

falta de trabalho. As dificuldades vividas no atual contexto de pandemia já levaram vários advogados a pedir à direção da CPAS a suspensão do pagamento da contribuição de março, mas também de abril e maio. "Não temos direito a pedir apoio à Segurança Social por redução de faturação; não temos direito a licença para ficar em casa a tomar conta de menores de 12 anos: não temos sequer direito às moratórias aprovadas para os créditos bancários. Somos os únicos profissionais excluídos de qualquer tipo dos apoios concedidos pelo Governo para fazer face à crise provocada pela pandemia do Covid-19", justifica José Pedro Moreira, que integra um grupo de advogados que exi-

ge medidas a uma CPAS que, alega, "serve quase exclusivamente para pagar reformas milionárias a advogados mais velhos à custa do sacrificio financeiro das gerações que continuam a trabalhar e a auferir valores insuficientes para pagar uma contribuição mensal de 251 euros".

A direção da CPAS rejeita as críticas e lembra que propôs o adiamento do pagamento das prestações, solução que, porém, foi recusada pelo Conselho Geral da instituição.

ROBERTO BESSA MOREIRA





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 5

Cores: Cor

Área: 8,49 x 30,00 cm²

Corte: 1 de 1



Apoio aos pais em casa vai ser prolongado

Ministra tinha estimado um custo de quase 300 milhões de euros para os primeiros 15 dias



Pandemia provocou novas rotinas nos lares

EXTENSÃO Os pais que tenham de ficar em casa com os filhos até aos 12 anos devido ao encerramento das escolas vão manter o apoio extraordinário como até aqui. A îndicação já tinha sido avançada pelo primeiro-ministro no debate quinzenal e ontem, no final do Conselho de Ministros, confirmou a medida que apenas estava prevista para durar entre 16 e 27 de março.

António Costa referiu que os apoios às famílias "manter-se-ão nos mesmos termos". A medida de apoio excecional garante aos pais com filhos até aos 12 anos (ou maiores em casos de deficiência ou doença crónica) o pagamento de dois terços da sua remuneração base, suportada em partes iguais pela entidade empregadora e pela Segurança Social, com um mínimo de 635 euros (limite de um salário mínimo) e máximo de 1905 euros (3 salários mínimos). É calculado pelo número de dias de falta ao trabalho.

EM CASO DE LAY-OFF

Só poderá beneficiar deste apoio um dos progenitores de cada vez, podendo alternar ao longo do período do encerramento das escolas.

Na altura em que Ana Mendes Godinho, ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, anunciou a medida, estimou um custo de 294 milhões de euros para os primeiros 15 dias. Extrapolando, em quatro meses, os custos poderão chegar a 1,7 mil milhões.

Se um dos pais for colocado em lay-off, a família deixa de receber este apoio. No entanto, se um dos progenitores ficar em lay-off mas na modalidade de redução de horário de trabalho (e não suspensão), então o apoio poderá manter-se.

No caso do teletrabalho, os pais não terão direito a este subsídio do Estado.

As duas semanas das férias da Páscoa também estão excluídas deste mecanismo extraordinário. PAULO RIBEIRO PINTO

ASSISTÊNCIA

Toda a Função Pública com subsídio a 100%

O Governo aprovou um diploma que aumenta o subsídio por assistência a filho de 65 para 100% do salário aos funcionários públicos do regime de proteção social convergente, até agora excluídos da majoração. A medida entrou em vigor com o OE2020, mas só para o privado e para a Função Pública que desconta para a Segurança Social.





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 33

Cores: Cor

Área: 24,43 x 11,57 cm²

Corte: 1 de 1



PRAÇA DA LIBERDADE

~~~



Felisbela Lopes
Prof. Associada com
Agregação da UMinho

Os meios de Comunicação Social estão afundados numa crise profunda. Que vai acentuar-se. O Estado tem, pois, o dever de criar apoios que garantam a sobrevivência de um setor que, como se percebe, é vital para o funcionamento das sociedades. Não se trata de um auxílio piedoso, mas de uma obrigação que reflete o retorno que a sociedade devolve a quem se tem revelado um elemento fundamental no combate à doença, na prevenção da saúde, na coesão social e no equilíbrio territorial. Não é coisa pouca.

Portugal é tido como um país exemplar em fazer permanecer as pessoas em casa. É verdade que, aqui e ali, há deslizes. Que, no entanto, são logo apontados pelo discurso jornalistico e censurados nas redes sociais. O Governo de António Costa, célere na tomada de decisões de confinamento social, nunca conseguiria levar tão rapi-

# É preciso apoiar os média

damente as pessoas para casa sem a pronta colaboração dos média. Para além de informar, os meios de Comunicação Social têm também assumido um trabalho exemplar de literacia: contextualizando situações, explicando melhor o que nem sempre é simples perceber, procurando ângulos diferentes para o mesmo tópico, pedindo a vários especialistas para expor pontos de vista diversos sobre realidades para as quais ainda não há teses consolidadas... Estudando a

mediatização da saúde desde 2010, nunca encontrei um jornalismo tão esclarecedor.

Paradoxalmente, num tempo em que os média evidenciam uma inequívoca responsabilidade social e tanto se esforçam por dotar o seu trabalho da maior qualidade, as receitas caem abruptamente, colocando em causa a sua sobrevivência. Mesmo assim, os grupos editoriais não hesitaram em tornar de acesso livre os conteúdos publicados nos respetivos sites.

Porque há um valor que se sobrepõe a tudo: o bem comum que é preciso salvaguardar.

Neste contexto, o Estado tem obrigação de atuar, criando mecanismos que ajudem a fortalecer os meios de Comunicação Social. É preciso gerar mais beneficios fiscais para as empresas mediáticas, para quem aí investe e para os respetivos utilizadores. É preciso promover o consumo de informação nas instituições públicas, nos estabelecimentos de ensino, em casa de cada um de nós. O Governo tem aqui uma excelente oportunidade para revolucionar os nossos hábitos. Mais do que apoios pontuais (imprescindíveis neste tempo excecional), é urgente fortalecer a ligação dos cidadãos à informação jornalística que, como todos hoje sabemos, é um bem de primeira necessidade. Que não se desperdice este momento para fazer essa revolução.



CORONAVÍRUS



País: Portugal
Period.: Diária

Meio: Imprensa

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 6

Cores: Cor

**Área:** 25,70 x 31,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2





**António Costa** Primeiro-ministro

# Governo admite prolongar estado de emergência até 15 de Maio

Retoma da normalidade será gradual e medidas de contenção serão mantidas, mesmo depois do fim do estado de emergência, para grupos de risco e certas actividades e sectores da economia

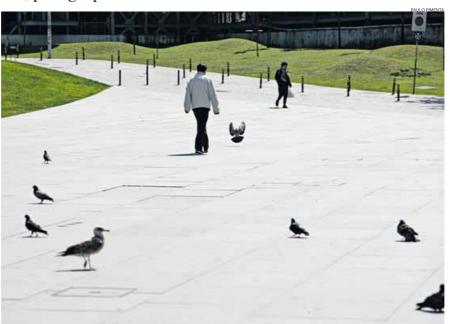
#### São José Almeida

manutenção do estado de emergência até ao dia 15 de Maio, pelo menos, é uma realidade ponderada pelo primeiro-ministro, António Costa, soube o PÚBLI-

O Governo tem em cima da mesa vários cenários sobre o momento em que pode ser levantada a medida de excepção decretada pelo Presidente da República pela primeira vez a 18 de Março e renovada a 1 de Abril. Até porque o executivo mantém uma interpretação mais prudente - do que a demasiado optimista que terá sido feita pela generalidade das pessoas - da declaração de Marcelo Rebelo de Sousa, na terça-feira, no final da reunião com os peritos, quando disse: "Se queremos ganhar a liberdade em Maio, temos de a conquistar em Abril.'

A possibilidade de o estado de emergência vigorar até meados de Maio está plasmada numa resolução aprovada ontem pelo Conselho de Ministros, que prolonga até às zero horas do dia 14 de Maio "a reposição, a título excepcional e temporário, do controlo de pessoas nas fronteiras".

Ao anunciar a suspensão das provas de aferição e de todas as aulas presenciais no terceiro período, à excepção das do 11.º e 12.º anos, bem como o adiamento para Julho da primeira época de exames para estes, o primeiro-ministro esvaziou ontem a ideia de que estaria previsto para o fim de Abril o cessar do condicionamento das regras de vida em sociedade devido à pandemia da covid-19. Um entusiasmo que foi também quebrado pelo facto de António Costa se ter recusado a avançar com uma data



Primeira declaração de estado de emergência data de 18 de Março

para o regresso das crianças ao ensino pré-escolar.

O primeiro-ministro deu mesmo um sinal significativo sobre o tempo que pode demorar o regresso à normalidade, ao afirmar que seria uma

O regresso à normalidade será "progressivo e gradual", em especial para os grupos de risco boa solução se os alunos do 11.º e 12.º anos pudessem ter aulas presenciais durante "uma ou duas semanas para esclarecer dúvidas" antes dos exames, cuja primeira época decorreráentre 6 e 23 de Julho, tendo o 3.º período final a 26 de Junho.

Com a certeza de que durante o mês de Abril se manterá o estado de emergência, a dúvida é a de saber qual o momento em que as medidas de excepção podem ser levantadas. De acordo com as informações recolhidas pelo PÚBLICO, tudo dependerá da evolução da pandemia em Portugal e dos dados e indicações que os cientistas, que trabalham com a Direcção-Geral da Saúde, forem

fornecendo nas reuniões semanais. Mas, até aqui, esses cientistas não afirmaram certezas. Daí a ponderacão de cenários feita pelo Governo.

O certo é que, como tem repetido o primeiro-ministro, a pandemia não desaparece de um dia para o outro. Por isso, mesmo quando o estado de emergência for levantado, continuará a haver condicionalismos e regras de actuação social para vários grupos sociais, com o objectivo de "não levantar a tampa da panela de pressão".

O Governo está consciente de que a inexistência de contenção social pode desencadear uma segunda vaga de contaminações em crescendo, já que, nesta altura, a percentagem de pessoas imunizadas será ainda baixa.

O Governo está a ponderar um regresso "gradual e progressivo" ao quotidiano da sociedade portuguesa, obedecendo sempre, como têm insistido vários responsáveis governativos ao PÚBLICO, ao princípio da "salvaguarda da vida das pessoas", em detrimento da economia.

É assim provável que, mesmo após o levantamento do estado de emergência, possa haver restrições à circulação em algumas zonas do país, nomeadamente as que têm maior densidade populacional ou mais pessoas infectadas ou ainda aquelas em que a diminuição da taxa de progressão dos contaminados é mais lenta. Outra dimensão que está a ser equacionada e que pode levar ao prolongamento de restrições é da concentração de pessoas, que contraria o isolamento social.

Também está previsto que a retoma económica possa ser gradual, com alguns sectores da economia ou tipo de actividades a manterem até mais tarde condicionamentos.

É dado adquirido que o regresso à normalidade também não será imediato para os grupos de risco, que deverão continuar sujeitos a confinamento e ao respeito de outras regras. Aliás, indiciador dessa restrição é o facto de o primeiro-ministro ter assumido que os professores do 11.º e 12.º anos que façam parte de grupos de risco não voltarão às aulas presenciais e serão substituídos.

Equacionado está a ser o recurso ao teletrabalho para estes casos e também para os pais, a quem é garantido o recurso à alternância semanal de acompanhamentos dos filhos a cumprir o ano lectivo em casa.

sao.jose.almeida@publico.pt

CISION

**ID**: 85909360



Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 1

Cores: Cor

Área: 12,58 x 1,57 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2



Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.943 • 1,70€ • Sexta-feira, 10 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amilcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos







Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 4

Cores: Cor

Área: 25,70 x 24,28 cm²

Corte: 1 de 2



# Nova Telescola vai chamar-se #EstudoEmCasa e professores saberão mais na próxima semana

Informação sobre conteúdos da nova Telescola chega às escolas na próxima semana. Pais, directores e sindicatos de professores unidos nos elogios a Costa. Já os estudantes do secundário estão "desiludidos"

#### Clara Viana

Ministério da Educação garantiu ontem que a partir da próxima semana será enviada às escolas "informação detalhada sobre os conteúdos e actividades a difundir" na nova Telescola, que passará a chamar-se #EstudoEmCasa.

Esta informação consta do resumo enviado pelo ME a propósito das medidas aprovadas pelo Governo para garantir o 3.º período. E corresponde a um apelo que foi lançado já ontem tanto por directores como por sindicatos de professores.

As emissões do #EstudoEmCasa, que arrancarão a 20 de Abril, destinam-se a alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade e serão transmitidas pela RTP Memória, um canal que está disponível nos serviços de cabo e satélite, mas também na televisão digital terrestre, uma tecnologia gratuita e que chega à esmagadora maioria dos lares.

Segundo o primeiro-ministro, a "emissão televisiva de conteúdos pedagógicos" vai "complementar" o trabalho que os professores farão à distância com os seus alunos. As emissões serão feitas por blocos, divididos por anos de escolaridade, ao longo de todo o dia, começando pelos alunos mais jovens e terminando ao final da tarde com os conteúdos para os alunos do 9 º 200.

Em declarações à Lusa, o director da RTP Memória, Gonçalo Madaíl, revelou que "o desenho criativo do canal #EstudoEmCasa, tal como o grafismo e a identidade televisiva, foi elaborado pela equipa da RTP Memória e do Centro de Inovação". Madaíl adiantou que, do lado da RTP, têm estado envolvidas neste projecto "pelo menos 50 pessoas com funções



As emissões do #Estudo Em Casa arrancarão a 20 de Abril

várias", disse.

Este projecto foi montado em "duas semanas e meia" e teve na base o que viria a ser confirmado ontem por António Costa: este ano lectivo os alunos do ensino básico não voltarão às escolas.

O mesmo vai acontecer com os alunos do 10.º ano, que só terão ensino à distância, embora não com o apoio da televisão, porque o número de disciplinas abarcado é demasiado extenso para o permitir.

Como devido à pandemia da covid-19 não é possível garantir condições de segurança para um regresso em massa às escolas, os alunos do 1.º ao 9.º ano de escolaridade vão continuar a ter aulas à distância, prolongando a experiência que já tiveram nas duas semanas anteriores ao início das férias da Páscoa. Todos eles serão avaliados no final do ano lectivo, sendo-lhes atribuída uma classificação que deve ter em conta as circunstâncias específicas de realização do 3.º período", especifica o ME.

"Mesmo à distância, a avaliação vai existir e os docentes vão ter em conta o conjunto do percurso educativo dos alunos", garantiu António Costa. E podem continuar a chumbar.

Para esta classificação só contarão as notas dadas pelos professores, uma vez que os exames nacionais do 9.º ano, que contava 30% para a nota final, estão cancelados. Bem como as provas de aferição do 2.º e 5.º ano que estavam marcadas para Maio e que não têm impacto nas notas dos alunos. As medidas anunciadas ontem mereceram o aplauso de pais, directores e sindicatos de professores. Já co sestudantes do ensino secundário, que

têm pedido a suspensão dos exames nacionais, mostraram-se "desiludidos" (ver página 2).

"De um modo geral, era o que estávamos à espera de ouvir de modo a manter-se um equilíbrio", comentou o presidente da Confederação Nacional das Associações de Pais, Jorge Ascenção. O líder da Confederação Nacional Independente de Pais e Encarregados de Educação (CNIPE), Rui Martins, corrobora, mas acrescenta que têm "reservas quanto à possibilidade de ser mesmo garantida e equidade no acesso" às novas tecnologias, embora "todos em conjunto" talvez se consiga.

Da parte dos representantes dos directores há a constatação de que as medidas anunciadas respondem ao que têm defendido nos últimos tempos. "As soluções apresentadas são as adequadas à situação em que vivemos", afirmou o presidente do Conselho das Escolas, que é o órgão representativo dos directores junto do ME. José Eduardo Lemos frisa que esta "é uma decisão difícil", que as medidas são "cautelosas" e não lhe merecem críticas.

"Neste momento, o primeiro-ministro não podia dizer mais ou menos do que disse e que é adequado às informações disponíveis" sobre a evolução da pandemia, sublinha o presidente da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas, Filinto Lima.

"Conversar é bom, ouvir a opinião de parceiros é fantástico e acolhê-la é muito bom. É sinal de que estamos a ser escutados", descreve o presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, Manuel Pereira, frisando que a mensagem de Costa deu "tranquilidade" ao país.

A Federação Nacional de Professores (Fenprof) e a Federação Nacional da Educação (FNE) também elogiaram a decisão de o Governo manter a suspensão das aulas presenciais até ao final do ano para os alunos do ensino básico. "O nosso apelo era que não fossem retomadas actividades lectivas presenciais, a menos que houvesse condições que as autoridades de saúde viessem a considerar como adequadas e parece-nos bem que haja este anúncio claro", disse à Lusa o secretário-geral da FNE, João Dias da Silva.

No mesmo sentido, Mário Nogueira, da Fenprof, sublinhou que o interesse da saúde pública e o combate à pandemia da covid-19 prevaleceram na decisão do Governo, acrescentando que as medidas "correspondem àquilo que seria expectável num momento como este".

cviana@publico.pt





Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1 Cores: Cor Área: 11,89 x 1,29 cm²

Corte: 2 de 2

12.º ano, e se o vírus deixar • Nova Telescola vai chamar-se #EstudoEmCasa e chega no dia 20 •





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 22

Cores: Cor

Área: 25,70 x 31,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



# Participações sobre corrupção aumentaram 31,7% em 2019

Conselho de Prevenção da Corrupção recebeu mais participações oficiais do que um ano antes. E ainda chegaram aos serviços desta entidade 29 denúncias, a maior parte de natureza anónima

#### <mark>Instituições</mark> Sónia Sapage

Num ano, o Conselho de Prevenção de Corrupção (CPC) recebeu mais 31,7% de comunicações, que subiram de 604 em 2018 para 796 em 2019. Os dados constam do último relatório de actividades daquela entidade que funciona junto do Tribunal de Contas desde 2008. Corrupção, peculato e abuso de poder continuam a ser os principais tipos de crime associados às decisões judiciais reportadas no ano passado.

"Durante o ano de 2019, o CPC tratou e analisou um total de 796 comunicações (...). Este número corresponde a 783 comunicações judiciais e a 13 relatórios de auditoria e, no seu todo, representa um acréscimo de cerca de 31,7% relativamente ao total das 604 comunicações registadas no ano de 2018", lê-se na página 13 do documento enviado para a Assembleia da República no final de Março.

O conselho recebeu ainda 29 denúncias, "na sua grande maioria de natureza anónima", sobre alegadas práticas de crimes de corrupção em entidades do sector público, como a Autoridade Tributária, o Infarmed, a Junta de Freguesia de Alvalade, o Ministério da Defesa ou as autarquias de Faro, Mira, Batalha, Vila Real de Santo António e Lisboa.

Entre as 783 informações que os tribunais partilharam com o CPC, "verifica-se que, à semelhança dos anos anteriores, [os principais tipos legais de crimes associados às comunicações] são a corrupção [29,2%], o peculato [27,7%], o abuso de poder [11,4%], a prevaricação [7,3%] e a participação económica em negócio [6,9%]", de acordo com o relatório.

O documento que o Conselho de Prevenção da Corrupção depositou no Parlamento tem outros detalhes sobre as comunicações judiciais recebidas. Geograficamente, por exemplo, mostra que mais de 43% dos processos são oriundos da região Centro (entre Douro e Tejo). Quanto às entidades envolvidas nas participações, fica a saber-se que 41,9% integram a administração local e 31,4% a administração central.



As acções pedagógicas do Conselho de Prevenção da Corrupção abrangeram mais de 8000 dirigentes do Estado em dez anos

Relativamente aos 13 relatórios de auditoria recebidos pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, um foi enviado pela Inspecção-Geral de Finanças e diz respeito ao modo como foram realizados os procedimentos de contratação pública num municipio entre 2013 e 2016; os outros 12 foram apresentados pela Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça e dão conta dos planos de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas de vários serviços do Ministério da Justiça.

Um dado curioso, mas que não é explicado no relatório de actividades, está relacionado com a redução nas despesas daquele organismo. De acordo com o relatório, os gastos do CPC desceram de mais de 145 mil

euros em 2018 para 111.699,41 euros em 2019 – sendo que a maior fatia de gastos é com o pessoal (quase 100 mil euros), o que corresponde a 83,9% do total.

#### Pedagogia atinge 8000

O Conselho de Prevenção da Corrupção fez ainda 80 visitas pedagógicas em dez anos, o que permitiu fazer pedagogia junto de mais de 8000 dirigentes da Administração Pública. "Desde 2010, foram realizadas 80 visitas pedagógicas que permitiram abranger mais de 8000 dirigentes, o que representa um valor médio superior a 800 dirigentes e gestores públicos por ano", lê-se no relatório.

No ano a que o documento diz respeito, estas acções para prevenir a

corrupção incluíram o Hospital Beatriz Ângelo, em Loures; a Inspecção-Geral da Administração Interna; o Instituto Nacional de Estatística; o Instituto Português do Desporto e Juventude; a NAV – Navegação Aérea de Portugal; os Serviços Partilhados do Ministério da Saúde; e as universidades de Lisboa, Évora e Coimbra.

Um dos temas que mereceram a atenção deste conselho, dando origem a vários pareceres, foi o processo legislativo em curso na Assembleia da República, mais concretamente na Comissão Eventual para o Reforço da Transparência no Exercício de Funções Públicas, sobre lobbying, incompatibilidades e impedimentos dos deputados e outros detentores de cargos públicos, registo de inte-

resses e Entidade da Transparência.

Durante o ano de 2019, realizaramse ainda 11 reuniões ordinárias do plenário do conselho, dez audições e 13 acções de formação sobre ética, integridade e prevenção da corrupção que abrangeram cerca de mil funcionários e dirigentes.

Criado em 2008, o Conselho de Prevenção da Corrupção é uma entidade administrativa independente que funciona junto do Tribunal de Contas, sendo ambos os órgãos presididos por Vítor Caldeira.

O relatório de actividades é enviado anualmente à Assembleia da República até ao final de Março do ano seguinte àquele a que se refere.

sonia.sapage@publico.pt





País: Portugal

Period.: Diária

Meio: Imprensa

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 2

Cores: Cor

Área: 25,70 x 31,00 cm²

Corte: 1 de 3



# CORONAVÍRUS

As medidas anunciadas pelo Governo dizem também respeito aos exames nacionais do ensino secundário

# Só 250 mil alunos poderão ainda voltar às escolas

Se a evolução da pandemia permitir, alunos do 11.º e 12.º ano são os únicos que ainda poderão ter aulas presenciais. Representam menos de 15% da população escolar

#### Samuel Silva e Clara Viana

aso ainda haja condições para recomeçar as aulas neste ano lectivo, apenas cerca de 250 mil estudantes vão voltar às escolas. A decisão anunciada pelo Governo ontem prevê que só os alunos do 11.º e 12.º possam ainda retomar as actividades presenciais. São também estes que farão os exames nacionais, agora adiados para Julho.

Se, no mês passado, a suspensão das aulas presenciais colocou cerca de dois milhões de alunos em confinamento nas suas casas – uma medida que o primeiro-ministro defendeu, ontem, ter contribuído para "travar o crescimento exponencial da pandemia" –, a solução agora encontrada prevê que apenas uma pequena parte volte às escolas.

No ano lectivo 2017/2018, o último para o qual a Direcção-Geral de Estatisticas da Educação e Ciência publicou dados, estavam inscritos no ensino secundário 380.370 estudantes. Os alunos do 11.º e 12.º anos representam cerca de dois terços — são perto de 250 mil alunos, que correspondem a menos de 15% da população escolar.

Por serem "anos decisivos", o Governo entende ser "particularmente importante" que possam ser retomadas as actividades lectivas presenciais para os alunos dos dois anos finais do ensino secundário. O que não é certo é quando poderá isso acontecer. "Se e quando se vão retomar" as aulas será decidido posteriormente, anunciou António Costa, O Governo está, no entanto, a trabalhar num "plano B", que passa pela manutenção das aulas exclusivamente em ensino à distância, "se a evolução da pandemia assim o exigir", admitiu o primeiro-ministro.

Para os directores de escolas, as medidas anunciadas correspondem a "todos os pontos" que tinham proposto numa carta que dirigiram ao primeiro-ministro

Caso voltem às aulas, os estudantes do secundário vão ter de usar máscara dentro da escola, que será fornecida pelo Ministério da Educação. As escolas terão de garantir o cumprimento de regras de distanciamento. Os professores e outros trabalhadores que façam parte de grupos de risco serão dispensados do trabalho.

As medidas anunciadas pelo Governo dizem também respeito aos exames nacionais do ensino secundário, cuja 1.ª fase estava marcada para a segunda quinzena de Junho e é agora empurrada para os dias 6 a 23 de Julho. As aulas vão assim poder estender-se até 26 de Junho. O calendário do concurso nacional de acesso ao ensino superior sofre também mudanças. O prazo para a apresentação de candidaturas para a 1.ª fase é adiado, estendendo-se agora de 7 a 23 de Agosto. Os resultados são conhecidos a 28 de Setembro.

António Costa anunciou também que os alunos do secundário só terão de realizar os exames de que necessitem para acesso ao ensino superior. No ano passado, dos 159.840 inscritos para exames, pouco mais de metade (55%) pretendia candidatar-se a uma licenciatura. As decisões do Governo mereceram aplausos de pais e direc-



#### Exames nacionais poderão ser feitos "em pavilh

epois de António Costa ter anunciado uma série de mudanças para o terceiro período devido à pandemia de covid-19, o ministro da Educação, Tiago Brandão Rodrigues, sublinhou ontem, em entrevista ao *Jornal das 8* da TVI, que a prioridade é garantir a realização dos exames nacionais que poderão ser feitos "em pavilhões gimnodesportivos ou espaços abertos".

"O terceiro período vai começar e temos aulas e avaliação já na próxima terça-feira, até ao dia 26 de Junho para todos os niveis de ensino", começou por referir Tiago Brandão Rodrigues, salientando, porém, que o Governo tem ainda "muitas incertezas" depois de questionado sobre a data colocada pelo primeiro-ministro como "limite máximo" para um novo arranque das aulas do terceiro período, a 4 de Maio.

O ministro da Educação admitiu que "todo o nosso sistema educativo está organizado e pensado para um modelo presencial". Porém, salientou que "foi tomadi um conjunto de medidas para conter este surto epidemiológico em Portugal" e que "mais cedo ou mais tarde vamos ter de começar a afrouxar as medidas". "Mas não sabemos quando e não sabemos como", disse.

Contudo, Tiago Brandão Rodrigues sublinhou que "a saúde pública é o mais importante". "Voltando a 4 de Maio ou voltando numa data posterior, só voltaremos com as normas de segurança que na altura se entenderem necessárias", reforçou, ecoando as palavras do primeiro-ministro, que garantiu que o regresso às escolas seria acompanhado do uso de máscara e cumprimento do distanciamento social.



Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 3

Cores: Cor

Área: 25,70 x 31,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 3





#### Imaginemos o que seria para Portugal se interrompêssemos agora todo o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que não o podemos fazer presencialmente

**Tiago Brandão Rodrigues** Ministro da Educação



#### **lões gimnodesportivos**

Tiago Brandão Rodrigues acrescentou que o objectivo das aulas presenciais é continuar a dar a matéria em termos normais, "o que irá acontecer também não presencialmente". "Imaginemos o que seria para Portugal se interrompêssemos agora todo o processo de ensino e aprendizagem, uma vez que não o podemos fazer presencialmente. Estes seis meses de interrupção seriam um peso muito grande no que é a formação e educação de toda uma geração", notou.

"Acreditamos que é importante corresponder às expectativas dos nossos estudantes", nomeadamente daqueles que pretenderem aceder ao ensino superior, reforçou Tiago Brandão Rodrigues, sublinhando que "se a pandemia o permitir", o objectivo é manter os exames nacionais. Filipa Almeida Mendes

tores das escolas. O presidente do Conselho das Escolas, o órgão que representa os directores junto do Ministério da Educação, considera-as medidas "cautelosas" e que não lhe merecem críticas. Mas levanta-lhe dúvidas a questão de vir a "haver exames, independentemente do estado em que o país se encontrar".

Os presidentes da Associação Nacional de Directores de Agrupamentos e Escolas Públicas e da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, respectivamente, Filinto Lima e Manuel Pereira, dão a conhecer que as medidas anunciadas por Costa correspondem a "todos os pontos" que tinham proposto numa carta que dirigiram ao primeiro-ministro. E que foram reafirmados durante a reunião que tiveram com o ministro da Educação.

#### Prova de confiança

Quanto à realização dos exames nacionais, que os directores consideram que poderão até realizar-se em Outubro, caso seja necessário, dizem que "o primeiro-ministro não fechou portas". "Com boa vontade e bom senso, tudo se resolve", disse ao PÚBLICO Manuel Pereira, para quem Costa deu "uma prova de confiança nas escolas e nos professores".

nas escolas e nos professores". Já entre os estudantes, as reacções são de "desilusão", "tristeza" e "susto", conforme resume o presidente da Associação de Estudantes da Escola Secundária Camões, Tiago Alves. Esta associação foi uma das três que nesta semana lançaram uma petição a pedir a suspensão dos exames nacionais, por considerarem que o ensino à distância "não garante a igualdade de oportunidades de acesso" aos meios necessários para estes se realizarem, nem a "credibilidade da avaliação". Para além de o "incumprimento dos programas curriculares ser uma realidade e das discrepâncias que existem no que toca às matérias'

A petição já foi remetida ao Parlamento. Ao final da tarde de ontem, tinha cerca de 8500 assinaturas. "Não faz sentido realizarem-se exames este ano e muito menos voltarmos às escolas" quando estamos a viver uma "situação pandémica assustadora", diz Tiago Alves, acrescentando que tudo isto "é um susto". Deixa um alerta: "Não vamos ficar parados."

samuel.silva@publico.pt cviana@publico.pt

#### Que exames nacionais serão realizados?

Apenas os estudantes do 11.º e do 12.º ano realizarão exames o Governo cancelou as provas nacionais do 9.º ano, bem como as provas de aferição do 2.º e 5.º ano. E, mesmo entre estes, nem todos têm que ir a exame Os alunos do ensino secundário apenas têm que ir fazer exame às disciplinas que escolherem como prova de ingresso nos cursos do ensino superior a que queiram candidatar-se. Os exames que se destinam à aprovação de disciplinas e conclusão do ensino secundário estão cancelados. Quer isto dizer que quem não pretender entrar numa universidade no próximo ano lectivo - no ano passado, só 55% dos alunos do secundário queriam prosseguir estudos - não tem que ir fazer as provas

São 22 as disciplinas sujeitas a exame nacional no ensino secundário — como Português, Matemática, Física e Química e Biologia e Geologia, habitualmente as mais concorridas, mas também Filosofia, História, Geometria Descritiva e as várias línguas estrangeiras. Só as disciplinas sujeitas poderão ser leccionadas dentro das escolas, caso as aulas presenciais ainda sejam retomadas. As restantes continuarão a ser trabalhadas à

# Quando são feitos os exames nacionais?

Os exames do ensino secundário foram adiados por cerca de três semanas, de modo a dar mais tempo às escolas para que concluam o ano lectivo. As aulas vão poder estender-se até 26 de Junho. A 1.ª fase das provas nacionais, que estava marcada para a segunda quinzena de Junho, passa a acontecer entre os dias 6 e 23 de Julho. A 2.ª fase, que habitualmente acontece em Julho, passa para depois das férias de Verão: realiza-se de 1 a 7 de Setembro.

## Como será calculada a média de acesso?

EXAMESEM JULHO, ACESSO EM SETEMBRO: O OUE MUDA NO CAMINHO PARA O SUPERIOR

Em teoria, não há alterações na fórmula de cálculo da média de acesso, que tem em conta a classificação final de ensino secundário e as provas específicas de ingresso em cada curso superior, que têm um peso que pode chegar aos 30%. No entanto, uma vez que os exames que se destinam apenas à aprovação de disciplinas foram cancelados, a nota final do secundário resultará apenas da avaliação dos professores, sem qualquer peso dos exames.

### Quando é feita a candidatura ao ensino superior?

Com as alterações nas datas dos exames nacionais do ensino secundário, também o calendário de acesso ao ensino superior vai sofrer mexidas. Todos os prazos foram adiados, em cerca de três semanas. As candidaturas são realizadas durante o mês de Agosto, de 7 a 23. Os resultados da primeira fase do concurso nacional de acesso vão ser conhecidos a 28 de Setembro.

Uma vez que a 2.ª fase dos exames nacionais foi adiada para Setembro, a 2.ª fase do concurso de acesso às universidades e politécnicos passa a acontecer entre 28 de Setembro a 9 de Outubro, sendo as colocações anunciadas uma semana depois, a 15 de Outubro. Como

habitualmente, há ainda uma 3.ª fase para ingresso ao ensino superior, cujas colocações serão conhecidas a 30 de Outubro.

### Quando começam as aulas no ensino superior?

As colocações no final de Setembro levarão o próximo ano lectivo a começar mais tarde no ensino superior. Na generalidade das instituições, isso implica adiar o início das aulas para a primeira ou segunda semana de Outubro. Um número mais pequeno de instituições de ensino começa as aulas apenas depois da 2.ª fase de colocações, agora agendadas para 15 de Outubro.

### Este ano ainda haverá aulas nas universidades?

As universidades e os politécnicos têm autonomia para definir as suas estratégias para o que resta deste ano lectivo. Universidades como a do Minho, a de Évora ou a de Coimbra e várias faculdades de Lisboa e do Porto já assumiram que não haverá mais aulas presenciais até ao final do semestre. As restantes mantêm as aulas à distância ainda com a expectativa de retomar as actividades presenciais na fase final do ano. Essa solução permitiria, por exemplo, concentrar as "cadeiras" práticas, que neste momento não estão a poder ser leccionadas. Samuel Silva



CISION

**ID**: 85909345



Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 25,70 x 31,00 cm

Corte: 3 de 3



Edição Lisboa • Ano XXXI • n.º 10.943 • 1,70€ • Sexta-feira, 10 de Abril de 2020 • Director: Manuel Carvalho Adjuntos: Amilcar Correia, Ana Sá Lopes, David Pontes, Tiago Luz Pedro Directora de Arte: Sónia Matos







Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 10

Cores: Cor

Área: 4,86 x 3,93 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



#### Governo adia entrega do Programa de Estabilidade

O Governo decidiu adiar, provavelmente até ao final de Abril, o prazo previsto para a apresentação do Programa de Estabilidade este ano, onde irá apresentar as primeiras previsões para a economia e as finanças públicas pós-pandemia covid-19.





Meio: Imprensa

País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 5

Cores: Cor

Área: 10,11 x 23,81 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



### Apoio aos pais deve ser pedido todos os meses à Segurança Social

#### Pedro Crisóstomo

apoio excepcional aos trabalhadores por conta de outrem e trabalhadores independentes que fiquem em casa a acompanhar os filhos por causa do encerramento das escolas continuará de pé quando terminarem as férias escolares da Páscoa, pois os estabelecimentos vão continuar fechados para os alunos do ensino básico.

Esta medida, dirigida a quem tem filhos até aos 12 anos, funciona numa lógica mensal e, por isso, no caso dos trabalhadores por conta de outrem, é preciso que as empresas apresentem junto da Segurança Social todos os meses uma declaração a indicar quantos dias é que o trabalhador faltou no mês anterior por este motivo excepcional, de forma a ser assegurado o financiamento mensal deste apoio. Primeiro, um trabalhador deve preencher uma declaração - cujo formulário está disponível no site da Segurança Social – e entregar à sua empresa com a indicação dos dias de ausência ao trabalho (sendo preciso cumprir os requisitos na lei para que tal aconteça). À entidade empregadora cabe ir ao site da Segurança Social e preencher uma declaração online com o pedido, que tem sempre um mês de referência.

O apoio relativo aos dias em que um trabalhador esteve em casa com um filho em Março tinha de ser pedido pela empresa até ontem. Relativamente aos dias de Abril, esse procedimento acontece em Maio, até um prazo ainda a definir pela Segurança Social. As verbas – equivalentes a dois terços da remuneração, com um valor mínimo de 635 euros e um valor máximo de 1905 euros – são pagas em partes iguais pela empresa e pela Segurança Social, mas cabe às entidades empregadoras proceder à entrega das verbas aos seus trabalhadores.

Para isso, quando apresentar o requerimento mensal, a empresa tem



É para quem tem filhos até aos 12

de entregar a declaração de remunerações autónoma com o valor total do apoio, para que a Segurança Social pague a metade que lhe cabe assegurar. No caso dos trabalhadores independentes, as datas a ter em conta para a entrega dos requerimentos são as mesmas.

Para beneficiar deste apoio é preciso preencher algumas condições. Num casal, só um dos pais pode receber esta retribuição e a isso soma-se outro requisito que pode restringir o acesso à medida. É que, embora o apoio seja "deferido de forma automática após requerimento da entidade empregadora", ele só pode ser solicitado se não existirem "outras formas de prestação da actividade, nomeadamente por teletrabalho".

Apesar de o regime se manter em vigor no pós-Páscoa a partir de terçafeira, o advogado Hugo Martins Braz, especialista em direito laboral na Valadas Coriel & Associados, considera que, à luz do diploma do Governo, "a justificação das faltas e o acesso ao apoio pelos trabalhadores não será automático e carece de nova comunicação ao empregador".

pedro.crisostomo@publico.pt





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 18

Cores: Cor

Área: 25,70 x 12,29 cm²

Corte: 1 de 1



## Educação: era possível fazer melhor?



#### Manuel Carvalho Editorial

Governo tinha vários problemas para resolver na educação e nenhum oferecia uma solução fácil. Ontem, o primeiro-ministro deu conta das medidas que aprovou e o que se pode dizer é que foi capaz de apresentar soluções sensatas para alguns dos problemas, mas deixou em aberto outros tantos. Se na questão dos alunos do 11.º e 12.º ano que vão ter de fazer exames nacionais podemos considerar que a solução é equilibrada e responde à

gravidade da situação, para os alunos do ensino básico e do 10.º ano ofereceu apenas o mal menor. Por outras palavras, foi capaz de anunciar uma saída minimamente equilibrada e justa para o problema que pode ter solução, e reconheceu a falta de alternativas para o que é difícil ou até impossível de resolver.

Por partes: com o país obrigado ao isolamento social, seria impensável admitir que a escola pudesse funcionar de forma normal.

Ninguém perceberia nem aceitaria que os seus filhos fossem às aulas sem garantias de segurança. Nenhum professor admitiria voltar à rotina. O que havia a fazer é admitir que, se as melhores previsões da pandemia se confirmarem, uma pequena parte dos alunos possa regressar a aulas presenciais. Restava definir que

alunos. E aí o Governo esteve bem: os que estão num momento crucial dos seus percursos lectivos. Os que vão ter de fazer exames nacionais para acederem ao ensino superior. Se a propagação da covid-19 abrandar, os professores que estão em grupos de risco ficam em casa, a reduzida população escolar que vai às aulas tem mais condições para o distanciamento social e é sujeita a regras de protecção acrescidas. Torna-se assim possível gerir o risco sem abdicar desse instrumento que garante a igualdade de condições de acesso ao superior: os exames iguais para todos.

No editorial de quarta-feira tínhamos referido que privar os alunos dos exames seria favorecer as escolas privadas que o próprio Ministério da Educação suspeita de

usarem a inflação das notas como factor de atracção de clientes. O Governo foi capaz de evitar esse risco. Mas admite que está fora do seu alcance a garantia de equidade para todos. As aulas à distância penalizam os alunos de famílias mais desfavorecidas e nem o recurso à telescola será capaz de mitigar esse problema. As autarquias ou a responsabilidade social de cidadãos e empresas podem ajudar com mais meios. Mas dificilmente haverá Internet ou computadores para todos. Resta uma esperança. Que, depois da pandemia, os mais frágeis sejam alvo de particulares atenções e possam recuperar o tempo perdido a que a distância das escolas, dos colegas e dos professores os forçará.

manuel.carvalho@publico.pt





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 26

Cores: Cor

Área: 25,30 x 28,08 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 3



## **GOVERNO QUER** LIBERTAR PRESOS AINDA EM ABRIL

Luís Claro

luis.claro@sol.pt

Previsões apontam para que sejam abrangidos cerca de dois mil reclusos. Rui Rio defendia prisão domiciliária para idosos e doentes, mas não houve consenso. Governo ainda estudou a hipótese, mas não tem meios de vigilância.

O Governo quer avançar o mais rapidamente possível com a libertação de presos para prevenir a propagação do coronavírus nas cadeias. A medida foi esta semana aprovada na Assembleia da República com os votos a favor do PS Bloco de Esquerda, PCP, PEV e da deputada Joacine Katar Moreira. A direita votou contra e o PAN absteve-se.

Com a lei aprovada, a intenção é avançar o mais rapidamente possível com o perdão das penas para crimes menos graves. A previsão do Ministério da Justiça é que seja possível aplicar os perdões um ou dois dias a seguir à entrada da lei em vigor.

Ao todo, podem ser libertados nas próximas semanas entre 1700 e 2 mil reclusos num universo de quase 13 mil. O Governo ainda estudou a hipótese de libertar alguns reclusos com pulseira eletrónica, para mais tarde cumprirem o resto da pena, mas abandonou essa ideia por não existirem meios de vigilância suficientes para pór em prática essa medida.

O Executivo decidiu, por isso, avançar para o perdão de penas até dois anos. A medida abrange também os reclusos que estejam a menos de dois anos do final da pena. Ficam de fora, entre outros, os condenados por homicídio, violência doméstica, maus-tratos, crimes contra a liberdade sexual e autodeterminação sexual ou crimes cometidos por titular de cargo político ou de alto cargo público. Foi também aprovada a proposta do CDS para que não sejam abrangidos os condenados por crimes cometidos contra as forças de segurança.

Poderão ainda ser libertados, através de um regime excecional de indulto da pena, os reclusos com mais de 65 anos com problemas de saúde. A última palavra cabe ao Presidente da República.

As outras hipóteses passam pela antecipação da liberdade condicional com o aval do tribunal e um regime extraordinário de concessão de licenças de saída pelo período de 45 dias, as chamadas saídas precárias. Neste caso, a medida pode ser aplicada aos reclusos que já tenham «beneficiado com sucesso de, pelo menos, uma licença jurisdicional». Em qualquer dos casos, a intenção é agir com rapidez e a tempo de prevenir o contágio dentro dos estabelecimentos prisionais.

#### Soltar delinquentes e acusações de populismo

A proposta foi aprovada esta quinta-feira no Parlamento com o apoio da esquerda. Os socialistas ainda apelaram a um consenso mais alargado, que tem sido conseguido noutras matérias no contexto da pandemia, mas Rui Rio contestou desde a primeira hora os critérios definidos pelo Gover-

Crimes de homicídio, violência doméstica. maus-tratos ou contra a liberdade sexual não são abrangidos pelo perdão

no. A proposta do PSD apontava para que fossem apenas abrangidos os mais velhos (800 têm mais de 65 anos) e os reclusos com problemas de saúde como diabetes ou doencas pulmonares. Mesmo estes ficariam em prisão domiciliária. «Não é para o meio da rua. Terminado o risco, devem regressar para cumprir o que faltar da pena», explicou o líder do PSD, excluindo crimes de homicídios, violadores ou condenados por violência doméstica.

Ao SOL, Fernando Negrão, deputado do PSD e ex-ministro da Justica, defende que «antes de qualquer tipo de libertação devem esgotar-se todos os meios e todas as possibilidades de proteger os presos e os guardas prisionais nos estabelecimentos prisionais».

Negrão considera que «havia muita coisa a fazer» antes de avançar com a libertação dos reclusos e alerta que «esta pressa» pode gerar alarme social, por não estar a ser acautelada a situação dos reclusos quando são libertados. «Os reclusos vão para onde? Alguns não têm para onde ir. Este levantamento não está feito caso a caso. Havia muita coisa a fazer isso antes disso».

O PSD tem alimentado um clima de unidade nacional para ajudar a combater a pandemia. O consenso foi interrompido com Rui Rio a defender que a covid-19 não é razão para «soltar delinquentes» e os socialistas a acusarem o líder social-democrata de populismo. «O discurso do medo é perigoso. Os reclusos são pessoas que devem ser tratadas com humanidade e o que está em causa é uma questão de saúde pública. Não lhe fuja o pé para o populismo, isso é terreno de outros....», escreveu, nas redes sociais, a líder parlamentar do PS, Ana Catarina Mendes.

CDS, Chega e Iniciativa Liberal

também votaram contra Francisco Rodrigues dos Santos considerou «inaceitável estar-se a perdoar penas a quem foi condenado». O CDS defendeu que a prevenção nas prisões deveria ser feita apenas através de uma «li-

O Chega tem feito da contestação a esta proposta uma das suas principais bandeiras nos últimos tempos. André Ventura diz ao SOL que «é liminarmente contra toda e qualquer libertação de presos» e acusa o Governo de estar a aproveitar a pandemia para «resolver o problema da sobrelotação das prisões à custa da nossa segurança coletiva».

#### Só há um caso nas prisões

Entre os reclusos existe apenas um caso de uma mulher que foi presa já com covid-19. O Governo teme, porém, que a situação possa agravar-se se não forem tomadas medidas com alguma rapidez. Francisca Van Dunem alertou que as autoridades de saúde

sido abordada nas reuniões, à porestiveram a reabertura das escolas e a situação nos lares de idosos. Segundo apurou o SOL, o tema das prisões não foi também discutido pelos conselheiros de Estado.

Portugal tem uma população prisional de 12 729 reclusos distribuídos por 49 estabelecimentos prisionais. Oitocentos reclusos têm mais de 60 anos de idade.

**Com Cristina Rita** 







10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

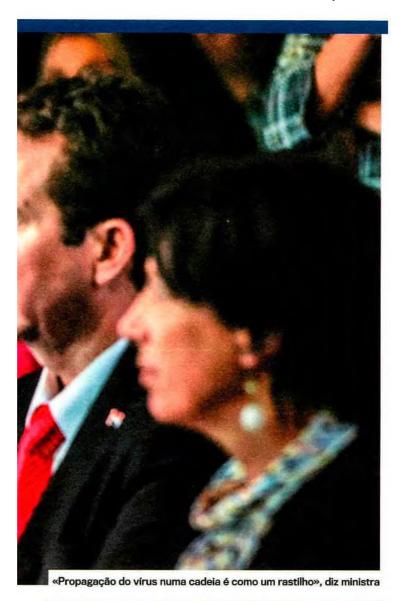
**Pág:** 27

Cores: Cor

Área: 11,00 x 28,73 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 3





### **→** FRASES

#### Francisca Van Dunem

Ministra da Justiça

Um caso de covid-19 nos estabelecimentos prisionais permite, numa semana, uma contaminação de 200 reclusos.

#### Rui Rio

Presidente do PSD

A covid-19 não é razão para perdoar penas e soltar delinquentes. Ele justifica que vão para prisão domiciliária os que têm mais de 60 anos e os que têm patologias de risco. Ultrapassado o risco, devem regressar aonde estavam para cumprir o tempo que faltar.

#### Fernando Negrão

Deputado do PSD

Tenho receio que esta medida possa gerar alarme social dada a pressa e o não acautelamento da situação dos presos quando são libertados.

#### **Rodrigues dos Santos**

Presidente do CDS

O CDS entende que é inaceitável estar-se a perdoar penas a quem foi condenado. Para muitos portugueses, não será compreensível que não se perdoe os portugueses que, neste momento, estão presos em casa e, por outro lado, se perdoe aqueles que têm de estar presos nas prisões.

#### André Ventura

Deputado do Chega Esta lei é uma infâmia. É uma opção ideológica pela libertação de pessoas que devem estar dentro das cadeias.

#### José Manuel Pureza

Deputado do BE

A diminuição da população em permanência nos estabelecimentos prisionais é uma medida de bom senso.





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal
Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 60

Cores: Cor

Área: 6,07 x 4,34 cm²

Corte: 3 de 3



#### **Marcelo promulga perdão de penas, mas com dúvidas** O Presidente da República promulgou

O Presidente da República promulgou ontem o perdão parcial de penas devido à pandemia da covid-19 «atendendo a determinantes razões éticas, humanitárias e de saúde pública, assim como à recomendação das Nações Unidas e a apelos como o da Igreja Católica Portuguesa». Pág. 26





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 16

Cores: Cor

Área: 10,56 x 27,33 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## HISTÓRICO DO PS AFASTA BLOCO CENTRAL

Luís Claro

luis.claro@sol.pt

António Campos pertenceu ao Governo de bloco central liderado por Soares, mas considera que os tempos são outros. «Não vai ser necessário. É uma situação completamente diferente», diz.

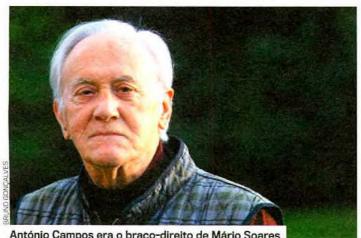
António Campos foi durante muitos anos uma espécie de braço-direito de Mário Soares e integrou o Governo de bloco central entre 1983 e 1985, Numa altura em que volta a estar em cima da mesa uma aliança entre socialistas e PSD para enfrentar a crise, o fundador do PS diz que os tempos são diferentes e «não vai ser necessário».

António Campos foi secretário de Estado Adjunto do primeiro--ministro no único Governo que juntou PS e PSD e lembra que o país estava à beira da rutura financeira. «Desta vez não vai haver rutura financeira. É uma situação completamente diferente. Naquela altura não estávamos na União Europeia e o país estava à beira da rutura financeira».

Um governo de bloco central seria «mau para a democracia» e só deve existir «numa situação de crise muito elevada», diz Campos, com a convicção de que a União Europeia será «forcada» a chegar a acordo para enfrentar os problemas provocados pela pandemia.

A discussão sobre a necessidade de um Governo de salvação nacional surgiu assim que se tornou evidente que os tempos a seguir à pandemia não vão ser fáceis. Marcelo e António Costa afastaram, para já, esse cenário. O Presidente da República alertou, porém, que temos de estar «unidos» quando chegar a hora de enfrentar a crise económica provocada pelas medidas restritivas aplicadas para controlar a pandemia.

Marques Mendes, conselheiro de Estado, também defendeu que seria «mau para a democracia» um Governo de bloco central, porque levaria ao crescimento dos partidos extremistas. O ex-líder do PSD admitiu, no entanto, que «PS e PSD vão ter de fazer um esforço para se entenderem» na aprovação dos próximos Orçamentos do Estado.







10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 52

Cores: Cor

**Área:** 25,30 x 27,72 cm<sup>2</sup>





## BANCA CHAMADA PARA SALVAR ECONOMIA

Sónia Peres Pinto

sonia.pinto@sol.pt

Economistas ouvidos pelo SOL afastam riscos para o setor financeiro, já que não há perda de capital, mas um atraso na sua amortização.

Depois de os portugueses terem sido chamados a ajudar o sistema financeiro, agora é a vez de os bancos retribuírem o 'favor' e ajudarem a economia portuguesa. O apelo foi feito pelo Presidente da República e os banqueiros responderam de forma positiva. Os principais bancos portugueses a operar no mercado nacional - BPI, Caixa Geral de Depósitos, BCP. Novo Banco e Santander -, após a audição com Marcelo Rebelo de Sousa, assumiram num comunicado conjunto o «compromisso inequívoco de apoiar a economia portuguesa», afirmando-se «cientes de que a recuperação do tecido empresarial é essencial para o funcionamento da vida em sociedade e para o futuro e solidez dos próprios bancos, que além da crise terão de continuar a servir a economia» - um comportamento que, segundo os economistas ouvidos pelo SOL, vai ao encontro do que era esperado.

«Numa altura em que todos os ciclos produtivos e económicos estão comprometidos, esta ação feita pelos bancos será estritamente necessária. Não se poderá chamar ajuda, pois não incorre em qualquer ação solidária, nem haverá prejuízos para a sua atividade utilizando estas medidas», refere ao SOL Pedro Amorim, analista da corretora Infinox, acrescentando que «não existe qualquer perda de capital para já, uma vez que correspondem a um atraso na amortização de capital. Na componente correspondente à rentabilidade bancária - juros cobrados -, eles continuarão a ser recebidos se tudo se mantiver constante»

Também André Pires, analis-



ta da XTB, considera que «as ajudas financeiras dos bancos são um mecanismo de mitigação temporária do impacto socioeconómico da pandemia, com o intuito de garantir liquidez às empresas», lembrando, no entanto, que se «baseiam na esperança de que a situação se suavize rapidamente, de forma a podermos voltar à normalidade».

Em causa está uma linha de financiamento de três mil milhões

'As ajudas financeiras dos bancos são um mecanismo de mitigação temporária do impacto socioeconómico da pandemia'

de euros que será disponibilizada pelas várias instituições, que irão oferecer um spread de 1% a 1,5%, tal como o primeiro-ministro já tinha anunciado. No entanto, os bancos poderão cobrar uma comissão de garantia mútua que pode ir até 1%, valor ao qual acresce, além disso, 0,5% de comissão pela gestão do dossiê que o banco pode cobrar, o que eleva os encargos para quase 3%.

Ainda assim, o líder do Executivo garantiu que entre 80% e 90% do empréstimo poderão beneficiar de garantia de Estado, «consoante o montante», e que haverá um período de carência de um ano.

Esse montante, no entender de Pedro Amorim, será insuficiente. «Estamos a falar de linhas de crédito garantidas pelo Estado até três mil milhões em todo o país. Tendo uma previsão de queda do PIB neste ano de 5%, estamos a falar, em termos absolutos, de 10 mil milhões de euros de perda de riqueza, o que torna a ajuda de três mil milhões claramente insuficiente neste momento».

E apesar de admitir que os spreads cobrados possam ser baixos, o analista da Infinox lembra que falta a outra componente do rendimento do banco, que pode ultrapassar em 110% os spreads: as comissões. «O banco não é o único a cobrar à empresa. Com cobrança única apenas no final do empréstimo, as empresas terão de pagar uma comissão pela garantia. A dimensão da empresa leva a um agravamento dessa comissão, bem como a maturidade do empréstimo, refere ao SOL.

E os custos, segundo Pedro Amorim, podem não ficar por aqui. «Existe a cobrança de comissões, entrando para o produto bancário, que poderão corresponder ao dobro do valor do spread anunciado», alerta.

#### Moratórias vs. incumprimento

Já as moratórias que os vários bancos estão a disponibilizar para facilitar os pagamentos dos empréstimos de empresas e particulares poderão ser uma verdadeira dor de cabeça para o sistema financeiro. Para evitar surpresas desagradáveis, o Banco de Portugal já emitiu uma carta circular que 'transpõe' as orientações da Autoridade Bancária Europeia, que os bancos terão de cumprir para evitar situações de incumprimento e de reestruturação de crédito.

Recorde-se que a moratória de crédito do Estado para empresas e particulares (neste último caso, limitado aos empréstimos à habitação), que estabelece a suspensão temporária dos pagamentos dos créditos, salvaguarda a situação dos clientes e dos bancos – ou seja, os valores adiados não são classificados como incumprimento ou malparado.

Pedro Amorim admite que os bancos estão a tomar medidas além do que o Estado está a estimar. «Existem empresas que pararam por completo a sua atividade e, no futuro, algumas entrarão em dificuldades. Por esse motivo, já se começa internamente a procurar a obtenção de soluções adicionais para minimizar o impacto. De acordo com algumas dessas medidas, segundo as normas contabilísticas, os bancos terão de classificar alguns créditos em incumprimento e/ou reestruturação», diz ao SOL.

E face a esse cenário, o analista da Infinox garante que «os reguladores vão ter de ser mais flexíveis e mais ágeis para evitar mais um colapso no setor financeiro. Algumas regras terão de ser incumpridas numa altura em que os agentes governativos catalogam a situação atual como 'uma guerra'. A Autoridade Bancária Europeia já está a estudar medidas de flexibilização para não prejudicar os clientes e as contas de resultados dos bancos», conclui.





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 20

**Cores:** Cor **Área:** 10,51 x 27,60 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



### A retoma da hotelaria

sta é uma crise sem precedentes. A pandemia que vivemos começou por ser uma crise sanitária, mas rapidamente evolui para uma crise da economia mundial.

No setor do turismo, desde as viagens à hotelaria, o impacto é enorme. Em Portugal, os hotéis, até junho, estarão quase todos encerrados, já que dependemos em cerca de 90% do transporte aéreo, cujo recomeço da operação continua indefinido. As empresas hoteleiras, neste momento, reduziram os seus custos e estão a receber apoio para poder manter os seus colaboradores. A maioria dos empresários já implementaram ou vão implementar o regime de layoff simplificado.

O impacto na quebra da taxa de ocupação, a nível nacional, vai ultrapassar os 90%, de março a junho, o que significará cerca de 13,1 milhões de dormidas perdidas. Depois da reabertura dos hotéis, a partir de julho, a ocupação média será muito baixa, podendo ser, no entanto, melhor nos resorts.

No final do ano, as vendas serão inferiores em 40%, em comparação com o ano de 2019, e, consequentemente, os resultados serão negativos.

Também os hotéis que previsivelmente abririam no início do ano têm agora as suas inaugurações adiadas.

Difficilmente, nos próximos tempos, a hotelaria nacional poderá recuperar, até porque sabemos que o ritmo de retoma da atividade das viagens e turismo vai ser lento e difícil, mas, a partir de março de 2021, esperamos que os mercados voltem aos níveis de 2019, podendo, a partir dessa data, aumentar significativamente a procura, desde que esteja encontrada a vacina adequada.

Hoje, o mundo está todo no mesmo barco: Portugal, os destinos nossos concorrentes e os mercados emissores de turistas, todos a

Há que atrair os portugueses para que possam passar as suas férias 'cá dentro'



RAUL MARTINS
PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO
DA HOTELARIA DE PORTUGAL

recuperar e a retomar a sua economia.

Como já todos percebemos, estamos perante o maior desafio deste século. É, por isso, fundamental que haja mobilização e união de todos. Só assim vamos conseguir ultrapassar a situação em que nos encontramos.

Um mes depois dos primeiros casos em Portugal, muito já foi feito, mas sabemos que vai ser preciso fazer muito mais. As medidas anunciadas pelo Governo, e que impactam diretamente na hotelaria, são corretas e ponderadas. Todavia, é necessário alargar os prazos de reembolso dos empréstimos, que têm de ser de cinco ou seis anos, para que as empresas possam retomar a sua atividade em condições de honrar os seus compromissos.

próximo verão será ainda um tempo de reorganização, pelo que a aposta deverá ser no mercado interno alargado (Portugal e Espanha). Temos um país muito rico, com uma enorme diversidade e com muito por descobrir. Há que atrair os portugueses para que possam passar as suas férias 'cá dentro'.

A qualidade e excelência da hotelaria portuguesa é reconhecida em todo o mundo. Os empresários hoteleiros tiveram sempre a capacidade de inovar e de se reinventar, criar novos conceitos e experiências, pelo que, quando chegar o momento, é preciso promover Portugal e motivar as pessoas para que uns fiquem e outros venham a Portugal.

O turismo tem a capacidade de ajudar a criar um mundo melhor, pelo que, passado este momento difícil, é altura de dar mais valor ao que ele tem para nos oferecer.

Uma certeza temos: nada será igual!



10-04-2020



**Pág:** 37 Cores: Cor

Área: 12,65 x 3,88 cm²

Corte: 1 de 1





Gestor português e restantes diretores do banco britânico abdicam de forma voluntária dos bónus de 2020, devido à pandemia.



Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Sindicato dos Inspetores do Trabalho diz que inspetores da ACT não têm adequado número de equipamentos de proteção individual.





10-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 47

Cores: Cor

**Área:** 4,57 x 4,04 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



### SINDICATO E QUARENTENA SUSPENSÃO

O Sindicato "concorda com os jornalistas do programa 'Ana Leal' [TVI] quando dizem que o jornalismo não está de quarentena" mas admite que as circunstâncias podem justificar a sua suspensão.



CORREIO dal manhã

10-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 7

Cores: Cor

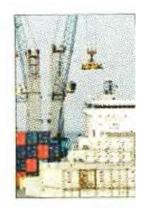
Área: 9,44 x 3,53 cm²

Corte: 1 de 1



### ESTIVADORES | PORTOS PODEM PARAR

presidente do Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística, António Mariano, disse que, nas condições em que estão a trabalhar, sem equipas rotativas, corre-se o risco de os portos pararem, devido a contágio de trabalhadores. "Em Lisboa já estamos ao mínimo. Leixões está a funcionar sem nenhum tipo de cautela", disse.





Expresso

10-04-2020



País: Portugal
Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 40 Cores: Cor

**Área:** 9,25 x 13,70 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



# 929 processos por abusos laborais

Há já 641 mil trabalhadores e 40 mil empresas em *lay-off*. Autoridade do Trabalho já abriu 520 processos

A Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT) abriu, em março, 929 processos por abusos à lei laboral e a grande maioria das inspeções ocorreu no período em que dura o estado de emergência. Os dados são do Ministério do Trabalho e refletem, sobretudo, irregularidades e violações do Código do Trabalho praticadas nas empresas, alegadamente para fazer face à epidemia da covid-19.

Até ao momento foram encaminhadas para a ACT mais de três mil queixas e denúncias sobre violações à legislação laboral praticadas a propósito da epidemia que atingiu o país. A ministra do

Trabalho deu já indicações aos serviços de inspeção para que seja dada "prioridade máxima" à análise destas situações. Ana Mendes Godinho lembra que, ao abrigo das novas regras do estado de emergência, os inspetores do trabalho ganharam poderes reforçados, podendo até, face a um flagrante caso de despedimento abusivo, notificar a empresa para regularizar a situação, obrigando-a a garantir o salário do trabalhador até existir uma sentença judicial.

O Governo prometeu ainda reforçar o número de inspetores ao serviço da ACT, mas aguarda-se o despacho que formaliza as novas contratações.

Durante o período de estado de emergência mais de 40 mil empresas nacionais entraram em *lay-off.* Mais de 641 trabalhadores estão afetados.



ID: 85909832 10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 39

Cores: Cor

Área: 28,20 x 44,50 cm²

Corte: 1 de 1





### Henrique Monteiro



#### ISTO É TUDO UMA QUESTÃO DE NARRATIVA

ou citar, para não me acusarem de deturpar:
"Esta ideia de que a austeridade é uma forma de lidar com crises é um erro. É uma construção ideológica." A pérola é da dra. Mariana Morperoia e da dra. Mariana mor-tágua, celebrada deputada e di-rigente do Bloco de Esquerda. Foi proferida esta semana, a propósito dos impactos econó-micos da atual pandemia.

Concordo inteiramente com ela (alerta de ironia!). Isto é eta (aterra de ironia!). Isto e tudo uma questão ideológica. A própria vida das pessoas é uma questão ideológica, caso atra-palhe a teoria. No auge da crise anterior tive o salário cortado (com o meu assentimento) em 10%. Compreendo agora que foi uma questão ideológica. Sefoi uma questão ideológica. Se-ria melhor a empresa ficar sem dinheiro e despedir todos; ou conseguir pagar tudo ideologi-camente 10% mais barato. Com o apoio da dra. Mortágua (que Deus a guarde com saúde). deveria ter recusado qualque deveria ter recusado qualquer esforço de ajudar a empresa e o país a reerguer-se da crise internacional e irresponsabili-dade nacional a que o tinham conduzido. Deveria recusar a ideologia austeritária.

O vírus está a afundar a ecoo virus esta a atinidar a eco-nomia. As previsões dividem-se entre pessimistas e muito pessimistas. Mas é apenas ideo-logia. As fábricas deixaram de produzir ideologia; o turismo e todos os sectores a ele ligados - da aviação ao alojamento lo-cal - ficaram ideologicamente paralisados, assim como muitas empresas exportadoras; as pequenas empresas não têm um tostão. Mas isso é o quê? Ideo-

tostao. Mas isso e o que: ideo-logia, claro. Do que não se pode falar é de austeridade, porque isso é de governos de direita. O terceiro maior partido português quer ser levado a sério com posições destas? O BE sabe o que é austeridade? Simifica rigor e discibilio ou Significa rigor e disciplina ou, em economia, contenção de gastos. Não é nada estranho quando falta dinheiro. E faltar

dinheiro é não ter o suficien-te para os compromissos; os básicos e os que se criam sem-pre que políticos como a dra. Mortágua propõem atirar ver-bas sem critério para cima dos problemas

problemas.

Só o rigor e as contas certas,
que a dra. acha ideológico, permitem a confiança, a fidúcia na
linguagem mais antiquada. E a
confiança perde-se quando se vê alguém passar a vida a cove aiguem passar a vida a co-brar impostos e pedir dinheiro aos outros para, sem esforço, sem o sacrifício de manter o rigor das contas, a austerida-de, realizar a sua verdadeira ideologia, como seja privatizar os CTT, a TAP, ou hospitais ou o que vier à mão. É o que faz o Estado, quando utiliza como combustível as ideias de parti-dos populistas.

O terceiro maior partido português quer ser levado a sério com posições destas? O BE sabe o que é austeridade? Significa rigor e disciplina ou, em economia, contenção de gastos. Não é nada estranho quando falta dinheiro

Já sei que tudo o que acabo de escrever é ideológico. É uma narrativa. Porque, para certas correntes, deixou de haver uma verdade objetiva, apenas uma vertatue ospenya, apenas há narrativas sobre uma ver-dade qualquer. Cada um conta a história que acha verdadeira e depois, todos juntos, com essa cantilena, acabamos em Vene-zuelas de penúria, vergonha, fome e repressão. Por amor de uma quiscrem, iá era tempo quem quiserem, já era tempo de perceberem a simples per gunta de Vítor Gaspar, malfa-dado ministro para tanta gente dessa área: "Não há dinheiro; qual das três palavras não percebem?

Espero que o PS não com-Espero que o PS nao com-bata a descomunal crise que vamos sofrer (como todo o mundo) com parceiros des-tes. Dali virá conversa sim-ples, populista: dinheiro sem controlo, dívida a rodos, inveja social e retaliação política. O Bloco é como dizia Reagan com razão: no geral, não que com razao: no gerai, nao quer dinheiro para as necessidades do Estado; cria no Estado cada vez mais necessidades para gastar o dinheiro que conse-gue extorquir.

#### **REFLEXÕES VIRAIS**



#### OBRIGADO, CHINA Compreendo o mecenato e apoio chinês ao combate

e apoio crines ao combate à pandemia na Europa e noutras paragens. Mas, por razões de desconfiança própria de jornalistas antigos, gostaria de perceber melhor o súbito acesso de generosidade. Podemos colocar várias hipóteses, como, por exemplo, nenhumas das instituições que até agora

varias nipoteses, como, por exempio, nenhumas das instituições que até agora nos ajudaram terem o mínimo a ver com o omnipresente Estado Chinês, o seu Partido Comunista e o seu atual e eterno líder Xi Jinping. É tão provável como chover no Sara. Outra hipótese é a China querer no Sara. Outra hipotese é a China querer afirmar-se como novo distribuidor de jogo no mundo global, a nova potência dominante. É mais possível, mas duvido que o consiga tão depressa. Haveria uma terceira hipotese, mas também me levanta dividas, embora considere que a OMS e os governos deveriam recordá-la: a China estar, desta forma, a pedir desculpa pelo modo como tratou esta pandemia no infício—prondanda auma y denurcio per la como describa de como d início — prendendo quem a denunciou e escondendo-a, pelo menos, seis semanas escondendo-a, pelo menos, seis semanas. Não, a China não foi exemplar como agora se diz. Foi irresponsável, respondeu da forma típica das ditaduras e quando não podia mais disfarçar partilhou o que já era uma epidemia prestes a tornar-se pandemia. Podemos confiar em regimes assim?

#### CONTÁGIO

A tática chinesa é a do contágio. Como um vírus, a sua proverbial paciência aliada a um invulgar sentido histórico fazem com que

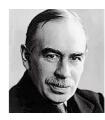
nistorico fazem com que a tomada de posições seja insidiosa. Repare-se como, só em Portugal, a EDP, a Rede Elétrica Nacional (REN), grandes bancos (BCP) e muitos outros negócios têm grandes acionistas chineses, em vários casos determinantes. Ao contrário de outros interesses estrangeiros, e de de outros interesses estrangeiros, e de países democráticos, preferem deixar as coisas, aparentemente, como estavam, com gestores nacionais e sem grande presença mediática. Por vezes, não se importam de perder dinheiro... talvez porque não seja o dinheiro o mais nportante na estratégia



#### **CUSTOS**

De acordo com a OCDE, os custos da pandemia vão ser grandes para a China, mas também enormes para os restantes países. E acontece que, de acordo com as regras

que, de acordo com as regras internacionais de 2005, a China deveria ter alertado a OMS logo em dezembro. Não o fez. Depois disso, a OMS esforçou-se o possível por omitir a origem da pandemia, explicando até que covid-19 era um nome peutro. Foruça a puez foi desviando o neutro. E pouco a pouco foi desviando o centro do problema para a Europa e os EUA. Assim, eventuais ressarcimentos que poderiam ser pedidos por incumprimento das normas, jamais existirão. Como se dizia há 50 anos, "assim vai o mundo".



#### A importância do dinheiro provém de ser um elo entre o presente e o futuro

John Maynard Keynes (1883-1946), economista britânico, fundador da escola com o seu nome e autor de obras como "Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda"

#### OS DIAS DA OUARENTENA

ressurreição, ou do renascimento, quando a primavera (não a do calendário mas a real) desponta com todas as ganas, é este ano triste e enfadonho. Longe dos outros, da família. "Malhas que o Império tece", sendo que, neste caso, o Império é o vírus

#### O CARNAVAI DAS MÁSCARAS

Não se deve usar máscara porque cria uma falsa sensação de segurança. Deve-se de segurança. Deve-se usar máscara porque é a melhor forma de nos protegermos. Eu sei que uma junta de três médicos pode ter três opiniões (mas não 15, como três advogados ou 47. como três

jornalistas). Porém, o velho princípio da ética médica *primum* non nocere (primeiro não causar danos ou nao causar danos ou prejuízos) conduz ao princípio da prudência. E, tal como no caso do ibuprofeno, a cautela sempre foi uma ótima receita (além dos caldos de galinha). Que espera a DGS2

RUI PINTO Só um vírus para transformar uma coisa péssima em menos má, para alguns. Uma série de presos puderam de presos puderam ir para casa, entre os quais um que não estava preso, mas detido. Rui Pinto traz consigo uma história deveras curiosa: estava detido, inacreditavelmente, há mais de um ano por

crimes considerados gravíssimos, piores do que o homicídio, o esquarteiamento ou o empalamento: violar empalamento: violar a correspondência e a privacidade de uns próceres. Tendo acordado com a Judiciária que o produto de tão nefanda atividade seria netanda atividade seria colocado à disposição da Justiça, teve direito a ir para uma casa disponibilizada pela polícia; e com a família. Moral da história: além do dano provocado a Rui Pinto, perderam um ano de investigações. E o pior: negaram a razão de o deter, mas mostraram a razão de o ter detido.

CGTP, SEMPRE! nem um milímetro

na intenção de have aumentos para a Função Pública. Eu, que iá me rendi à dra Mortágua, rendo-me à CGTP De facto no mi de um país falido, cheio de desempregados e pessoas no lay-off, com um PIB a recuar anos, senão décadas, a ter de se endividar mais. era o que faltava os funcionários públicos não terem aumento. Se querem ser justos, proponham aumentos — e bons — para aqueles (funcionários aqueies (runcionarios públicos e privados) que demonstram o muito valor que têm nesta crise: médicos, enfermeiros, pessoal clínico, investigadores. Gente que arrisca a vida pelos outros Recordo uma cientista

espanhola que disse "Querem uma cura para a covid, perguntem ao Messi, que ganha 8 milhões, eu só ganho 1800 euros." Enfim. voltando ao princípio, a CGTP já terá percebido que muda muita coisa doravante?

#### Ó MANUEL!

Manuel Loff um Manuel Loff, um historiador que se tornou um sucedâneo de Boaventura Sousa Santos, escreveu ontem no "Público": "Esta pandemia é tudo menos democrática. OK, passamos a votar no vírus que nos deve atacar. Diz ele que tal se deve ao facto de os mais frágeis, na idade, saúde e condição social, serem os mais atacados. La Palice deixou discípulos











'Confusion de Confusiones"

João Duque

#### O PAÍS **MAIS RICO**

ortugal é o país mais rico da Europa e quiçá do mundo! Descobri isto ao perceber que Portugal é o único país que se dá ao luxo de ter um hospital totalmente equipado com 120 camas, ventiladores, blocos, etc., com a sua equipa médica disponível parada em casa porque a dito bosnicquipa iniculca disponivel para-da em casa porque o dito hospi-tal está, simplesmente, fechado em plena crise da covid-19! O hospital é o do SAMS, o sindi-cato dos bancários.

Quem na Europa ou no mundo se pode dar a tal luxo? Ninguém! Venham de lá os determinados holandeses, os sovinas alemães, os imperiais britânicos, os gigantes americanos ou mesmo os industriosos chineses! Nenhum!

Ninguém nos bate!

Há necessidade de ventiladores? Temos de sobra parados no hospital do SAMS. Necessitam

hospital do SAMS. Necessitam de camas que estão a montar em tendas de campismo ou em hotéis requisitados? Temos desobra, 120 vazias, fechadas no edifício hospitalar do SAMS. O hospital do SAMS é o único hospital do mundo que consegue a fabulosa proeza de fechar por motivos de doença! Naturalmente, estou à espera que abram o hospital quando não

O hospital do SAMS é o único hospital do mundo que consegue a fabulosa proeza de fechar por motivos de doença!

houver doença, dedicando-se depois ao turismo, para desfor-ra do que estão agora a fazer aos hotéis! E os médicos e os enfermei-

ros e todos os auxiliares de saros e todos os auxiliares de sa-úde do hospital? *Lay-off* com eles! Metidos em casa, para que o Estado pague 70% de 66% do salário aos médicos para ficarem em casa. Nem telemeticarem em casa. Nem teleme-dicina a competente e zelosa administração é capaz de pro-videnciar! Escolas, universi-dades, clínicas privadas, todos criaram métodos de teletraba-

criaram métodos de teletraba-lho. Mas no SAMS, não. Isso dá uma trabalheira! Esta situação é tão bizarra e excecional que é até à prova da lei do estado de exceção, pois o lei do estado de exceção, pois o Ministério da Saúde assiste sen-tado a esta brincadeira e nada faz. Mas todos nós vamos pagar este apoio do Estado. Dirá a administração, que de-

bria a administração, que de-tetaram alguns casos de infeta-dos por coronavírus em Lisboa. Perante isto, o que faria o leitor? Testar as pessoas, fechar, desin-fetar e reabrir urgentemente! tetar e reabiri urgentemente!

Não... Isso é lá coisa que se faça!

Que se fez foi fechar o hospital
em Lisboa e todas as unidades
de saúde da rede SAMS do país
e mandar tudo para casa aproevitando a lei do lay-off simplificado!

E assim se despejaram mais de

E assim se despejaram mais de 100.000 associados do SAMS no SNS, sem dados para poderem ser convenientemente acompanhados. Para cúmulo, quer estes associados quer as suas entidades patronais, os bancos, continuam a pagar as quotizações sem qualquer be-nefício! Olha que bom! Só num país rico, no mais rico do mundo!

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal Âmbito: Informação Geral **Pág**: 6

Cores: Cor

Área: 4,83 x 44,50 cm²

Corte: 1 de 2







ID: 85909581 10-04-2020 | Economia

Meio: Imprensa País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 2,88 x 2,95 cm²

Corte: 2 de 2









quarentena é voluntária



**OPINIÃO** 



Dicas Como aproveitar o isolamento para melhorar competências E28



### ECONO IMOBILIÁRIO & EMPREGO

LUANDA 🝘 LEAKS

## PwC afasta sócios envolvidos no dossiê Isabel dos Santos

➡ Jaime Esteves e Ivo Faria foram suspensos e estão a negociar a saída ➡ Os dois sócios da auditora tinham responsabilidade pela área fiscal e pela conta de Isabel dos Santos

🔁 Casa-mãe enviou quadro americano a Lisboa para coordenar a investigação 🕫

#### Saiba como vai funcionar o apoio a recibos verdes e sócios-gerentes

Valor a receber vai depender dos descontos e poderá ser inferior aos €438,8 do indexante de apoios sociais 🕬



TRAGÉDIA A temível peste negra do século XIV e a "gripe espanhola" (na foto) que chegou em 1918 custaram milhões de mortos em todo o mundo e lançaram a economia portuguesa para gravíssimas recessões. A perda de vidas humanas e a crise económica atingiram patamares nunca vistos noutras pandemias. Bem piores até do que os cenários mais negros que se traçam para a atual crise da covid-19 гото РНОТОQUESTIGETTY IMAGES E12

PROCESSOS CONTRA **BANQUEIROS VÃO ARRASTAR-SE** 

**GARANTIA DE EMPREGO** TRAVA LINHAS DE CRÉDITO

1131 MILHÕES DE EUROS DE **OBRAS PÚBLICAS EM MARCO** 



Expresso

Daniel Bessa

#### **SOLIDARIEDADE**

ivemos a crise das nossas vidas. Uma crise sanitária, de que se morre ou se sobrevive (uma bênção). Uma crise económica, em que muita sempresas, muitos empregos e muito rendimento desaparecerão; outros, mais felizes, conseguirão manter empresa e porventura lucro, emprego e salário, pensão (uma segunda bênção, a acrescer à primeira). primeira). Ainda não sabemos até onde

irá, em duração no tempo e em depressão, a crise económica. Sabemos apenas que está no seu início e se afigura gravíssima. Nestes primeiros momentos, temos procurado mitigá-la, fornecendo aos pacientes os primeiros remédios. Se a metáfora me é consentida,

A austeridade não será uma escolha. Será um facto. Cada euro a menos de PIB (e serão muitos) será um euro a menos de rendimento

aplicando à economia o que tem sido dito sobre a satide, anda muita gente com a doença, mesmo se ainda assintomática; outros estão em quarentena, em casa; os casos mais graves no hospital ou já nos cuidados intensivos. Embora conscientes da gravidade da crise, a atitude predominante no que se a atitude predominante no que se refere aos seus efeitos em matéria de rendimento e de nível de vida parece-me ainda de negação.

A austeridade não será uma escolha. Será um facto. Cada euro a menos de PIB (e serão muitos) será um euro a menos de rendimento. Seria um escândalo rendimento. Seria um escândalo se não viesse a ser partilhada pelos que, duplamente abençoados, manterão não apenas a vida mas também a empresa, o emprego e o rendimento, o lucro, o salário e a pensão — por esta ordem, com a progressividade que se torme necessária. O como não é agora o mais importante.

Essencial é o princípio. Não é possível pedir solidariedade europeia sem oferecer solidariedade nacional.





Nesta Páscoa estamos longe, mas celebramos juntos

Com os canais digitais Santander, passa bem com o seu Banco em casa









O que podemos fazer por si hoje?





10-04-2020 | Economia

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 8

Cores: Cor

Área: 22,74 x 16,21 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2



## Garantia de emprego limita acesso a linhas de crédito

### Burocracia e condições dificultam financiamento de empresas. Governo quer facilitar

#### **DIOGO CAVALEIRO** e ISABEL VICENTE

As linhas de crédito de €3 mil milhões já estão a ser solicitadas pelas empresas, mas, dentro dos bancos e no lado empresarial, há vários obstáculos a atrasar o caminho. Há burocracia, há custos e há uma garantia de emprego que nem todas as empresas querem dar. A esperança do Governo é que possa haver resolução de alguns destes problemas nas novas linhas de ajuda à economia já aprovadas por Bruxelas.

"Já houve muitos problemas na linha de crédito covid-19 criada no âmbito da linha de crédito capitalizar 2018 e continua a haver muitos problemas e questões por esclarecer nesta linha de €3 mil milhões, que consagra €1,3 mil milhões ao sector têxtil e a outras indústrias", assume ao Expresso José Ribeiro Fontes, secretário-geral da ANIT--LAR - Associação Nacional das Indústrias de Têxteis-Lar. Em causa está o facto de as empresas terem de garantir que vão manter todos os postos de trabalho, "um compromisso difícil de assumir por muitas num quadro de dificuldades de tesouraria, em que não têm faturação, veem as encomendas serem canceladas ou adiadas mesmo depois da produção ser concluída e mantêm encargos", diz o dirigente associativo.

O Governo tem desenhado medidas que visam a garantia de postos de trabalho, mas há empregadores que consideram que não poder rescindir limita a posterior utilização do dinheiro. O BBVA assume que "o facto das empresas não poderem despedir durante o prazo do empréstimo está a afastá-las das linhas de apoio do Governo, porque é muito condicionante face à incerteza do que será o futuro". O Abanca contrapõe e refere que "a manutenção dos postos de trabalho tem sido encarada, pela generalidade dos nossos clientes, como um objetivo prioritário", mas o Expresso sabe que esta é uma matéria que tem levantado os alertas na banca.

Há mais problemas, entre os quais os limites de dinheiro a que cada empresa pode aceder, mas não só. Inicialmente, houve um regime (minimis), que punha um teto a quem já tinha beneficiado de dinheiros estatais nos últimos três anos. Ele foi retirado das linhas de €3 mil milhões. E o Governo garante que aquelas que foram aprovadas esta semana "foram alvo de simplificação e de melhorias significativas nas condições de acesso", sublinha o Ministério da Economia. Mas ressalva: estarão, mais uma vez, "associadas medidas de manutenção de postos de trabalho".

Para a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), as ajudas pecam por defeito. "Defendemos a necessidade de haver dinheiro a fundo perdido para aguentar a tesouraria das empresas", sublinha Ana Jacinto. "Urge haver apoios diretos para que as empresas possam sobreviver e manter os postos de trabalho." Estes apoios diretos referem-se ao momento presente, mas também "ao momento em que a pandemia passar", em que terá de haver "capacidade das empresas para produzirem receitas e pagar os encargos".

Por agora, "a burocracia continua a travar as ajudas, mesmo num momento de grande aperto de tesouraria", diz o líder da ANIT-LAR. Não

está sozinho: "A operacionalização das linhas de crédito tem uma grande parte de processos muito burocráticos, de aprovação das sociedades de garantia mútua e com um modelo de contratação que dificilmente consegue uma resposta tão célere como as empresas pretendiam", defende Fernando Faria de Oliveira, da Associação Portuguesa de

A bastonária da Ordem dos Contabilistas Certificados. Paula Franco, acrescenta outro problema e coloca aí o ónus na banca: em conferência, acusou os bancos de estarem a pedir, de forma "ilegal", documentos que não podem pedir, como prestação de contas de 2019, que, em muitos casos, pode não estar fechado (só tem de acontecer até junho).

\*Com CONCEIÇÃO ANTUNES e MARGARIDA CARDOSO

dcavaleiro@expresso.impresa.pt





ID: 85909596 10-04-2020 | Economia Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 6,23 x 2,39 cm²

Corte: 2 de 2







**OPINIÃO** 

O estranho caso do SAMS JOÃO DUQUE E6

quarentena é voluntária



Robson Grieve é o novo diretor global de marketing da OutSystems



Dicas Como aproveitar o isolamento para melhorar competências E28



### ECONO IMOBILIÁRIO & EMPREGO

LUANDA 🝘 LEAKS

## PwC afasta sócios envolvidos no dossiê Isabel dos Santos

➡ Jaime Esteves e Ivo Faria foram suspensos e estão a negociar a saída ➡ Os dois sócios da auditora tinham responsabilidade pela área fiscal e pela conta de Isabel dos Santos

🔁 Casa-mãe enviou quadro americano a Lisboa para coordenar a investigação 🕫

#### Saiba como vai funcionar o apoio a recibos verdes e sócios-gerentes

Valor a receber vai depender dos descontos e poderá ser inferior aos €438,8 do indexante de apoios sociais 🕬



TRAGÉDIA A temível peste negra do século XIV e a "gripe espanhola" (na foto) que chegou em 1918 custaram milhões de mortos em todo o mundo e lançaram a economia portuguesa para gravíssimas recessões. A perda de vidas humanas e a crise económica atingiram patamares nunca vistos noutras pandemias. Bem piores até do que os cenários mais negros que se traçam para a atual crise da covid-19 гото РНОТОQUESTIGETTY IMAGES E12

PROCESSOS CONTRA **BANQUEIROS VÃO ARRASTAR-SE** 

**GARANTIA DE EMPREGO** TRAVA LINHAS DE CRÉDITO

1131 MILHÕES DE EUROS DE **OBRAS PÚBLICAS EM MARCO** 



Expresso

Daniel Bessa

#### **SOLIDARIEDADE**

ivemos a crise das nossas vidas. Uma crise sanitária, de que se morre ou se sobrevive (uma bênção). Uma crise económica, em que muita sempresas, muitos empregos e muito rendimento desaparecerão; outros, mais felizes, conseguirão manter empresa e porventura lucro, emprego e salário, pensão (uma segunda bênção, a acrescer à primeira). primeira). Ainda não sabemos até onde

irá, em duração no tempo e em depressão, a crise económica. Sabemos apenas que está no seu início e se afigura gravíssima. Nestes primeiros momentos, temos procurado mitigá-la, fornecendo aos pacientes os primeiros remédios. Se a metáfora me é consentida,

A austeridade não será uma escolha. Será um facto. Cada euro a menos de PIB (e serão muitos) será um euro a menos de rendimento

aplicando à economia o que tem sido dito sobre a satide, anda muita gente com a doença, mesmo se ainda assintomática; outros estão em quarentena, em casa; os casos mais graves no hospital ou já nos cuidados intensivos. Embora conscientes da gravidade da crise, a atitude predominante no que se a atitude predominante no que se refere aos seus efeitos em matéria de rendimento e de nível de vida parece-me ainda de negação.

A austeridade não será uma escolha. Será um facto. Cada euro a menos de PIB (e serão muitos) será um euro a menos de rendimento. Seria um escândalo rendimento. Seria um escândalo se não viesse a ser partilhada pelos que, duplamente abençoados, manterão não apenas a vida mas também a empresa, o emprego e o rendimento, o lucro, o salário e a pensão — por esta ordem, com a progressividade que se torme necessária. O como não é agora o mais importante.

Essencial é o princípio. Não é possível pedir solidariedade europeia sem oferecer solidariedade nacional.



Nesta Páscoa estamos longe, mas celebramos juntos

Com os canais digitais Santander, passa bem com o seu Banco em casa











Expresso

**ID:** 85909560 10-04-2020 | Economia

Meio: Imprensa

País: Portugal
Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 2

Cores: Cor

Área: 5,08 x 23,72 cm²

Corte: 1 de 1



O PORTO DE LISBOA MANTÉM-SE EM PÉ DE GUERRA.

SINDICATO DE ESTIVADORES ACUSA OPERADORES

**PORTUÁRIOS** DE VIOLAR ESTADO

DE EMERGÊNCIA

POR ESTAREM A

DAR FORMAÇÃO

A NOVOS

TRABALHADORES.

O SEAL DIZ

**QUE NOVAS** 

CONTRATAÇÕES

SERVEM PARA

SUBSTITUIR OS EX-

-TRABALHADORES

DA AETPL,

**DECLARADA** 

INSOLVENTE. E

**ACUSA EMPRESAS** 

DE MOVER

**PROCESSOS DE** 

**DESPEDIMENTO** 

AOS ESTIVADORES

QUE AINDA ESTÃO

À TRABALHAR.

EMPRESAS DA

**ESTIVA CONFIRMAM** 

ADMISSÕES E

DIZEM QUE OS

**PROCESSOS** 

SÃO POR

INCUMPRIMENTO

DA REQUISIÇÃO

CIVIL.





10-04-2020 | Economia

Meio: Imprensa

País: Portugal Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 11

Cores: Cor

Área: 28,20 x 44,50 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## O Estado deve meter dinheiro a fundo perdido nas empresas?

Subsidiar as empresas divide opiniões e **exigirá regras apertadas**. CIP aguarda resposta do Governo após a Páscoa

ISABEL VICENTE JOANA NUNES MATEUS

Hamlet não colocaria melhor a questão a que o Governo terá de responder mais cedo ou mais tarde perante uma crise sem precedentes e de duração imprevisível.
Segundo a Confederação

Empresarial de Portugal (CIP), o dilema é este: ou o Estado começa já a subsidiar as empresas, para preservarem os empregos e os salários dos por-tugueses, ou espera pelo desen-rolar da pandemia da covid-19 e arrisca pagar uma fatura mais pesada no caso de as empresas começarem a falir em dominó, cavando uma recessão agrava da pela escalada do desempre go e do crédito malparado.

"O que propomos ao Gover-no é salvar pelo menos meio milhão de empregos agora, em vez de pagar subsídios de de-semprego depois", diz o presi-dente da CIP, António Saraiva. "Do contacto que tive com o Governo e com o Presidente da República, a recetividade foi positiva e aguardamos de-senvolvimentos após a Pás-coa. Estamos numa situação extraordinária, que nos exige um pacto extraordinário entre empresários, trabalhadores, banca e Estado."

Inspirada nos sistemas de incentivos do Portugal 2020, a proposta é transformar um ontante até €20 mil milhões de empréstimos garantidos pelo Estado em subsídios a fundo perdido às micro, pequenas ou médias empresas (PME) que mantenham os postos de trabalho e a massa salarial até 2024. António Saraiva clarifica que este esforço de 10% do PIB exigido ao Estado é um montante indicativo e a repartir por quatro anos: "Não quer dizer

que se venha a precisar de gas-tar este dinheiro todo." Por exemplo, uma PME que pede emprestado ao banco €1 milhão em 2020, a reembol-sar em quatro anos, em vez de amortizar €250 mil por ano ao banco o que a CIP propõe é que pague apenas €50 mil (20%), assumindo o Estado a restante dívida de €200 mil (80%) Tal sucederá ao longo de 2021, 2022, 2023 e 2024, desde que a empresa não despeça nem corte o salário a ninguém. Mal o faça, terá de pagar o que resta do empréstimo por inteiro Também não poderá distribuir dividendos até 2024.

Resta saber se o Governo está disponível para debater este tipo de apoios diretos às empresas, nem que seja impondo um teto de "xis milhares de euros por cada emprego preservado Questionado pelo Expresso, o Ministério da Economia optou por não prestar declaraçõe até ao fecho desta edição. J o presidente do PSD, Rui Rio, não descarta a medida, desde que "dentro daquilo que são as condições do Estado português, que são muito escassas"

#### Opiniões dividem-se

"Parece-me inteligente esta proposta da CIP para salvar os empregos, a capacidade produtiva e o PIB potencial da economia portuguesa", diz o economista e antigo ministro



A taxa de desemprego arrisca a disparar para os 35% nos cenários mais catastrofistas foto MARCOS BORGA

das Financas Eduardo Catroga. "As empresas são a célula base da atividade económica e da sustentação financeira das famílias e do Estado, e por isso temos de evitar o máximo de falências possível."

Porque uma crise extraordi-nária exige medidas extraordinárias, o antigo ministro das Finanças de Cavaco Silva não está preocupado com o impacto orçamental desta medida. 'Não há outra alternativa a não ser aumentar o endivida-mento público, e 10% do PIB é um montante indicativo que nem me choca olhando para os apoios já mobilizados noutros países. A verdade é que não podemos esperar que o Banco Central Europeu (BCE) diga que vai monetizar a dívida pública para então salvarmos a economia portuguesa."

Embora nenhum dirigente europeu o assuma publicamen-te, Eduardo Catroga acredita que a dívida pública gerada pelos Estados-membros a combater a pandemia terá de ser alvo de um tratamento extraordi-nário. "A solução passará pela monetização da dívida pública a custo zero ou simbólico, que, na prática, tenderá a ser perpétua no balanço do BCE. Essa poderá ser também a via para apoiar quem mais precise atra-vés do Mecanismo Europeu de Estabilidade. Não esperem é que seia assumido de forma explícita, pois os tratados não o permitem."

Menos otimista com a mar gem orçamental deste Governo está o ex-deputado socialista Paulo Trigo Pereira. O antigo vice-presidente parlamentar

da Comissão de Orçamento e Finanças considera €5 mil milhões por ano, ao longo de quatro anos, "simplesmente insustentável financeiramente para o Estado" no atual contexto europeu.

Quanto mais cedo o dinheiro chegar às empresas menor é a probabilidade de haver problemas nos créditos antigos que têm junto da banca. Basta uma ronda pelo sector financeiro para perceber que o impacto desta crise arrisca ser muito duro. Créditos que estavam a

"fora da caixa'

Sucedem-se os apelos ao Governo para tomar

convencionais linhas de

crédito que aguentam a

tesouraria das empresas

emergência nacional, o

Expresso, "instrumentos

híbridos de liquidez e capitalização envolvendo

fundos e garantias públicas de dimensões que agora nos parecerão eventualmente

excessivas, mas que podem

vir a justificar-se por inteiro". No jornal "Público", o coordenador da Unidade

Orçamental (UTAO), Rui Baleiras, defendeu "uma

medida radical de política

Técnica de Apoio

endividamento. Logo após a declaração do estado de

antigo ministro da Economia Augusto Mateus propôs, no

mas à custa do

medidas adicionais além das

País precisa de medidas

ser reestruturados e no bom caminho arriscam novamente o incumprimento. Mas é preciso cautela na conversão de empréstimos em apoios a fundo perdido. "Poder-se-á correr o risco de dar dinheiro a organizações que não precisam e que até têm capacidade para manter os postos de trabalho. É muito difícil fazer uma análise desta natureza", diz fonte da

"A injeção de capital a fundo perdido pode dar garantia de sobrevivência às empresas

monetária por parte do BCE que nunca foi tomada:

impressão de moeda para

haver empréstimos não reembolsáveis às empresas

que lhes permitam continua

a pagar pontualmente aos seus fornecedores". Salvar as empresas como na

Segunda Guerra Mundial é a

reconstrução nacional para capitalizar as empresas, uma

proposta subscrita por Jorge Marrão (Projeto Farol), António Saraiva (CIP), Paulo

Administradores e Gestores de Empresas) e pelos bastonários das Ordens dos

proposta da Missão Crescimento. Em causa

Carmona (Fórum de

Economistas, Rui Leão

Carlos Mineiro Aires, I.V.

Martinho, e dos

estão fundos de

mas não combate uma das mais graves consequências que re-sultará desta crise: o agravar das desigualdades e das situações de pobreza", critica o se-cretário-geral da UGT, Carlos Silva. Até se pode dizer que as empresas já estão a receber subsídio de emprego, pois os apoios lançados pelo Governo "têm sido canalizados, na sua esmagadora maioria, para as empresas, sentindo-se, aliás,

que o apoio aos trabalhadores e às famílias tem sido secunda-rizado", acrescenta. "A proposta da CIP é gera-dora de mais desigualdades e maior concentração da riqueza decrescepabiliza e compra e desresponsabiliza as empresas das suas obrigações para com a sociedade ao prever uma transferência anual a fundo perdido de montantes que se aproximam da totalidade daquilo que é pago de IRC. Ou seia seriam os trabalhadores através dos impostos que pagam, a cobrir aquilo que é pro-posto", critica a líder da CGTP. Isabel Camarinha. "Há empre sas que não só não precisam de ser apoiadas como, na opinião da CGTP-IN, têm de ser chama-das a contribuir de forma mais robusta", afirma,

#### Desemprego vai subir

Entre os economistas do trabalho, o cenário traçado para a evolução do desemprego sustenta a urgência de um quadro musculado de medidas. Mas não há margem orçamental para implementar a proposta da CIP a curto prazo. "A não ser que haja uma transferência significativa por parte da União

Europeia, não me parece que a República Portuguesa con-siga mobilizar esses fundos". comenta o economista João

Cerejeira. Francisco Madelino, ex--presidente do Instituto do Emprego e Formação Profis-sional (IEFP), já admitiu um aumento de 150 mil desempregados caso a retoma se inicie a partir de junho. Mas num cenário mais complexo "teremos duas a três vezes mais de-sempregados". No final deste segundo trimestre, a taxa de desemprego já poderá atingir os 10% a 11%, diz João Cere-jeira. As contas são fáceis de fazer: "Basta que um terço dos 413 mil trabalhadores a tempo completo do sector do turismo perca o emprego, ainda que temporariamente, para termos um crescimento de 3% a 4% no desemprego nacional.'

Mais pessimistas são as pre-visões de Miguel Faria e Castro, o economista português que trabalha nos EUA, para o Banco da Reserva Federal de St. Louis. Em resposta ao desafio do Expresso, assume a título pessoal, que a taxa de desemprego se pode ficar pelos 12.8% no cenário mais otimista. Mas também pode disparar até 35% no cenário mais catastrofista, em particular para os trabalhadores dos serviços do retalho, restauração e ho-telaria. "O fator crucial é se o lockdown se estenderá ou não ao verão, dado que muitos dos empregos e das empresas nos sectores mais afetados depen-dem crucialmente das receitas

geradas duranteesse período cmateus@expressempresa.pt



10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 4

Cores: Cor

Área: 25,50 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 3



# Regresso do 11.º e 12.º só com mais professores

Diretores admitem que desdobrar turmas para garantir distanciamento requer mais docentes. Uso de máscara obrigatório caso haja regresso à escola

Alexandra Inácia alexandra.inacio@jn.p

ANO LETTVO Só os alunos do 11.º e do 12.º poderão regressar às escolas ainda este ano letivo. O calendário foi prolongado até 26 de junho, os exames e as candidaturas ao Ensino Superior adiados para ganhar tempo no combate à pandemia. A confirmar--se o retorno, alunos, professores e funcionários terão de usar máscaras cedidas pelo Ministério da Educação e cumprir regras de distanciamento, o que implicará a reorganização das turmas e a contratação de mais professores, garantem diretores e Federação Nacional de Profes-

O primeiro-ministro não fechou a porta. Apesar de sublinhar que "todo o corpo docente" terá de ser aproveitado, o recurso à contratação só acontecerá "se tal se justificar e for necessário". As escolas terão autonomia para decidir como cumprir as regras de distanciamento e a reorganização do serviço docente, bem como a "higienização adequada".

O problema é que o desdobramento de turmas em dois grupos, por exemplo, duplicará o número de turmas, de horários e assim de professores. É que os docentes continuação com as mesmas turmas do Básico e 10.º ainda que à distância, sublinha Mário Nogueira.

Além disso, o primeiro-minis-tro anunciou – "e bem", frisa o líder da Fenprof – que professores com mais de 60 anos ou doentes, considerados grupo de risco, não regressarão às aulas presenciais. E são "milhares". Pelo que "o reforço da contratação será inevitável, apesar de analisado caso a caso", garante Nogueira.

Outras soluções de reorganização são a autorização de horas extraordinárias e permitir às escolas completarem horários de professores contratados que os tenham incompletos, explica Filinto Lima, presidente da Associação Nacional de Diretores (ANDAEP).

#### EXAMES SERÃO ADAPTADOS

"A decisão para o Básico está tomada e é definitiva", frisou o primeiro-ministro. Ou seja, os alunos do 1.º ao 9.º e também do 10.º não terão mais aulas presenciais este ano letivo. As provas de aferição e os exames do 9.º foram suspensos. Para os do 11.º e 12.º, o Governo não defi-



António Costa primeiro-ministro

"A suspensão das atividades presenciais nas escolas deu um contributo decisivo para travar o crescimento exponencial da pandemia"

niu uma data-limite para o regresso. O desejo é que seja em maio, mas "se, no pior dos cenários, só pudermos contar com uma ou duas semanas de aulas, nem que seja para se tirar dúvidas, já seria um ganho", defendeu aos jornalistas, após o Conselho de Ministros.

Além do distanciamento, o Governo pretende reduzir o tempo de permanência na escola. "Só haverá aulas presenciais das 22 disciplinas que são sujeitas a exame específico para o acesso ao Ensino Superior, continuando todas as outras disciplinas a ser ministradas à dis-tância", explicou Costa. Significa que os alunos também não terão aulas presenciais, por exemplo, de Educação Física ou Direito.

Os exames já estão feitos. Interpelado sobre se as provas serão alteradas de modo a não incluir matéria não lecionada em aulas presenciais, Costa explicou que essa revisão não é exequível por causa da gestão flexível dos programas. Os alunos terão um número mínimo de perguntas obrigatórias e outras a que podem optar por não res-ponder. "Os alunos vão optar pela matéria que deram", reage Lurdes Figueiral, presidente da Associação de Professores de Matemática.

A maior ameaça à equidade no acesso ao Superior é se não for possível um regresso às aulas, admitem os professores. Costa afastou alterações ao modelo "a meio do jogo". O presidente da Associação de Dirigentes Escolares, Manuel Pereira, considera que, nesse caso, a primeira fase de exames deve ser adiada para setembro. .



Costa promete reforçar equipamentos e rede para todos os alunos acederem a plataformas

No início do próximo ano letivo, todos os alunos do Básico e do Secundário vão ter equipamentos e rede para aceder a plataformas online, prometeu ontem o primeiro-ministro.

Este ano, em que o 3.º período vai decorrer à distância para mais de um milhão de alunos, o Governo está a fazer um "esforço para apoiar os alunos do Secundário" (os do 10.º ano não voltam este ano letivo às escolas) sem computador ou Internet em casa para acederem ao ensino à distância e sem telescola para complementar os conteúdos. "Nós sabemos que a desigualdade digital no Secundário é bastante menor do que no Básico", sublinhou António Costa, sem revelar mais dados do levantamento







10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 5

Cores: Cor

**Área:** 17,34 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 3





feito pelas escolas a pedido do Ministério da Educação.

"O compromisso que estou em condições de assumir é que, no início do próximo ano letivo, aconteça o que acontecer, nós teremos assegurado a universalidade do acesso às plataformas digitais quer em rede, quer em equipamentos para todos os alunos do Básico e Secundário", afirmou. Os diretores há muito que pedem um novo plano tecnológico para as escolas e há estabelecimentos e autarquias, frisa Filinto Lima, que estão a recolher computadores para minimizar o número de alunos sem acesso online.



Calendário para 11.º e 12.º anos 2019/2020

### 26

#### Fim do ano letivo

O primeiro-ministro revelou que a atividade letiva pode estender-se até 26 de junho (a anterior data era 4 de junho), mas assumiu que só os alunos do 11.º e do 12.º anos poderão voltar presencialmente às escolas, "se e quando" a situação da evolução da Covid-19 o permita fazer em segurança.

### 6 a 23 iul

#### Primeira fase dos exames

A primeira fase dos exames nacionais é adiada para de 6 a 23 de julho (antes era de 15 de junho a 7 de julho).

### ago

#### 🍞 🛡 Candidaturas ao Superior

Em vez de arrancar a 21 de julho, a primeira fase de acesso começa a 7 de agosto e decorre até 23. Os resultados saem a 28 de setembro em vez de a 7. A segunda fase de candidaturas ao Superior é de 28 de setembro a 9 de outubro.

#### 1 a 7 set

### Segunda fase dos exames Será entre 1 e 7 de setembro

(antes era de 21 a 27 de julho).



#### MEDIDAS

#### Telescola no dia 20

As transmissões começam no dia 20, na RTP Memória. A grelha ainda não foi divulgada mas será em blocos. Começa de manhã pelo 1.º ano e termina ao final do dia com a matéria do 9.º. A RTP 2 irá transmitir conteúdos para o Pré-Escolar.

#### Avaliação no Básico

O 3.º período começa como previsto a 14 de abril. Apesar de ser à distância, haverá avaliação no final do ano letivo, o que significa que pode haver chumbos.

#### Mudança nas médias

Os exames só contarão como específicas no acesso ao Ensino Superior. Ou seja, deixarão de contar 30% na nota final das disciplinas e assim a média de conclusão do Secundário só será calculada com as notas internas atribuídas pelas escolas, explicou ontem o ministro da Educação.

#### Faltas justificadas

Os alunos que faltarem às aulas presenciais terão faltas justificadas.

#### Pré-Escolar e creches

A reabertura de jardins de infância e creches será reavaliada, mas as atividades só serão retomadas depois de revistas as regras de distanciamento.

#### Ensino Profissional

Para terminarem os cursos, os alunos do ensino Profissional ou Artístico terão de fazer as provas de aptidão (PAP) à distância, explicou António Costa. CISION

ID: 85910908



10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 14,79 x 1,39 cm²

Corte: 3 de 3



jn.pt Diário. Ano 132. N.º 314. Preço: 1,50€ Sexta-feira 10 de abril de 2020

Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimente



# PANDEMIA CORTA METADE DAS APOSTAS **NO EUROMILHÕES** E NAS RASPADINHAS

Jogo Mudança de hábitos abre crise nos postos de venda **Ensino** Só os alunos do 11.º e 12.º poderão regressar à escola neste ano letivo **Aveiro e Braga** Taxa de mortalidade sobe 25% em março **Idosos** Oito mortos num lar de Vila Real P. 4a20

BALANÇO 409 MORTOS 13 956 INFETADOS 205 CURADOS

Mandante do massacre morre sem confessar

carros depois de sair da orisão há dois anos p. 26

onto Hotéis dispensam centenas de funcionários P. 28

Football Leaks PJ protege Rui Pinto das máfias P.23



Sindicato

contra lay-off dos clubes P.41



PUBLICIDADE QUEREMOS ABRIR 50 NOVAS até o final de 2020 Faca parte da 1° Franchising de compra de EM PORTUGAL Jalores

lotaria clássica

**NESTA PÁSCOA VAMOS SER FELIZES EM CASA** 









10-04-2020

Meio: Imprensa País: Portugal Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 44

Cores: Cor

Área: 3,81 x 9,82 cm²

Corte: 1 de 1



#### OLIVEIRA DE AZEMÉIS

Um jovem, de 27 anos, morreu esmagado por um cilindro, ao final da tarde de ontem, na sequência de um acidente de trabalho, em Oliveira de Azeméis. Diogo Nunes estava a pavimentar uma rua, após uma obra de saneamento. "Uma máquina terá tombado o trabalhador e o cilindro que estaria a recuar passou-lhe por cima", explica o comandante dos Bombeiros de Oliveira de Azeméis, António Justino. A vítima teria dois filhos.





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 18

Cores: Cor

Área: 16,61 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## Trabalhadores em lay-off só podem procurar uma atividade em cinco setores

Quem tiver redução de horário ou suspensão do contrato pode empregar-se nas áreas da produção alimentar, apoio social, saúde, logística e distribuição



A distribuição é uma das áreas que poderão absorver trabalhadores em lay-off

Paulo Ribeiro Pinto \*
e Pedro Araújo
economia@jn.pt

DECISÃO Os trabalhadores que se encontram com redução de horário ou suspensão do contrato de trabalho (layoff) só poderão trabalhar em determinados setores.

O Conselho de Ministros aprovou ontem um decreto-lei que define os setores em que estes trabalhadores podem colaborar. "As pessoas em regime de redução do período normal de trabalho ou suspensão do contrato de trabalho podem exercer atividade remunerada desde que nas áreas da produção alimentar, apoio social, saúde, logística e distribuição", indica o comunicado do Conselho de Ministros

O objetivo, segundo o Executivo, é "adequar as medidas entretanto aprovadas pelo Governo para prevenir eficazmente a proliferação de casos registados de contágio de Covid-19 às necessidades dos cidadãos portugueses", refere o comunicado.

Os trabalhadores com contratos suspensos (lay-off) já podiam temporariamente integrar instituições de saúde e apoio social, como lares e hospitais, no âmbito da resposta à pandemia da Covid-19, tal como os desempregados.

Os trabalhadores têm direito a uma bolsa de 658,20 euros, que será assegurada em 90% pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP).

#### MAIS DE 600 MIL PESSOAS

Desde que ficou acessível o lay-off simplificado (27 de março) e até dia 7 de abril, quase 40 mil empresas recorreram a este regime de suspensão dos contratos de trabalho ou redução da atividade, segundo um documento oficial do Ministério do Trabalho, a que o JN teve acesso.

No regime de lay-off, o empregador poupa cerca de 84% por empregado que fique em casa com o corte de um terço no salário bruto. Nesta altura, 642 mil trabalhadores, com uma massa salarial de 655 milhões de euros, poderão estar abrangidos pela medida. Na realidade, em termos factuais, poderão ser menos, uma vez que há empresas a recorrer à medida sem colocar todos os trabalhadores em lay-off, recorrendo também por vezes a uma redução de horário.

A TAP, por exemplo, decidiu avançar na semana com um processo de lay-off 'apenas" para 90% dos trabalhadores e com a redução do período normal de trabalho em 20% para os restantes colaboradores, na sequência dos efeitos da pandemia de Covid-19 na aviação. A UGT enviou, ontem, uma carta ao ministro das Infraestruturas a dar conta de que 200 trabalhadores da TAP estavam a ser notificados da não renovação dos seus contratos a prazo, situação laboral não coberta pelo lay-off.

Setorialmente, o alojamento e restauração vai à frente, com 24,2% dos layoffs, segue-se o comércio por grosso e a retalho, com 19,9% dos pedidos.

· DINHEIRO VIVO

PORMENORES



A IKEA Portugal anunciou que vai aderir ao lay-off simplificado e garantiu o pagamento da totalidade das remunerações base. Autoeuropa e El Corte Inglés fizeram o mesmo.



A União Ciclista Internacional (UCI) vai colocar em lay-off completo ou parcial, com "percentagens diferentes", todos os 130 funcionários que tem a seu cargo.

#### Agricultura

A ministra da Agricultura assegurou que o Governo está empenhado na atualização das medidas excecionais, e adiantou que os trabalhadores em regime de lay-off poderão suprir a falta de mão de obra do setor.

#### Arriva

O grupo de transportes de passageiros Arriva vai colocar em lay-off 68% dos seus 1500 colaboradores em Portugal, a partir de hoje.

#### Autoeuropa

A Administração da Autoeuropa quer promover um regresso gradual ao trabalho a partir de 20 de abril, pretendendo recorrer ao lay-off simplificado.



10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 26

Cores: Cor

Área: 25,50 x 30,00 cm²

**Corte:** 1 de 2



## Hotéis do Porto dispensam centenas de trabalhadores

Funcionários do ramo da hotelaria são dos mais afetados pelas consequências da pandemia. Sindicato alerta para situação de fragilidade económica de várias famílias



Isabel Oliveira tem 63 anos e perdeu o emprego que tinha numa empresa de limpeza de hotéis

Célia Soares locais@jn.pt

EMPREGO "Até podiam passar a pagar menos, porque todos sabemos que estamos a viver uma situação muito difícil e que ninguém esperava. Mas o mais importante era assegurarem os pos-tos de trabalho." É desta forma que, aos 53 anos, Arménia Ferreira reage, indignada, ao facto de ter sido informada de que o seu contrato de trabalho não será renovado. A trabalhar há mais de um ano no Hotel Pestana Porto - A Brasileira, na Baixa do Porto, Arménia é uma das muitas pessoas que, segundo Nuno Coelho, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte, foram atiradas para uma situação de "fragilidade económica" por causa das consequências da pandemia do novo coronavirus no

ramo da hotelaria.
Segundo o dirigente sindical, os
cerca de 90 hotéis do Porto "estão
praticamente todos encerrados"
e os poucos que se mantêm abertos asseguram apenas serviços

mínimos. Nos últimos dias, o sindicato recebeu "centenas de denúncias" relacionadas com a "não renovação dos contratos". Há ainda casos em que "os trabalhadores são forçados a ir de férias".

#### "SITUAÇÃO COMPLICADA"

Natural de Oliveira do Douro, Gaia, Arménia Ferreira diz que trabalhou até ao dia 14. "Nesse dia, vi que o meu horário dizia férias e depois fui informada de que o contrato não ia ser renovado", conta Arménia, temendo o futuro. "A idade não perdoa e não vai ser fácil arranjar trabalho."

O Pestana Hotel Group confirma que, "dada a situação provocada pela Covid-19", foi "decidido não renovar o contrato da colaboradora, tendo a mesma sido informada pessoalmente pela chefia e assinado a caducidade do contrato nos timings e termos legais para o efeito". O hotel assegura que a documentação para o subsídio de desemprego será entregue no final do contrato. Até lá, a empresa garante "toda a remuneração a que o contrato em vigor dá direito".

Situação idêntica vive Isabel Oli-

veira, 63 anos, funcionária da Keep Shining, empresa de serviços de limpeza que presta serviço em vários hotéis. Com a voz embargada, Isabel relata a "situação complicada" que está a viver. "O meu contrato era de oito meses e estava à espera de receber uma carta a dizer se ia ser renovado. Mas, dia 13 disseram-me que já não precisavam dos meus serviços", conta. Isabel assegura que trabalhou nos dois dias seguintes, sábado e domingo. "Na segunda--feira seguinte, era a minha folga e na terça apresentei-me ao serviço, mas não apareceu ninguém", recorda. "A 1 de abril, a firma depositou na minha conta 219 euros e uns dias depois mais 124 euros. Mas não tenho explicações nenhumas", acrescenta. Contactada pelo JN, a empresa não respondeu.

A Associação Portuguesa de Hotelaria e Turismo, disse não ter conhecimento de despedimentos junto dos seus associados e referiu que "todos eles aceitaram as orientações dadas, no sentido de fazerem os esforços necessários para assegurar salários e empre-



Arménia Ferreira

53 anos

"A empresa diz que quando isto melhorar posso voltar a ser chamada. Mas ninguém sabe quando é que as coisas vão melhorar e temos contas para pagar. Não é fácil"

#### Isabel Oliveira

63 anos

"Preciso de uma explicação para tentar perceber o que se está a passar. Aquele era o meu ganha-pão e eu continuo pronta para trabalhar"

a associação defende que "a conjugação dos instrumentos disponibilizados, nesta primeira fase, pelo Governo e da atitude demonstrada pe los empresarios do setor tem assegurado a proteção dos trabalhadores".

SABER MAIS

anos de crescimento

legundo o sindicato, o

veu oito anos consecu-

teceu". Agora, Nuno Coelho alerta para a ne cessidade de "proteger

Para a APHORT, o turismo está "a viver um dos

desafíos mais duros que já conheceu". Contudo,

os trabalhadores'

Desafio duro

**CISION**°

ID: 85911393



10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 4,20 x 2,69 cm<sup>2</sup>

Corte: 2 de 2



jn.pt Diário. Ano 132. N.º 314. Preço: 1,50€ Sexta-feira 10 de abril de 2020

Diretor Domingos de Andrade / Diretores-adjuntos Inês Cardoso, Manuel Molinos e Pedro Ivo Carvalho / Diretor de Arte Pedro Pimente



# PANDEMIA CORTA **METADE DAS APOSTAS NO EUROMILHÕES** E NAS RASPADINHAS

Jogo Mudança de hábitos abre crise nos postos de venda Ensino Só os alunos do 11.º e 12.º poderão regressar à escola neste ano letivo Aveiro e Braga Taxa de mortalidade sobe 25% em março **Idosos** Oito mortos num lar de Vila Real P.4820

BALANÇO 409 MORTOS 13 956 INFETADOS 205 CURADOS

Mandante do massacre morre sem confessar

carros depois de sair da risão há dois anos p. 26

Hotéis dispensam centenas de funcionários P. 28

Football Leaks PJ protege Rui Pinto das máfias P.23



Sindicato contra lay-off dos clubes P.41





lotaria clássica

**NESTA PÁSCOA VAMOS SER FELIZES EM CASA** 









10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 27

Cores: Cor

**Área:** 12,43 x 30,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## Trabalhadores da Galiza voltam a ter os salários em risco

Funcionários de cervejaria do Porto já suspenderam pagamento da renda, luz e água. Quebra superior a 80%



Cervejaria está, desde novembro, a ser gerida pelos funcionários

Ana Sofia Rocha ana.s.ferreira@jn.pt

LUTA Os funcionários da Cervejaria Galiza, no Porto, estão em risco de não receber os salários no mês de abril devido à fraca faturação. Com a pandemia da Covid-19, o estabelecimento apenas funciona em regime de "takeaway", o que se reflete numa quebra das receitas superior a 80%.

Para tentar evitar a situação, os funcionários, que estão a gerir o estabelecimento para o manter de portas abertas, decidiram esta semana não pagar a renda do espaço, no valor de 1900 euros. O senhorio já ameaçou que se até sábado o pagamento não for efetuado, serão tomadas medidas.

Para já, e para manter a cervejaria a funcionar, valem-se das medidas de apoio anunciadas pelo Governo que permitem a suspensão de pagamento de renda sem a aprovação do senhorio.

"Îsto não está a correr nada bem. A faturação baixou muito e já temos faturas da água e da luz por pagar", explicou ao JN António Ferreira, um dos três elementos da Comissão de Trabalhadores da Cervejaria Galiza. "Agora decidimos não pagar a renda, para termos dinheiro para pagar os salários".

Os trabalhadores pediram à dona que assumisse a renda, o que foi recusado com o argumento de "serem os funcionários, e não ela, a ge-

#### PORMENORES

#### Funcionários a gerir

Desde 11 de novembro que os trabalhadores estão a gerir a Galiza, mantendo-a aberta ao público, depois de uma tentativa frustrada da empresa para fechar o estabelecimento

#### De mãos atadas

Os funcionários ponderaram entrar em "lay-off", contudo, essa opção não é possível devido às dívidas que a empresa tem na Segurança social. rar dinheiro", revelou Nuno Coelho, do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Norte. Os trabalhadores estão à espera do processo de insolvência controlada desde o final de fevereiro.

#### CANSAR COM BUROCRACIA

"As quebras nas receitas são superiores aos 80%. Prevemos que no final de abril, no máximo, só conseguiremos pagar aos trabalhadores 30% dos seus salários", lamentou António Ferreira.

O funcionário diz mesmo que o impasse na insolvência, a falta de resposta das donas da Galiza e a falta de compreensão do senhorio fazem parte de uma "negociata" com um "investidor oculto que tem vindo a impedir as negociações".

Nuno Coelho afirma que as advogadas que representam as donas da Galiza estão a tentar cansar os trabalhadores com burocracia. "Questionamos as advogadas, mas dizem que estão a avaliar e pedem documentos atrás de documentos"...





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária

Âmbito: Informação Geral

Pág: 29

Cores: Cor

Área: 4,93 x 28,19 cm²

Corte: 1 de 1

### Ikea Portugal adopta *layoff* para 65% dos trabalhadores

#### Distribuição Isabel Aveiro

A maior retalhista mundial de decoração e mobiliário vai aderir a regime de *layoff* simplificado disponível em Portugal, anunciou ontem a empresa, que irá manter parte da actividade comercial no país.

Em comunicação por *email* às redacções, a Ikea afirma que a subsidiária portuguesa, "em alinhamento global, decidiu adoptar medidas excepcionais e temporárias de protecção dos postos de trabalho, através da implementação do sistema de *layoff* simplificado temporário durante um período de 30 dias, eventualmente renovável nos termos da lei".

A medida será adoptada a partir de 13 de Abril, esclarece o grupo, e "irá abranger aproximadamente 65% dos colaboradores das lojas, escritórios e centro de apoio ao cliente".

O grupo não contabiliza no comunicado, mas, tendo em conta o número médio final com que terminou o ano de 2019 – 2500 trabalhadores segundo os dados da gestão –, 65% andará à volta de 1625 pessoas.

Embora o regime de *layoff* normalmente implique um corte de um terço na remuneração-base ilíquida, a Ikea (como já o anunciaram a TAP e a Autoeuropa) irá além desse patamar.

"Dentro deste regime excepcional e temporário de *layoff*, a Ikea irá garantir 100% da remuneração-base de todos os colaboradores abrangidos por este regime", garante. A empresa salienta que "o pagamento total dos salários dos seus colaboradores" tem sido garantido "mesmo com o abrandamento da actividade". Desde 18 de Março, a Ikea Portugal "manteve apenas parte da sua actividade de *ecommerce*" a funcionar no país, onde tem cinco grandes superfícies.

O grupo "continuará a assegurar o funcionamento da sua loja *online*, pelo que os colaboradores com funções relacionadas com o normal funcionamento deste canal e de outras áreas essenciais irão manter os seus horários, ainda que possam ser necessárias algumas adaptações", diz. E reconhece que "o impacto comercial resultante do encerramento das lojas ao público, associado à incerteza da data de reabertura, são as principais razões" que levaram à esta decisão.





Meio: Imprensa
País: Portugal

**Âmbito:** Informação Geral

Period.: Diária

**Pág**: 11

Cores: Cor

**Área:** 15,46 x 23,71 cm<sup>2</sup>





## Trabalho alternativo ao *layoff* passa a estar limitado a cinco sectores

#### **Victor Ferreira**

Governo decidiu mudar ligeiramente as regras do layoff, com um decreto-lei que limita a actividade remunerada noutra área ou empresa enquanto se está com o contrato de trabalho suspenso ou com horário reduzido. A partir de agora, quem está em layoff "pode exercer actividade remunerada desde que nas áreas da produção alimentar, apoio social, saúde, logística e distribuição", anunciou o Governo, em comunicado, depois da reunião de Conselho de Ministros de ontem.

Até aqui, era permitido o trabalho remunerado alternativo enquanto durasse o layoff na forma simplificada, que o Governo instituiu para ajudar empresas em crise, reproduzindo assim uma regra do layoff tal como está previsto no Código do Trabalho. Porém, o Governo não quer trabalhadores a andarem de um lado para o outro, para reduzir viagens e contacto social. E, no mesmo dia em que entraram em vigor as limitações de mobilidade mais apertadas durante a Páscoa, aprova esta ligeira alteração que reduz o leque de escolhas e, ao mesmo tempo, mantém a porta aberta ao reforço de sectores que estão sob pressão devido à pandemia.

O apoio social e a saúde lidam com acréscimo de trabalho devido à covid-19; a produção agrícola, a logística e a distribuição procuram reforços para ajudarem a manter o abastecimento do país com alguma normalidade.

A semelhança do que já sucede em França e na Alemanha, o sector agrícola demonstrou interesse em recrutar pessoas abrangidas noutros sectores pelo *layoff*, tal como o PÚBLI-CO já tinha avançado.

O decreto-lei ainda aguarda publicação. O chamado "layoff simplificado" já conheceu diversos diplomas. Aquele que está actualmente em vigor estipula que, "caso o trabalhador exerça actividade remunerada fora da empresa, deve comunicar o facto ao empregador, no prazo de cinco dias"

a contar do início desse trabalho. O empregador tem, por sua vez, dois dias para informar a Segurança Social, a contar da data em que teve conhecimento de que o trabalhador tem outra actividade remunerada.

Não informar a empresa constitui uma infracção disciplinar do trabalhador. No caso de encontrar uma ocupação remunerada alternativa, verá reduzido o valor que recebe pelo *layoff* na mesma proporção do salário que irá auferir nessa actividade alternativa.

Desde que não tenham mais de 60 anos nem pertençam aos grupos sujeitos a dever de especial protecção, quem está em *layoff* simplificado pode também trabalhar em entidades públicas ou de direito privado sem fins lucrativos, na área social e

### Actividades podem ser nas áreas da produção alimentar, apoio social, saúde, logística e distribuição

da saúde. Incluem-se nestes serviços de saúde hospitais, serviços residenciais ou de apoio domiciliário a idosos e pessoas com deficiência ou incapacidade.

Como contrapartida, recebem bolsa mensal, paga nos termos da Portaria n.º 82-C/2020, de 31 de Março. Esta remuneração mensal será equivalente a 1,5 vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (que é de 438,81 euros), o que perfaz uma bolsa de 658,22 euros. A mesma portaria aplica-se a desempregados, que recebem apenas um IAS, mas não vêem prejudicado o valor do subsídio de desemprego.

Até ontem, havia 642 mil trabalhadores em *layoff* em Portugal, segundo números oficiais citados pelo *Jornal de Negócios*. Isso significa um crescimento de 90 mil trabalhadores desde sábado passado, quando eram 552 mil. O ministro da Economia já admitiu que este número poderá chegar a um milhão de trabalhadores. A despesa associada, paga pelo Orçamento do Estado, será de 1000 milhões de euros por mês, nesse cenário, de acordo com estimativas do Governo.

#### voferreira@publico.pt



Produção e distribuição alimentares são dois dos sectores visados





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 28

Cores: Cor

Área: 25,70 x 31,00 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



# Galp suspende produção de combustíveis em Matosinhos

Quebra da procura associada à covid-19 obrigou a "rever" funcionamento das refinarias. Empresa está a reduzir custos, mas a proposta de dividendos mantém-se. Cabe aos accionistas "tomar uma decisão"

#### **Combustiveis** Ana Brito

A Galp suspendeu provisoriamente a actividade da fábrica de combustíveis no complexo industrial de Matosinhos. A empresa adiantou ao PÚBLICO que a pandemia da covid-19 "criou constrangimentos no mercado nacional e internacional" que forçaram a Galp "a rever o funcionamento do aparelho refinador nacional".

Para a Galp, que é a dona das duas refinarias do país (em Sines e Matosinhos), o decréscimo da procura (associada à quebra de preços dos produtos petrolíferos) obrigou a um "ajustamento" da actividade que "teve já impacto no complexo industrial de Matosinhos".

A empresa optou pela "suspensão provisória da actividade da unidade de combustíveis", uma das três fábricas que operam naquele complexo industrial, embora garanta que "haverá um nível adequado de combustíveis para satisfazer as necessidades dos portugueses, das empresas e das fábricas".

A Galp está a avaliar o "impacto desta suspensão nos recursos humanos afectos à fábrica de combustíveis" e diz que "estão a ser estudados todos os cenários para mitigar os efeitos desta decisão" e as opções que "melhor salvaguardem o bem-estar dos seus colaboradores".

O PÚBLICO questionou a empresa sobre se está a ser equacionado o recurso ao *layoff* nesta unidade e quantos trabalhadores estão abrangidos pela paragem, mas não foi possível obter um comentário. A empresa também não quis adiantar se ficaram por renovar contratos a termo ou se teve notícia de despedimentos entre as empresas subcontratadas que prestam serviços às refinarias.

Nos últimos dias, os sindicatos deram conta de 300 despedimentos entre as empresas subcontratadas pela Galp em Sines.

"A Galp não realizou despedimentos nas refinarias nem tem contemplada essa situação", afirmou fonte oficial da empresa, sublinhando que os seus planos de corte de cus-



Complexo industrial da Galpem Matosinhos tem três unidades. Grupo decidiu suspender actividade da fábrica de combustíveis

tos passam essencialmente pela recalendarização ou reformulação de projectos.

#### Menos custos e investimento

Na quarta-feira, a Galp comunicou ao mercado que a conjuntura de preços baixos e de queda acentua-

Grupo optou pela "suspensão provisória da actividade da unidade de combustíveis" no complexo de Matosinhos da da procura obrigaram à adopção de medidas para "reduzir significativamente as despesas nos próximos trimestres".

A empresa pretendia investir, em média, entre mil e 1,2 mil milhões de euros por ano até 2022, mas agora decidiu que vai cortar 500 milhões de euros em despesas operacionais e em investimento nos anos 2020 e 2021, num total de mil milhões de euros.

"Cerca de 90% destes cortes resultarão do ajuste do calendário de projectos de investimento em todos os sectores", mas principalmente na actividade de exploração e produção de petróleo, onde estava prevista a maior fatia de investimento.

Algumas das iniciativas "já se encontram em curso", outras dependerão da "evolução dos mercados".

E se umas são "iniciativas próprias", outras "resultam de decisões solidárias entre parceiros", como é o caso do projecto de gás natural em Moçambique, o Rovuma LNG, em que a Exxon, a líder do empreendimento, optou por adiar "a decisão final de investimento que se previa ocorresse ainda este ano".

A Galp garante que os projectos nas áreas de renováveis (como a compra de parques solares em Espanha) não vão sofrer: "O racional [destes investimentos] mantém-se ou reforça-se, uma vez que a diversificação de fontes de energia é um elemento estabilizador nos momentos de turbulência como o que atravessamos".

A empresa disse ainda ao PÚBLICO que irá manter a proposta de distribuição de dividendos "com que se comprometeu com a comunidade financeira há apenas um mês e que se reporta aos resultados do exercício de 2019". Mas notou que cabe "aos accionistas, em assembleia geral, tomar uma decisão" sobre se haverá lugar à distribuição de lucros.

A Galp propôs um dividendo bruto em torno de 69,5 cêntimos por acção, no âmbito de uma política que previa o aumento desta remuneração accionista em 10% ao ano, até 2022.

A empresa também afirmou que o "período singular que atravessamos está a ter um elevado impacto nos negócios", e que "avaliará oportunamente o modo de enquadrar" a política de dividendos "numa nova realidade".

ana.brito@publico.pt





Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Diária
Âmbito: Informação Geral

Pág: 16
Cores: Cor

Área: 25,70 x 31,00 cm²

Corte: 1 de 1



## CORONAVÍRUS



A prioridade de quem gere a Cultura [deviam ser] os que não têm como pagar a próxima refeição ou a próxima renda

Paulo Furtado Músico

## "Falhas graves" do Ministério da Cultura desassossegam um sector paralisado

Pressionada por petição que passou as 20 mil assinaturas, Graça Fonseca cancelou *in extremis* um festival em que o Governo ia investir um milhão de euros. Sindicato reclama universalidade nas medidas de apoio

#### Inês Nadais e Mário Lopes

urou menos de 24 horas a deia, lançada no Telejornal de terça-feira pela ministra da Cultura, Graça Fonseca, de investir um milhão de euros num festival que garantisse algum rendimento a músicos e técnicos afectados pelo encerramento generalizado das salas de concertos do país. Pressionado por uma petição que da noite para o dia reuniu 20 mil assinaturas, o Ministério da Cultura (MC) acabou por cancelar o TV Fest a poucas horas da sua estreia, prevista para as 22h de ontem na plataforma RTP Play e no canal 444 dos quatro operadores de televisão por subscrição.

"Como o sector reagiu tão rapidamente, com críticas, dúvidas e questões, vamos suspender [o TV Fest]. Vamos repensar e perceber como manter este nosso objectivo de apoiar o sector da música e os técnicos e, ao mesmo tempo, dar a possibilidade às pessoas de receberem em sua casa música portuguesa", explicou à Lusa Graça Fonseca, que não se mostrou disponível para prestar esclarecimentos ao PÚBLICO.

Segundo a ministra, estava planeado que actuassem neste festival que deveria durar pelo menos um mês "160 músicos", aos quais fora pedido que "envolvessem sempre equipas técnicas". Até ao final do TV Fest, chegariam a "cerca de 700" os profissionais envolvidos, disse Graça Fonseca à Lusa, explicando que estavam já gravados quatro programas eque "suspender o projecto não significa não retribuir aos 12 músicos que [nele] já trabalharam".

Dirigida ao Presidente da República, a petição lançada na quarta-feira argumentava que "a realização do TV Fest no presente estado de emer-



 $\textbf{A} \, \text{ministra} \, \text{da} \, \textbf{Cultura} \, \text{foi} \, \text{ontem} \, \text{acusada} \, \text{de} \, \text{discricionariedade} \, \text{no} \, \text{apoio} \, \text{de} \, \text{emerg} \\ \hat{\textbf{e}} \, \text{ncia} \, \text{ao} \, \text{sector} \, \text{decorated} \,$ 

gência" constituía "uma ameaça ao ecossistema cultural português (...), operando através de um jogo em corrente exclusivo, e de círculo fechado (...), que desclassifica a participação, representatividade e diversidade de um sector".

Os signatários acusavam o MC de investir um milhão de euros numa "medida antidemocrática e não inclusiva", contestando o método de selecção dos participantes. Tal como a ministra explicara anteontem ao PÚBLICO, a escolha dos primeiros quatro músicos convidados a actuar a partir de suas casas (Fernando Tordo, Marisa Liz, Ricardo Ribeiro e Rita Guerra) coube a Júlio Isidro, competindo depois a estes artistas designarem os participantes seguintes, e assim sucessivamente. numa reac-

ção em cadeia. O objectivo, sublinhava Graça Fonseca, era duplo: "espelhar a diversidade do panorama musical português – haverá fado e pop, mas também cante alentejano – e prestar apoio aos técnicos que, com os músicos, têm manifestado uma generosidade incrível", preenchendo o confinamento dos portugueses com actuações gratuitas.

Os subscritores da petição, e também muitos músicos que ontem exprimiram o seu desagrado nas redes sociais, contestaram, porém, a discricionariedade deste apoio público, argumentando que a eleição baseada em critérios de natureza pessoal dos respectivos beneficiários exponenciaria "clivagens e divisões numa classe social já de si marcada pela precariedade, desigualdade e

instabilidade económica".

"Embora apareça a minha fronha chapada nesta notícia, não tenho nada que ver com esta iniciativa", frisou Salvador Sobral, um dos signatários, na sua conta de Facebook, fazendo acompanhar o post de um frame televisivo que usava uma imagem sua para anunciar o festival. Também Alex Cortez, baixista dos Rádio Macau e programador associado ao Musicbox e ao Povo, em Lisboa, saudou "aqueles que já se mostraram indisponíveis para participar nesta palhaçada". E Paulo Furtado, conhecido como Legendary Tigerman, defendeu que a prioridade de "quem gere a cultura" deviam ser "os artistas, técnicos e equipas que não têm como pagar a próxima refeição ou a próxima renda", lamentando

que o milhão de euros disponibilizado para o TV Fest viesse a ser repartido apenas por alguns e deixando a pergunta: "Não seria melhor distribuir esta verba por 500 estruturas ou mais? E ter a certeza de que os mais fragilizados eram incluídos?"

#### "Emergência social"

A ausência de uma política de emergência estruturada para um sector que está paralisado praticamente a 100% tem vindo a ser sistematicamente apontada a Graça Fonseca.

Ontem mesmo o Sindicato dos Trabalhadores de Espectáculos, do Audiovisual e dos Músicos (Cena-STE) voltou a acusar a tutela de "falhas graves": "O MC escolheu avançar com três medidas. Um apoio à criação artística com prazo de candidatura de duas semanas, impossível de cumprir (...) e com [uma dotacão] total de um milhão de euros. muito abaixo do necessário (...); uma plataforma de encontro online entre empresas e criadores, deixando nas mãos de privados a escolha das propostas válidas e dos valores a pagar; e um festival (...) albergado pela estrutura pública (RTP) que detém a maior fatia do Orçamento do Estado para a cultura (....). Nenhuma destas medidas é universal, directa e imediata. E nenhuma responde à necessidade urgente de garantir o sustento de dezenas de milhares de trabalhadores da cultura que se encontram impedidos de trabalhar.

Num sector que tardará mais do que outros a regressar à normalidade, diz o Cena-STE, é urgente que o MC lance "medidas de emergência social e de excepção" em articulação com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

inadais@publico.pt mario.lopes@publico.pt





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal
Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 58

Cores: Cor

**Área:** 10,06 x 11,23 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



#### AUTOMÓVEL

### Autoeuropa em layoff

A Autoeuropa vai promover um regresso gradual ao trabalho a partir de 27 de abril, recuando face à data que inicialmente tinha avançado que seria a 20 de abril, mas vai recorrer ao *layoff* para os trabalhadores que não regressem nessa data, garantindo a totalidade das remunerações. A informação foi avançada pela comissão de trabalhadores. A pesar nesta decisão está o número de carros produzidos. Desde que suspendeu a sua atividade, a 16 de março, deixou de produzir 17.250 automóveis, o que altera as previsões iniciais para o conjunto do ano que apontavam para mais de 250 mil unidades.







10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 9

Cores: Cor

**Área:** 15,94 x 27,73 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2



## AUTÓPSIAS DISPENSADAS EM MORTOS COM COVID

Carlos Diogo Santos

carlos,santos@sol.pt

O Ministério da Justiça explica ao *SOL* que a realização de autópsias a cadáveres que testem positivo 'representa um risco para a saúde pública'. O teste *post mortem* de despiste é feito pelo laboratório disponível mais próximo de cada serviço médico-legal. A tutela garante que tudo está de acordo com as orientações da DGS.

Há uma semana que as autópsias são dispensadas sempre que um cadáver acuse positivo no teste post mortem de despiste de covid-19. Os procuradores do Ministério Público já manifestaram o receio de virem a ser responsabilizados no futuro pelas famílias das vítimas pela dispensa de tal procedimento e, para se salvaguardarem, pedem uma flexibilização temporária do regime legal relativo às autópsias. Ao SOL, o gabinete de Francisca Van Dunem explicou que fazer uma autópsia nesses casos comporta riscos e que tem havido uma grande articulação entre os magistrados do MP e os médicos do Instituto Nacional de Medicina Legal.

«Relativamente aos cadáveres em que seja ordenada a autópsia médico-legal, e no caso de não ter sido feito previamente, deverá ser realizado o teste ao SARS-Cov-2, exceto quando se conclua com elevada segurança que não sofria de COVID-19», começa por dizer o Ministério da Justiça, lembrando que «a colheita é feita pelo médico ou pelo técnico de autópsias em cada serviço médico-legal do país». Depois disso, a zaragatoa é enviada para «o laboratório mais próximo que esteja disponível para a realizacão dos testes».

Depois de conhecido o resultado, é tomada uma decisão. E «em cadáveres com informação de infetados não estão a ser realizadas autópsias médico-legais», confirma a mesma fonte.

#### Delegações do INML têm apenas as zaragatoas

Segundo informou o ministério tutelado por Francisca Van Dunem, nas várias delegações do Instituto Nacional de Medicina Legal, «existem zaragatoas, sendo também fornecidas pelos laboratórios onde são realizados os testes».

Na resposta enviada ao SOL, a tutela também clarifica que a decisão de suspender as autópsias em determinadas situações está fundamentada. «Além do anteriormente referido, as orientações da Direção-Geral da Saúde estabelecem que, no caso de infeção suspeita ou confirmada por SARS-CoV-2, as autópsias médico-legais devem ser dispensadas», refere.

Quanto à posição já assumida pelos procuradores do MP, sobre a possibilidade de mais tarde poderem ter de responder pela dispensa das autópsias nos casos em que o teste deu positivo, o gabinete de Francisca Van Dunem assegura que «tem havido uma articulação muito próxima entre os senhores procuradores e os médicos do INMLCF com vista à obtenção do máximo de informação possível antes da tomada de decisão quanto à realização da autópsia médico-legal por parte do Ministério Público».

Esclarece ainda os riscos de se fazerem autópsias a cadáveres que tenham o novo coronavírus: «Tratando-se de uma morte natural por covid-19, não deverá ser feita a autópsia médico-legal, pois para além do facto de ser conhecida a causa de morte, a sua realização representa um risco para a saúde pública evitável».

Além disso, salienta, «a autópsia médico-legal constitui um meio de prova, entre outros, onde se incluem a análise de registos clínicos, o resultado de exames complementares feitos em vida, os pareceres de especialistas, etc.»

Apesar de questionado, o ministério não esclareceu, porém, em concreto de que forma será garantido que a investigação criminal não será prejudicada com a não realização de autópsias a pessoas que tenham o novo coronavírus, uma vez que no limite e contrariamente ao que possa parecer sem uma análise mais aprofundada essa poderá não ser a causa de morte.

#### As preocupações dos magistrados do MP

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público enviou no início do mês uma carta à ministra da Justiça, na qual manifestavam que consideravam importante a flexibilização temporária do regime legal relativo às autópsias.

«A nossa preocupação em combater o coronavírus vai para além do que se passa nos nossos locais de trabalho», referia o sindicato, adiantando que «conter a epidemia é uma tarefa de toda a comunidade».

«Para o efeito, pretendemos continuar a propor medidas em áreas que reputamos essenciais. No que diz respeito à realização de autópsias entendemos que o regime legal deverá ser flexibilizado enquanto durar a pandemia, de modo a melhor adequar-se às recomendações médicas», concluía o sindicato na carta.



10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

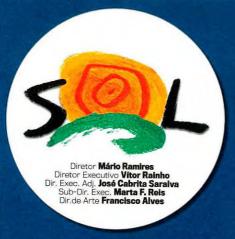
Área: 25,30 x 9,33 cm²

Corte: 2 de 2



CONSELHEIRO EDITORIAL: JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA

EDIÇÃO N.º 711 10 ABRIL 2020 4€ **WWW.SOL.PT** 



## COMO 4 IRMÃOS LIDAM COM A PANDEMIA EM 4 PAÍSES



INÊS, PORTUGAL



FILIPA, FRANC



DIOGO, REINO UNIDO



IOANA, ITÁLIA

Uma família de Alvalade espalhada pela Europa. A passar por dias muito difíceis, que a partir de hoje os 4 irmãos partilham no SOL

# VAMOS TODOS TER DE USAR MÁSCARA

Especialistas não têm dúvidas: só com rigor na proteção será possível ir regressando à vida normal sem disparar contágio Matemática e epidemiologista Gabriela Gomes defende que aliviar medidas de contenção no início de maio é prematuro Págs. 6-23 Turismo Cancelada abertura de 51 novos hotéis Págs. 50-51

ESCOLAS ALUNOS DO BÁSICO SÓ VOLTAM ÀS AULAS PRESENCIAIS NO PRÓXIMO ANO LETIVO

### ANSELMO BORGES 'NUNCA HOUVE SEMANA SANTA TÃO VERDADEIRA'

Bênção pascal no Equador dada de helicóptero. Em Cuba, pela 1.ª vez, Partido Comunista permite missa nas rádios e televisões estatais **Págs. 32-33** 

### PEDRO SINDE

'ANSELMO BORGES VAI CONTRA A DOUTRINA CATÓLICA'

#### CONTA-ME COMO VAI SER

ANDRÉ SILVA, SILVA PENEDA, NUNO MAGALHÃES, MARGARIDA BALSEIRO LOPES, FERNANDO LIMA, RAUL MARTINS, PEDRO MACHADO, LUÍS LIMA, PANDORA DA CUNHA TELLES, MIGUEL DIAS E ANDRÉ GIL MATA

#### TORTURA NO AEROPORTO

## AR VAI APERTAR MALHA DA FISCALIZAÇÃO AO SEF

Deputados reconhecem falhas no sistema e desvalorização dos alertas de 2018 Págs. 24-25



M.ª Filomena Mónica 'O Portugal de hoje é mais agradável do que o do tempo em que nasci'

Págs. 40-42

## RUI PINTO FICA A VIVER NUM TI NA NOVA SEDE DA JUDICIÁRIA

SOL confirma que pirata informático ocupa um apartamento no edifício da Gomes Freire e passa a colaborar com a PJ Pág. 35



Reportagem E quando não há casa com teto e paredes?







10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal
Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 29

Cores: Cor

Área: 4,31 x 7,34 cm²

Corte: 1 de 1



Chumbo a proteção de estagiários e formandos no IEFP em estado de emergência

A Assembleia da República chumbou esta semana um projeto de lei do PCP para acautelar a proteção social aos trabalhadores estagiários e formandos do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) na fase de estado de emergência, devido à covid-19. PS, PSD, Iniciativa Liberal e Chega votaram contra o texto do PCP e o CDS optou pela abstenção.





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 20

Cores: Cor

**Área:** 15,68 x 28,19 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 2



## CRISE NO MERCADO LABORAL

Sónia Peres Pinto

sonia.pinto@sol.pt

Teletrabalho e layoff são as palavras mais ouvidas quando se fala atualmente do mercado de trabalho. Mais de 640 mil trabalhadores já estão abrangidos por este regime, mas o desafio será ainda maior quando as empresas pretenderem retomar a sua atividade. Aí, o cenário será desanimador e muitas vão fechar portas.

O mercado de trabalho foi obrigado a mudar com a pandemia provocada pela covid-19. Se, para algumas empresas, a solução foi colocar os trabalhadores em teletrabalho, para outras, o recurso ao *layoff* simplificado (suspensão temporária da atividade) tornou-se imperativo. E isso é visível pelos anúncios diários e a conta-gotas a quem recorre a este regime.

Os números falam por si: as empresas que aderirem ao layoff simplificado conseguem ter uma redução de custos de quase 84% por cada trabalhador que receba uma remuneração-base de 1000 euros brutos, segundo as simulações feitas pela Deloitte.

Pelas contas do Governo, haverá em breve um milhão de trabalhadores nesta situação e os encargos rondarão os mil milhões de euros mensais. Para já, chegaram quase 40 mil pedidos de *layoff*, o que corresponde a um universo potencial de 640 mil trabalhadores e a uma massa salarial de 655 milhões de euros por mês.

A maioria das empresas candidatas ao apoio laboram nas áreas de alojamento e restauração, reparação de veículos e indústrias transformadoras, especifica-se no documento, que refere ainda que a maior parte dos pedidos surge de microempresas, com dez ou menos trabalhadores (cerca de 74%), e de pequenas empresas, com menos de 50 trabalhadores (cerca de 20%).

Tendo em conta as zonas geográficas, a maioria dos pedidos surge em Lisboa e Porto que, juntos, somam quase 14 mil, dividindo-se os restantes por Braga, Aveiro e Faro. Estes foram alguns dos dados partilhados pelo Ministério do Trabalho e da Segurança Social com os parceiros sociais e são relativos aos pedidos entrados até 7 de abril. Os dados revelam ainda que cerca de 117 mil trabalhadores independentes já comunicaram a redução da atividade.

A verdade é que as regras são apertadas para quem pretender aderir a este regime: ele abrange as empresas que encerraram ou suspenderam parte da atividade devido às ordens das autoridades durante o estado de emergência, assim como aquelas que foram impactadas por disrupção no abastecimento ou quebra de encomendas e as que registam quebras de faturação mínimas de 40% no mês anterior ao pedido.

Mas se, durante esta fase, as empresas poderão respirar um pouco de alívio face à redução da despesa com a folha salarial, o desafio será depois, quando pretenderem reabrir a sua atividade. E os dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT) não são animadores, estimando que a pandemia de covid-19 vai fazer «desaparecer» 7,8% das horas de trabalho na Europa até ao final do segundo trimestre de 2020. No total, o novo coronavírus vai afetar o equivalente a cerca de 12 milhões de empregos.

A OIT identifica o alojamento e restauração, manufatura, comércio e atividades comerciais e administrativas como os setores mais afetados pela crise, e reforça que todos os níveis de rendimento vão sofrer **«enormes perdas»**.

Portugal não fica alheio a esta tendência e a perspetiva não é animadora. Tiago Cardoso, analista da Infinox, acredita que a maioria das empresas portuguesas que recorreram a layoff não irão voltar a abrir portas e deverão avançar, mais tarde, para a insolvência. A opinião é partilhada por Luís Duque ao admitir que «a recuperação irá ser muito lenta nas empresas portuguesas, e mesmo os trabalhadores que estão atualmente em layoffirão mais tarde para o Fundo de Desemprego».

Um cenário bem diferente verifica-se noutros países, como é o caso dos Estados Unidos, onde dez milhões perderam o emprego no espaço de duas semanas, o que já foi considerado por alguns economistas como um verdadeiro tsunami no mercado laboral. Feitas as contas, o número de novos desempregados nos EUA equivale a toda a população de Portugal. O primeiro recorde já tinha sido batido na semana anterior, com 3,2 milhões de novos pedidos de subsídio.

Mas, ao contrário do que se verifica em Portugal, «muitos trabalhadores norte-americanos que agora se sentem desprotegidos rapidamente irão voltar ao mercado de trabalho, assim que a economia se sentir a recuperar», diz João Duque.





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 1

Cores: Cor

Área: 25,30 x 9,20 cm²

Corte: 2 de 2



CONSELHEIRO EDITORIAL: JOSÉ ANTÓNIO SARAIVA

EDIÇÃO N.º 711 10 ABRIL 2020 4€ **WWW.SOL.PT** 



## **COMO 4 IRMÃOS LIDAM COM** A PANDEMIA EM 4 PAÍSES









Uma família de Alvalade espalhada pela Europa. A passar por dias muito difíceis, que a partir de hoje os 4 irmãos partilham no SOL

Especialistas não têm dúvidas: só com rigor na proteção será possível ir regressando à vida normal sem disparar contágio Matemática e epidemiologista Gabriela Gomes defende que aliviar medidas de contenção no início de maio é prematuro Págs. 6-23 Turismo Cancelada abertura de 51 novos hotéis Págs. 50-51

**ESCOLAS ALUNOS DO BÁSICO SÓ VOLTAM** ÀS AULAS PRESENCIAIS NO PRÓXIMO ANO LETIVO

### **ANSELMO BORGES 'NUNCA HOUVE** SEMANA SANTA TÃO VERDADEIRA

Bênção pascal no Equador dada de helicóptero. Em Cuba, pela 1.ª vez, Partido Comunista permite missa nas rádios e televisões estatais **Págs. 32-33** 

### **PEDRO SINDE** 'ANSELMO BORGES

VAI CONTRA A DOUTRINA CATÓLICA'

#### CONTA-ME COMO VAI SER

ANDRÉ SILVA, SILVA PENEDA, NUNO MAGALHÃES. MARGARIDA BALSEIRO LOPES, FERNANDO LIMA, RAUL MARTINS, PEDRO MACHADO, LUÍS LIMA, PANDORA DA CUNHA TELLES, MIGUEL DIAS E ANDRÉ GIL MATA

#### TORTURA NO AEROPORTO

## **AR VAI APERTAR MALHA** DA FISCALIZAÇÃO AO SEF

Deputados reconhecem falhas no sistema e desvalorização dos alertas de 2018 Págs. 24-25



M.a Filomena Mónica 'O Portugal de hoje é mais agradável do que o do tempo em que nasci'

Págs. 40-42





Reportagem E quando não há casa com teto e paredes?





SOL

10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 28

Cores: Cor

Área: 25,30 x 28,13 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1





## PRISÕES. 'RESOLVER O PROBLEMA DA SOBRELOTAÇÃO'

Rita Pereira Carvalho

rita.carvalho@sol.pt

O diploma ainda não foi publicado, mas o Conselho Superior da Magistratura já está a preparar um número significativo de magistrados para os tribunais de execução de penas.

Ainda antes de terem sido aprovadas as medidas do Governo em relação às prisões, já a ministra da Justiça, Francisca Van Dunem, tinha feito as contas aos presos que seria possível libertar. Aprovadas as quatro medidas, prevese a libertação de 593 reclusos com penas inferiores ou iguais a dois anos, cerca de 1200 ao abrigo de saída administrativa especial e cerca de 400 presos que estão em final de pena – à exceção daqueles que cometeram crimes graves.

No entanto, as dúvidas permanecem e há quem considere que esta é mais uma manobra da tutela para conseguir diminuir o número de presos e a despesa com os estabelecimentos prisionais, desviando-se do objetivo principal, que é proteger quem está dentro das prisões – reclusos, guardas prisionais e funcionários – de uma possível infeção por covid-19.

Ao SOL, o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional explicou que, com a aprovação das medidas e com as declarações da ministra da Justiça durante a comissão parlamentar, «existe agora uma ideia ainda mais clara de que os objetivos são diminuir o número de reclusos, resolver o problema da sobrelotação das cadeias e diminuir a despesas». Jorge Al-

ves, presidente do sindicato, considerou que «os condenados estabetão em determinados estabelecimentos de acordo com o
tipo de crime». Tal como já tinha explicado na semana passada, os presos a cumprir penas
curtas estão em prisões mais pequenas, como Guimarães ou Torres Novas.

Francisca Van Dunem disse também esta quarta-feira que não existe sobrelotação nas cadeias. «Mas há», garante o Sindicato Nacional do Corpo da Guarda Prisional. «Há camaratas em vez de celas, há estabelecimentos onde estão 50 reclusos no mesmo espaço», disse Jorge Alves.

Este sindicato vai mais longe e fala ainda de uma ineficácia na proteção dos reclusos e dos profissionais em contexto de pandemia. «Várias pessoas e empresas ofereceram viseiras, mas o diretor-geral dos Serviços Prisionais decidiu proibir o uso das viseiras», só podendo estas ser utilizadas «se os guardas forem buscar um recluso em situação de desacato» ou noutras situações muito especificas. Jorge Alves deu ainda o exemplo da cadeia do Funchal, onde há muitos profissionais que não utilizam máscara.

A prisão domiciliária com recurso a vigilância não é uma opção válida, até porque, explicou Francisca Van Dunem esta quarta feira, «não há condições para vigiar eletronicamente todas as pessoas» por falta de pulseiras eletrónicas. A responsável pela pasta da Justiça foi mais longe e justificou a falta de pulseiras eletrónicas com o aumento do número de arguidos condenados por violência do-

méstica que estão em prisão domiciliária.

O sistema prisional português é o quarto mais envelhecido da Europa – uma das justificações dada pela ministra da Justiça para que sejam libertados alguns reclusos.

#### CSM prepara-se para aplicação de medidas

O diploma que define as regras a aplicar nas prisões ainda não foi publicado mas, segundo o SOL apurou, o Conselho Superior da Magistratura (CSM) já está a designar um número muito significativo de magistrados para os tribunais de execução de penas, para a aplicação do perdão das penas. Assim que o documento for publicado, os magistrados terão de começar o trabalho em relação às penas dos reclusos que poderão sair em liberdade.





10-04-2020

Meio: Imprensa
País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

**Pág:** 25

Cores: Cor

**Área:** 10,10 x 29,87 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1





### Lisboa, Porto In-Seguro

o dia 16 de março não foram assegurados os serviços mínimos dos estivadores do Porto de Lisboa, prejudicando o carregamento do navio o Corvo com destino ao abastecimento da região autónoma dos Açores. Quando, por todo o lado, encontramos esforço e solidariedade perante a pandemia, o Porto de Lisboa, nevrálgico para garantir o abastecimento e reposição de *stocks* de supermercados e farmácias das regiões autónomas, falhou.

Na sequência deste evento, foram ouvidos pelas comissões do Trabalho e da Economia da Assembleia da República: o Sindicato dos Estivadores e da Atividade Logística (SEAL), a Yilport em representação da Associação-Empresa de Trabalho Portuário de Lisboa (A-ETPL), e Administração do Porto de Lisboa (APL).

A audição foi motivada pela insolvência da A-ELTP decretada pelo Tribunal Judicial de Lisboa, precisamente a 16 de Março, e ficou marcada por acusações graves de parte a parte. A A-ETPL denunciou ameaças físicas sobre estivadores que tentou contratar e evidenciou a impossibilidade de gerir uma empresa com uma taxa de absentismo de 34% e com um sindicato que, em 10 anos, apresentou, em média, um pré-aviso de greve por mês. O SEAL acusou a A-ETPL de provocar intencionalmente a falência da empresa para empurrar os estivadores para situações de precariedade laboral.

o meio das hostilidades, deduziu-se que a falha de 16 de março resultou do próprio processo de insolvência. Segundo a A-ELTP, os 134 estivadores ficaram, desde então, sem contratos nem seguros válidos e, por isso, impossibilitados de trabalhar. Assim, neste momento crítico para o país em termos de abastecimento e reposição de stocks, o Porto de Lisboa ficou reduzido a 80 estivadores de outras empresas. A APL alertou que uma parte destes 134 estivadores fazem falta, sendo, por isso, necessário procurar soluções com cedências de parte a parte. Sublinhou ainda a necessidade de 'paz social' para assegurar o bom funcionamento da atividade portuária.

oje, cerca de 80% do comér-Cio mundial em volume e mais de 70% do comércio mundial em valor circula em navios. Um país com mais mar do que terra tem de assegurar uma posição relevante neste setor. As rotas internacionais que procuram portos de carga têm muitas alternativas ao Porto de Lisboa. Em 2018, segundo a presidente da APL, Lisboa perdeu uma rota significativa que passou a fazer escala em Vigo porque os estivadores, em greve às horas extraordinárias, não trabalhavam ao sábado.

A A-ETPL garantiu que esteve sempre disponível para se sentar à mesa das negociações a não ser no dia em que foi, literalmente, recebida «com petardos». O SEAL pediu a intervenção do Governo para desmascarar o que considera ser uma insolvência «fraudulen-

Hoje, no Porto de Lisboa, a instabilidade social arrasta-se, arrastando consigo a atividade que justificou, para os fenícios, a fundação da cidade

ta». Entretanto, a queda de atividade do Porto de Lisboa continua, em movimento oposto ao crescimento dos restantes portos do país, confirmando o lamento da A-ETPL «os navios já desistiram há muito do Porto de Lisboa».

Diz-se que Lisboa ê um nome com origens fenícias indicando a descoberta de um 'porto seguro', ideal para fundar uma cidade. Hoje, no Porto de Lisboa, a instabilidade social arrasta-se, arrastando consigo a atividade que justificou, para os fenícios, a fundação da cidade. Se nem uma pandemia consegue acalmar as hostilidades, que futuro tem o porto da nossa cidade?





10-04-2020

Meio: Imprensa

País: Portugal

Period.: Semanal

Âmbito: Informação Geral

Pág: 38

Cores: Cor

Área: 15,72 x 27,68 cm<sup>2</sup>

Corte: 1 de 1



## A mudança e o medo

mudança tomou conta do quotidiano. Aumentam a quantidade, a intensidade e a extensão das mudanças. O inesperado e o espanto associam-se de modo recorrente face às novidades tecnológicas, económicas e sociais. A par de novas soluções para novos e velhos problemas, somos confrontados com a obsolescência dos modos e fórmulas com que fomos habituando a resolvê-los.

Vivemos num ambiente de múltiplas estupefações. Com o crescimento exponencial do conhecimento somos constantemente bombardeados por evoluções apresentadas como novas oportunidades, sendo exibidas, muitas vezes, como novas ameacas ao estilo. modo de vida e anseios dos cidadãos. Parece até que existem forças concertadas para estimularem o medo. O medo parece render tanto ou mais que a inovação.

Não é necessário grande esforco para nos darmos conta da multiplicidade das reflexões amedrontadoras, suportadas por constantes evocações de ameaças resultantes: da revolução científica e tecnológica; da evolução da inteligência artificial; da reorganização do sistema produtivo mundial; da nova divisão internacional do trabalho; da mutação do emprego e do trabalho; da economia do futuro (economia do conhecimento); das novas dinâmicas produtivas e comerciais; da reformatação da competitividade a nível mundial; da escassez de oferta de bens públicos e de bens de uso público; da tecnologização da sociedade; dos novos desafios energéticos e tecnológicos; do envelhecimento da população; das múltiplas hipóteses de desemprego e do esmagamento consequente da classe média; do descontrolo da evolução do mercado de capitais; etc.

mudança gera sempre instabi-Alidade, o problema é quando a utilização da mudança se faz exclusivamente para enfatizar o medo, aparecendo o desconhecido enquanto instrumento dissimulado de controlo político, económico, cultural e social.

Existem vários e diversificados grupos de pressão empenhados na difusão dos medos, bem como na promoção de todos os mecanismos que os suportam.



FERNANDO GONÇALVES **ECONOMISTA** 

Todos estes movimentos são invariavelmente implementados na expectativa de se alargarem os beneficios efetivos e esperados dos seus promotores, explorando especialmente, por vezes muito justamente, a falta de confiança na bondade e intenções dos líderes que evidenciam maior capacidade de intervenção na alteração da trajetória de evolução prospetivada.

Porém parece inegável a natureza obscura de múltiplas daquelas posturas, beneficiadoras, ain-

A mudança gera instabilidade, o problema é quando a utilização da mudança se faz exclusivamente para enfatizar o medo, aparecendo o desconhecido enquanto instrumento dissimulado de controlo político, económico, cultural e social

da, do facto de uma preocupante parcela de cidadãos entender ou assumir que as questões políticas são para os políticos, como estes entendem que as questões de justiça são da exclusiva esfera de intervenção dos tribunas e do poder judicial, omitindo ambos que tais questões são, em primeiro lugar e antes de tudo, questões de cidadania.

Cabemos onde chegámos, ques-Otionamo-nos para onde vamos. Não podemos deixar que o medo tome conta das nossas vidas. Para tanto é fundamental que nos tornemos em seres politicamente ativos, apostando no bem comum enquanto verdadeiro motor do progresso, do desenvolvimento, da equidade e da imprescindível solidariedade social.

Num ambiente de explosão do conhecimento, cada vez mais marcado pela multiplicação de especialistas, de ignorantes (incluindo a fora da área de especialidade) e de medos (especialmente férteis em ignorância), as esperanças e os temores não podem ser vistas como previsões. O medo para além de inibir a felicidade é também instrumento supremo de exercício de poder discricionário, a esperança, por seu turno, é um potente contributo para o contrariar, dando corpo à formatação dos caminhos do futuro. Combater o medo e fomentar a esperança, num quadro de ativa e consciente intervenção política individual e coletiva, é hoje tarefa nuclear para o progresso da sociedade e atitude imprescindível de cidadania.

